

*Relatório de*  
*Atividades*  
*2007*



## SUMÁRIO

<b>1. Identificação</b> .....	<b>03</b>
<b>2. Responsabilidades institucionais</b> .....	<b>04</b>
2.1. Papel da Unidade na execução das políticas públicas .....	04
<b>3. Estratégia de atuação</b> .....	<b>06</b>
<b>4. Gestão de programas e ações</b> .....	<b>07</b>
<b>4.1. Programas</b> .....	<b>07</b>
4.1.1. Programa 0390 Programa Metrologia e Qualidade .....	07
4.1.1.1. Dados gerais .....	08
4.1.1.2. Principais Ações do Programa .....	08
<b>4.1.1.3. Gestão das ações</b> .....	<b>09</b>
<b>4.1.1.3.1. Ação 5076 - Ampliação da Infra-Estrutura Laboratorial em Metrologia Científica</b> .....	<b>09</b>
4.1.1.3.1.1. Dados gerais .....	09
4.1.1.3.1.2. Resultados.....	09
<b>4.1.1.3.2. Ação 11DG - Ampliação de Infra-Estrutura Laboratorial Acreditada e Qualificada</b> .....	<b>10</b>
4.1.1.3.2.1. Dados gerais .....	10
4.1.1.3.2.2. Resultados .....	10
<b>4.1.1.3.3. Ação 2023 - Avaliação da Conformidade</b> .....	<b>11</b>
4.1.1.3.3.1. Dados gerais .....	11
4.1.1.3.3.2. Resultados.....	11
<b>4.1.1.3.4. Ação 2034 - Controle Metrológico</b> .....	<b>22</b>
4.1.1.3.4.1. Dados gerais .....	22
4.1.1.3.4.2. Resultados .....	23
<b>4.1.1.3.5. Ação 6645 - Disponibilização de serviços de avaliação da conformidade, metrologia e informação tecnológica</b> .....	<b>29</b>
4.1.1.3.5.1. Dados gerais .....	29
4.1.1.3.5.2. Resultados .....	30
<b>4.1.1.3.6. Ação 2033 - Padronização e Disseminação das Unidades de Medida</b> .....	<b>36</b>
4.1.1.3.6.1. Dados gerais .....	36
4.1.1.3.6.2. Resultados .....	36
<b>4.2. Gestão Orçamentária</b> .....	<b>49</b>
<b>4.3. Gestão das Atividades Administrativas</b> .....	<b>50</b>
<b>4.4. Processos de Controle</b> .....	<b>56</b>
<b>5. Desempenho operacional</b> .....	<b>61</b>
<b>5.1. Metrologia e Qualidade Industrial</b> .....	<b>62</b>
<b>5.2. Avaliação da Conformidade</b> .....	<b>62</b>
<b>5.3. Controle Metrológico</b> .....	<b>66</b>
<b>5.4. Disponibilização às Pequenas e Médias Empresas de Serviços de Avaliação da Conformidade, Metrologia e Informação Tecnológica</b> .....	<b>67</b>
<b>5.5. Padronização e Disseminação das Unidades de Medida</b> .....	<b>68</b>

<b>6. Previdência Complementar Patrocinada - “não se aplica”</b> .....	<b>68</b>
<b>7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal “não se aplica”</b> .....	<b>68</b>
<b>8. Operações de fundos “não se aplica”</b> .....	<b>68</b>
<b>9. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins</b> (conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007) - <b>“não houve ocorrência”</b> .....	<b>68</b>
<b>Anexo A</b> - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) .....	<b>69</b>
<b>Anexo B</b> - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) – <b>“não houve ocorrência”</b> .....	<b>69</b>
<b>Anexo C</b> - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item 8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007) .....	<b>69</b>
<b>Anexo D</b> - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 e 10 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) .....	<b>70</b>
<b>Anexo E</b> - Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício (conforme item 3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007) .....	<b>77</b>
<b>Anexo F</b> - Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (conforme item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007) .....	<b>78</b>

## 1. IDENTIFICAÇÃO

<b>Nome completo da unidade e sigla</b>	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro
<b>Natureza jurídica</b>	<b>Autarquia do Poder Executivo</b>
<b>Vinculação ministerial</b>	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC
<b>Normativos de criação, definição de competências, estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União</b>	<p>Criado pela Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, como órgão executivo central do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Sinmetro.</p> <p>As competências do Inmetro foram atualizadas por meio da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999.</p> <p>A Estrutura Regimental da Autarquia foi aprovada pelo Decreto nº 6.275 de 28 de novembro de 2007.</p>
<b>CNPJ</b>	00.662.270/0003-20
<b>Nome e código no SIAFI</b>	Gestão: 18205 - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
<b>Código da UJ titular do relatório</b>	<b>Inmetro</b>
<b>Códigos das UJ abrangidas</b>	<b>Sur-01-GO e Super-RS</b>
<b>Endereço completo da sede</b>	<p><b>Rua Sta. Alexandrina, 416 - Rio Comprido</b>  <b>Rio de Janeiro - RJ - Brasil</b>  <b>CEP: 20261-232</b>  <b>Tel: (21) 2563-2800</b></p>
<b>Endereço da página institucional na <i>internet</i></b>	<a href="http://www.inmetro.gov.br">http://www.inmetro.gov.br</a>
<b>Situação da unidade quanto ao funcionamento</b>	<b>Em funcionamento</b>
<b>Função de governo predominante</b>	<b>Ciência e Tecnologia</b>
<b>Tipo de atividade</b>	<p>Atividades especializadas de pesquisa, planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e execução de projetos em metrologia e qualidade e a outras atividades relacionadas com a metrologia legal, científica e industrial, qualidade, regulamentação, acreditação, superação de barreiras técnicas, avaliação da conformidade e informação tecnológica.</p>
<b>Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI</b>	<p>183023 - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial</p> <p>183024 - Superintendência Regional do Inmetro - SC (*)</p> <p>183025 - Superintendência Regional do Inmetro - GO</p> <p>183039 - Representação do Inmetro no Rio Grande do Sul</p>

- Foi firmado um convênio com o Estado de Santa Catarina e após as providências necessárias será solicitada a exclusão da Unidade Gestora.

## **2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS**

### **Papel da unidade na execução das políticas públicas**

A Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, institui o Sistema Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial - Sinmetro, integrado por entidades públicas e privadas que exerçam atividades relacionadas com metrologia, normalização, avaliação da conformidade e qualidade, tendo como órgão normativo das políticas e diretrizes o Conselho Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial - Conmetro, colegiado integrado por 9 (nove) Ministros, com representação de entidades privadas de normalização (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT), do setor produtivo (Confederação Nacional da Indústria - CNI) e dos consumidores (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - Idec), presidido pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, autarquia federal vinculada ao MDIC, é o órgão executivo central do Sinmetro, exercendo a Secretaria- Executiva do Conmetro. Na qualidade de Agência Executiva, o Inmetro mantém, desde 1998, um Contrato de Gestão com o MDIC, sendo intervenientes o Ministério da Fazenda – MF e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP. Em 1992, pela Resolução Conmetro nº 08/92, foi reconhecido como o organismo de acreditação oficial brasileiro. A Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, dispõe sobre as competências do Conmetro e do Inmetro, alterando a Lei nº 5.966/73, ainda em vigor. Aliam-se a esta legislação básica de suporte ao Inmetro outras normas legais e administrativas que a Instituição deve observar, notadamente as Resoluções do Conmetro.

As principais competências e natureza das atividades do Inmetro são:

- Executar as políticas nacionais de metrologia e de avaliação da conformidade, definidas pelo Conmetro e pela legislação vigente, em consonância com as políticas públicas, com as diretrizes, os programas e as ações de governo (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE, Plano Plurianual - PPA, Programa de Aceleração do Crescimento - PAC);
- Verificar a observância em território nacional do cumprimento dos Regulamentos Técnicos Metrológicos - RTM, Regulamentos de Avaliação da Conformidade - RAC e Regulamentos Técnico da Qualidade – RTQ;
- Manter e conservar os padrões das unidades de medidas e prover a cadeia de rastreabilidade dessas unidades no País, de forma a torná-las harmônicas no plano nacional e compatíveis no plano internacional;
- Representar o País nos foros internacionais de metrologia e avaliação da conformidade e promover intercâmbio com entidades e organismos estrangeiros e internacionais
- Atuar como Secretaria-Executiva dos comitês assessores do Conmetro;
- Fomentar a utilização das técnicas de gestão da qualidade, ambiental e da responsabilidade social;
- Planejar e executar as atividades de acreditação de laboratórios de calibração e de ensaios, de provedores de ensaios de proficiência, de organismos de certificação, e de inspeção, e de outros organismos de avaliação da conformidade importantes para a infra-estrutura dos serviços tecnológicos no País;
- Coordenar a avaliação da conformidade compulsória e voluntária de produtos, de processos, de serviços e de pessoas;

- Colaborar, técnica e metodologicamente, na inovação do setor produtivo, no esforço de exportação do governo e do empresariado e na melhoria contínua da qualidade dos produtos e serviços.

Cabe ressaltar que o Inmetro reúne funções que nos seus congêneres estrangeiros estão distribuídas em organizações distintas e específicas, sejam elas públicas ou privadas. Sua concepção organizacional integra, de forma única e inovadora, áreas de conhecimento interdependentes (metrologia, avaliação da conformidade, acreditação, regulamentação), trazendo benefícios para a infra-estrutura tecnológica do País.

A participação do Inmetro na formulação de políticas públicas processa-se em três instâncias de suma importância: sociedade, setor empresarial e governo. Nas três instâncias, os comitês assessores do Conmetro (nos quais o Inmetro, como secretaria-executiva, atua como formulador e articulador) são fóruns de proposição e debate de programas, diretrizes e resoluções no contexto da metrologia e da qualidade. Todas as propostas dos comitês são submetidas à aprovação das reuniões plenárias do Conmetro.

A política pública de Metrologia e Qualidade referencia-se, ainda, ao Plano Plurianual - PPA e ao Contrato de Gestão - CG firmado com o MDIC. No Contrato de Gestão, o Inmetro negocia com o ministério gestor e interveniente um conjunto de ações e indicadores de desempenho, que é objeto de monitoramento por uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação - CAA integrada por representantes dos referidos ministérios, que avalia, semestralmente, o cumprimento das metas e objetivos pactuados, bem como propõe melhorias e ajustes.

No PPA, cabe ao Inmetro o Programa Metrologia e Qualidade Industrial, cujas diretrizes e metas são incorporadas ao seu planejamento anual e de cuja execução a Instituição presta contas em relatórios mensais circunstanciados ao MDIC e ao MP. Cabe ressaltar que o Inmetro é a única autarquia federal que mantém um Contrato de Gestão com o seu órgão supervisor, assumindo o *status* de Agência Executiva. A contratualização de desempenho institucional é um mecanismo do “Modelo de Gestão Pública por Resultados” e promove a eficiência, eficácia e efetividade institucional. Além disso, é uma importante ferramenta de aperfeiçoamento da gestão do Instituto. Isso se dá, por exemplo, por meio da exigência contratual de que o Inmetro participe do Prêmio Nacional da Gestão Pública - PQGF e consolide seu sistema de medição de desempenho.

O Inmetro também mantém parcerias com ministérios e outros órgãos, formulando, propondo e negociando ou participando de planos e programas, de maneira alinhada às orientações desses órgãos e balizada pelas macrodiretrizes do Governo Federal, traduzidas no PPA e no CG.

### 3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

O modelo de gestão do Inmetro está orientado para novas práticas gerenciais, com foco em resultados, atendimento aos usuários, qualidade de serviços e eficiência de processos, sem abandonar os parâmetros do modelo burocrático, como o processo seletivo público, a impessoalidade, a prestação de contas aos órgãos de controle, dentre tantos outros.

O planejamento estratégico é o instrumento fundamental do modelo de gestão do Inmetro para realização da sua Missão e para o desdobramento de todos os compromissos assumidos com o Governo Federal e com as demais partes interessadas. Desde o primeiro ciclo do Planejamento Estratégico Institucional - PEI, realizado em 1991, são desenvolvidas ações estruturadas de planejamento. Nesse contexto, o último ciclo (2006) do PEI (2007-2014), associado à metodologia do *Balanced Scorecard* - BSC passa por um refinamento, aprimorando a comunicação interna e a gestão estratégica da Instituição. As estratégias definidas no último ciclo (2006) do PEI buscam um melhor atendimento da Missão e alcance da Visão. São elas:

- Implantar abrangente modelo de gestão que assegure à instituição eficiência, eficácia e efetividade, garantindo regularidade, agilidade e adaptabilidade;
- Reestruturar as atividades finalísticas e as articulações externas, fortalecendo sua atuação como agente de desenvolvimento sócio econômico do país.

Anualmente, a partir do Plano Estratégico, é montado o orçamento global que visa dimensionar e alocar recursos financeiros para a realização das ações.

Como decorrência da negociação de metas do CG ou de possíveis contingenciamentos orçamentários governamentais, a Alta Administração se reúne para rever a proposta orçamentária e realizar revisões estratégicas, durante as quais são definidos os ajustes necessários no orçamento global.

Dessa forma para evidenciar a vinculação entre os objetivos e prioridades definidas para o exercício e o conjunto de decisões operacionais e de gastos, faz-se necessário analisar os principais indicadores de desempenho da Instituição, suas respectivas metas e justificativas, apresentados no item 5 deste relatório.

## **4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES**

### **4.1 . Programas**

#### **4.1.1. Programa 0390 - METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL**

O Programa Metrologia e Qualidade Industrial apresenta-se como importante fator para a reestruturação produtiva, pois representa uma referência para o aumento da qualidade do produto brasileiro, apoiando o aumento das exportações brasileiras e fortalecendo o controle sobre os produtos nacionais e importados no que se refere aos requisitos básicos de segurança.

Para que o Programa obtenha o alcance esperado, é necessário que a imagem do Inmetro junto aos consumidores seja bem elevada, uma vez que este órgão é visto como indutor de qualidade. A imagem junto à população brasileira é mensurada através dos indicadores “Índice de Reconhecimento do Inmetro” e “Índice de Credibilidade” do Inmetro junto à população brasileira”, que são obtidos por meio de pesquisa anual, com entrevistas pessoais, em todo o território nacional.

Para se calcular esses indicadores, foram realizadas 2002 entrevistas junto à população brasileira maior de 16 anos em 141 municípios. Para efeito de tabulação foram consideradas as seguintes variáveis: sexo, faixa etária, escolaridade, renda familiar, região, condição do município, porte do município em número de habitantes e critério econômico.

Com o intuito de aperfeiçoar a medição do índice de reconhecimento, o Inmetro decidiu aumentar o rigor na identificação das pessoas que conhecem o Instituto. Até 2006, o Inmetro considerava que o percentual da população que o conhecia era o resultado das pessoas que afirmavam “conhecer” o Instituto. Atualmente, o Inmetro considera que para uma pessoa afirmar que conhece, além da afirmação, é necessário que ela conheça a “marca”. Afirmaram que conhecem o Inmetro, 73% da população, contudo, 65% conhece e identifica a sua marca.

Dentre as pessoas que conhecem o Inmetro, 68% informaram de forma espontânea uma atividade realizada pela autarquia, e por isso, o nível de reconhecimento do Inmetro atingiu 44,20% em 2007. Destaca-se que pela metodologia anterior, 49,64% reconheceriam o Inmetro, e que quanto maior o grau de instrução, maior é o nível de reconhecimento e confiança do Instituto.

Do público que reconhece o Inmetro (44,20% dos entrevistados) 93,81% confiam no Instituto.

Uma inovação na pesquisa realizada junto à população foi a criação de um índice de percepção para diversas instituições públicas. 74% da população considera o Inmetro muito eficiente ou eficiente. Das instituições pesquisadas apenas os Correios foram considerados mais eficiente com um índice de 87%. O Procon obteve um índice de 67%, a Aneel de 60%, a Anatel de 55%, a Embrapa de 54%, a Anvisa de 51% e o BNDES de 42%.

Vale ressaltar que se excluirmos da base de cálculo as pessoas que não opinaram se o Inmetro era “muito eficiente, eficiente, pouco eficiente ou nada eficiente”, o índice de pessoas que declaram que o Inmetro é “muito eficiente ou eficiente” ultrapassa os 90%. Usando esta mesma metodologia, os Correios obtém um índice de 88,78%, a Embrapa de 83,08%, o Procon de 76,14%, o BNDES de 72,41%, a Aneel de 72,29%, a Anvisa de 66,23% e a Anatel de 65,48%.

Outra melhoria na pesquisa foi a criação de um índice de confiança da população para cada um dos principais instrumentos de medição (balanças de feiras, açougues, supermercados, balanças de comida a quilo, bombas de gasolina/ combustível, medidor



de luz e taxímetros). Em adição, a mesma pergunta foi realizada para os principais produtos certificados (pneus, capacetes de motocicleta, brinquedos, preservativos, fósforos e fios, cabos elétricos e disjuntores).

Merece destaque a verificação de que a marca do Inmetro é conhecida por 65% da população brasileira e que a maioria das pessoas preferem comprar um produto de uma marca não conhecida, desde que possua o selo do Inmetro a um produto de marca conhecida e que não possua o referido selo.

Os resultados desta pesquisa também constam no relatório final de 2007, elaborado pela Associação Cândido Mendes de Ensino e Pesquisa - ACAMEP, apresentando a evolução dos resultados desta pesquisa ao longo do tempo.

#### 4.1.1.1. Dados Gerais

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Elevar a qualidade dos bens e serviços ofertados ao consumidor e contribuir para o aumento da competitividade nos mercados interno e externo
<b>Gerente do programa</b>	João Alziro Herz da Jornada
<b>Gerente executivo</b>	Alfredo Carlos Orphão Lobo
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	-Taxa de Credibilidade do Inmetro junto à população -Taxa de Reconhecimento do Inmetro
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Setor produtivo; sociedade

#### 4.1.1.2. Principais Ações do Programa

- **Ampliação da Infra-estrutura Laboratorial em Metrologia Científica**  
Ampliar a infra-estrutura laboratorial da metrologia científica do país, através da construção e implantação dos laboratórios de química, materiais e de vazão.
- **Ampliação de Infra-estrutura Laboratorial Acreditada e Qualificada**  
Dotar o país de infra-estrutura laboratorial acreditada e qualificada, que atenda à demanda dos serviços de ensaio e calibração de todos os setores industriais e regiões do Brasil, visando conferir maior competitividade e qualidade aos produtos nacionais nos mercados interno e externo.
- **Avaliação da Conformidade**  
A finalidade desta ação é implementar programas de avaliação da conformidade e a acreditação de laboratórios e organismos de avaliação da conformidade, visando a melhoria da qualidade e competitividade do produto brasileiro, e o aumento da proteção ao consumidor.
- **Controle Metrológico**  
A finalidade desta ação é garantir a confiabilidade das medições nas áreas relacionadas à saúde, segurança e relações de consumo regulamentadas pelo Inmetro.
- **Disponibilização às pequenas e médias empresas de serviços de avaliação da conformidade, metrologia e informação tecnológica**  
A finalidade desta ação é prover aos participantes do setor produtivo, especialmente as pequenas e médias empresas, agentes de pesquisa e desenvolvimento e os

cidadãos, de informações em metrologia e qualidade, visando contribuir para o aumento da competitividade, da confiabilidade de produtos e serviços, do desenvolvimento científico e tecnológico, para a superação de barreiras técnicas, garantindo assim o acesso a mercados externos, bem como desenvolver a consciência de qualidade.

➤ **Padronização e Disseminação das Unidades de Medida**

A finalidade desta ação é realizar a padronização das unidades de medidas no Brasil em relação às práticas internacionais, visando a confiabilidade das medições, particularmente na indústria, resultando assim no aumento da qualidade e competitividade do produto nacional.

**4.1.1.3. Gestão das Ações**

**4.1.1.3.1. Ação 5076 - Ampliação da Infra-Estrutura Laboratorial em Metrologia Científica**

**4.1.1.3.1.1. Dados Gerais**

<b>Tipo</b>	<b>Projeto</b>
<b>Finalidade</b>	Ampliar a infra-estrutura laboratorial da metrologia científica do país, através da construção e implantação dos laboratórios de química, materiais e de vazão.
<b>Descrição</b>	Construção dos prédios e dos laboratórios de química, materiais e de vazão e aquisição de padrões de referência, equipamentos e instrumentos de medição para as cinco áreas da metrologia química, para vazão de líquidos e gases, e materiais.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro
<b>Unidades executoras</b>	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Diretoria de Metrologia Científica e Industrial – DIMCI Diretoria de Programa - DIPRO
<b>Coordenador nacional da ação</b>	João Alziro Herz da Jornada
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Humberto Siqueira Brandi

**4.1.1.3.1.2. Resultados**

Com os recursos liberados em Dezembro foi possível modernizar a infra-estrutura laboratorial em metrologia científica no Estado do Rio de Janeiro.

**Produto:** Infra-estrutura ampliada

**Unidade de Medida:** % de execução física

Previstas		Realizadas		% execução	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
1	1.000.000	1	912.808	100	91,28

Nota: Com recurso liberado em dezembro foi possível adquirir equipamentos metrológicos para o Ipem RJ. As informações extraídas do SigPlan referem-se aos valores pagos.

#### 4.1.1.3.2. Ação 11DG - Ampliação de Infra-Estrutura Laboratorial Acreditada e Qualificada

##### 4.1.1.3.2.1. Dados gerais

<b>Tipo</b>	<b>Projeto</b>
<b>Finalidade</b>	Dotar o país de infra-estrutura laboratorial acreditada e qualificada, que atenda à demanda dos serviços de ensaio e calibração de todos os setores industriais e regiões do Brasil, visando conferir maior competitividade e qualidade aos produtos nacionais nos mercados interno e externo.
<b>Descrição</b>	Implementação de ações no sentido de melhorar a qualidade dos laboratórios que prestam serviços à indústria, mediante incentivo ao credenciamento no INMETRO ou ao aparelhamento dos laboratórios.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro
<b>Unidades executoras</b>	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Diretoria de Metrologia Científica e Industrial - DIMCI Diretoria de Metrologia Legal – DIMEL Diretoria da Qualidade – DQUAL Coordenação Geral de Acreditação – CGCRE
<b>Coordenador nacional da ação</b>	João Alziro Herz da Jornada
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Humberto Siqueira Brandi

##### 4.1.1.3.2.2. Resultados

Para atender às necessidades desta ação foram adquiridos equipamentos para os Institutos de Pesos e Medidas de Fortaleza e o Instituto de Pesos e Medidas do Amazonas como segue:

- Ipem/Fort
- Ipem/AM

Este investimento teve o objetivo de aperfeiçoar a infra-estrutura laboratorial nestes estados para a execução da atividade de metrologia legal.

**Produto:** Laboratório Beneficiado

**Unidade de Medida:** Unidade

<b>Previstas</b>		<b>Realizadas</b>		<b>% execução</b>	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
20	1.000.000	2	125.675	10	12,57

Nota: Em dezembro foram adquiridos equipamentos metrológicos para os estados de Fortaleza e Amazonas. Foram liberados para esta ação apenas R\$ 125.675,00 em Dezembro de 2007. Este valor corresponde a uma execução financeira de 12,57% do previsto e por isso só foi possível beneficiar dois laboratórios no estado do Ceará e no estado do Amazonas.

## Valores dos gastos

AMPLIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DE LABORATÓRIOS			
POSIÇÃO EM 09/01/2008			
FONTE DE RECURSOS	LEI + CRÉDITOS	VALORES PAGOS	% DE EXECUÇÃO
TESOURO	300.000,00	21.359	7 %
RECURSOS PRÓPRIOS	1.700.000,00	1.017.124	60
<b>TOTAL</b>	<b>2.000.000,00</b>	<b>1.038.483</b>	<b>52 %</b>

\* Fonte: Siaf

### 4.1.1.3.3. Ação 2023 - Avaliação da Conformidade

#### 4.1.1.3.3.1. Dados gerais

Tipo	Atividade
<b>Finalidade</b>	Desenvolver e implantar programas de avaliação da conformidade e credenciamento de laboratórios e organismos para melhorar a qualidade e competitividade do produto brasileiro e aumentar a proteção ao consumidor.
<b>Descrição</b>	Elaboração de regulamentos técnicos; participação em fóruns internacionais na área de avaliação da conformidade; criação de programas de avaliação da conformidade; credenciamento de laboratórios e organismos; fiscalização e verificação de produtos regulamentados; educação em avaliação da conformidade.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro
<b>Unidades executoras</b>	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Diretoria da Qualidade - DQUAL Coordenação Geral de Acreditação - CGCRE
<b>Coordenador nacional da ação</b>	João Alziro Herz da Jornada
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Alfredo Carlos Orphão Lobo

#### 4.1.1.3.3.2. Resultados

##### Principais atividades

Elaboração de regulamentos técnicos; a participação em fóruns internacionais na área de avaliação da conformidade e acreditação; o desenvolvimento de programas de avaliação da conformidade; a acreditação de laboratórios e organismos; a fiscalização e verificação de produtos regulamentados e a educação em avaliação da conformidade. Vale destacar que a criação de programas de avaliação da conformidade segue uma metodologia singular, onde são escolhidos, junto com a sociedade (órgãos de defesa do consumidor), agências reguladoras, setores produtivos, entre outros, quais os programas serão priorizados.

## **Coordenação da atividade de avaliação da conformidade no Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro)**

### **Coordenação de trabalhos no âmbito do Codex Alimentarius**

O Inmetro está coordenando dois importantes trabalhos no Comitê de Contaminantes do Codex Alimentarius (Comitê Assessor do Conmetro) para estabelecer os limites para Aflatoxina em Castanha do Brasil e limites para Ocratoxina A em café. O estabelecimento desses limites, sob coordenação do Brasil, permitirá uma discussão equilibrada, com valores baseados no conhecimento científico disponível, evitando, assim, que estes limites se convertam em barreiras ao acesso desses produtos ao comércio internacional de alimentos. Tais ações são estratégicas para o País, dada a importância desses dois produtos na nossa pauta de exportações. Cabe ressaltar, que estes limites, quando aprovados, serão estabelecidos em normas Codex, que são referência para a solução de controvérsias no comércio internacional de alimentos.

### **Aprovado no Conmetro o Guia de Boas Práticas de Regulamentação**

A criação do Guia de Boas Práticas de Regulamentação visa melhorar a interação entre os órgãos regulamentadores através das seguintes ações: harmonização da interface entre os regulamentos técnicos editados e as normas existentes, cobrança pela utilização de normas e a referência às mesmas em regulamentos técnicos e, por fim, a harmonização das práticas de regulamentação das agências e órgãos regulamentadores, objetivando promover uma atuação mais integrada entre os mesmos, bem como o alinhamento às práticas internacionais de regulamentação, em especial dos fóruns aos quais o Brasil é membro. Cabe ressaltar que a criação deste guia envolveu todos os 25 órgãos regulamentadores que participam do Comitê Brasileiro de Regulamentação (CBR).

### **Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade (CBAC)**

Revisão do Plano de Ação Quadrienal, versão 2008 – 2011, do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade (PBAC), que identifica e prioriza as demandas pelo desenvolvimento de programas de avaliação da conformidade de produtos para o quadriênio.

Com o objetivo de ampliar e melhorar a participação das partes interessadas no processo de identificação e priorização de demandas, foram realizados oito Painéis sobre Avaliação da Conformidade, que contaram com a participação do setor produtivo, de entidades de defesa do consumidor, das autoridades regulamentadoras, de universidades e de instituições de pesquisa, nos seguintes estados: RJ, SP, MG, BA, AM, DF e RS. Após a realização dos Painéis foram selecionadas 174 demandas, de um total de 397 recebidas pelo Inmetro.

### **Monitoramento das “Outras Questões Estratégicas” do PBAC - Mudanças Climáticas**

O tema Mudanças Climáticas é uma das questões estratégicas do PBAC que está sendo monitorado através das atividades abaixo enumeradas, com vistas a avaliar as tendências quanto ao surgimento de demandas por programas de avaliação da conformidade no âmbito do SBAC: participação em duas reuniões da Comunidade Europeia (CE) – 38:009. 01, do Subcomitê 09 – Mudanças Climáticas, do ABNT / CB-38, para a revisão final da norma ABNT NBR ISO 14064 Partes I, II e III – Gases de Efeito Estufa; participação em Seminário da ISO sobre Mudanças Climáticas, em São

Paulo, evento cujo objetivo foi apresentar as normas ISO sobre o tema ISO 14064 e ISO 14065, dando um panorama geral do mercado global existente e potencial.

### **Acessibilidade para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida**

Concluída toda a regulamentação técnica necessária para a realização das adaptações nos veículos que compõem a frota existente do Transporte Rodoviário - Urbano e Interestadual, bem como do Sistema de Transporte Aquaviário - embarcações que navegam em mar aberto e águas do interior. Tais adaptações visam tornar estes transportes acessíveis às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme determina o Decreto 5296/04.

### **Assinado o acordo de cooperação técnica ente o Inmetro e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)**

Este acordo tem como objetivo a integração institucional entre o Inmetro e o MTE, para transferência mútua de conhecimento na área de Avaliação da Conformidade, tendo como pressupostos básicos a certificação de produtos e serviços diretamente ligados à proteção e segurança do trabalhador, especialmente aquelas relacionadas aos equipamentos de proteção individual - os chamados EPIs. Pretende-se também, desenvolver um programa de certificação para qualificar portadores de necessidades especiais, capacitando-os para o mercado de trabalho.

### **Programa Brasileiro de Certificação Florestal (Cerflor)**

O Cerflor é um programa oriundo do Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva de Madeira e Móveis, coordenado pelo MDIC, bem como é parte integrante da PITCE. As seguintes atividades foram realizadas no que diz respeito ao tema:

- Revisão do Regulamento de Avaliação da Conformidade da Cadeia de Custódia de Produtos de Origem Florestal, com vistas a atender as atualizações nos documentos do PEFC (Portaria Inmetro/MDIC 301/2007).
- Elaboração de posição brasileira para subsidiar a participação do Inmetro no Seminário sobre Planejamento Estratégico do PEFC (Paris/França), na Reunião das Secretarias Nacionais do PEFC, (Edimburgo/Escócia), e na 11ª Assembléia Geral do PEFC (Munique/Alemanha).
- Organização do Seminário sobre Certificação Florestal, no Rio de Janeiro, envolvendo as partes interessadas, com vistas a divulgar o programa ao setor privado.
- Divulgação do Cerflor, através de palestras no Workshop sobre Madeira e Produtos Florestais no Mercosul e no Fórum de Gestão Sustentável das Florestas Tropicais – O Desafio da Certificação Florestal.

### **Responsabilidade social**

O certificado do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social é uma proposta prevista na Norma ABNT NBR 16001, de caráter voluntário, e contempla a realização de ações sociais de interesse público, como o respeito aos direitos da criança e ao adolescente (incluindo o combate ao trabalho infantil), o respeito ao trabalhador, a promoção da diversidade, o combate à discriminação, o compromisso com o desenvolvimento e o comprometimento na proteção do meio ambiente como patrimônio também das gerações futuras. As seguintes atividades foram realizadas no que diz respeito ao tema:

- Participação no IV e V Encontros do Grupo de Trabalho da ISO que elabora a Norma Internacional de Diretrizes em Responsabilidade Social, a futura ISO 26000, em Sidney – Austrália, e em Viena – Áustria, respectivamente.

- Participação, em Viena, do Workshop do Grupo de *Stakeholder* Governo, no qual se discutiu “O papel do Governo na Responsabilidade Social.

### **Desenvolvimento e implementação de programas de avaliação da conformidade**

Conclusão dos estudos de viabilidade técnica das 55 famílias de produtos, processos e serviços inicialmente identificadas e priorizadas no Plano de Ação Quadrienal 2004-2007, que, em realidade, resultou na demanda de 126 produtos, processos e serviços a serem objeto de programas de avaliação da conformidade. Deste total, 13 (treze) ainda não foram desenvolvidos, pois são regulamentados por outras autoridades regulamentadoras, 68 (sessenta e oito) estão sendo desenvolvidos e 45 (quarenta e cinco) já foram implantados no quadriênio 2004/2007.

Considerando as demandas originadas no Plano de Ação Quadrienal 2004-2007, foram desenvolvidos, em 2007, 26 (vinte e seis) programas de avaliação da conformidade, sendo 16 em âmbito compulsório e 10 em âmbito voluntário, a saber:

#### **Programas Compulsórios**

- Dispositivo de retenção para crianças
- Aparelho para melhoria da qualidade da água para consumo humano
- Conexões de ferro fundido maleável para condução de fluidos
- Tubos de aço - carbono para usos comuns na condução de fluidos
- Cadeira plástica monobloco
- Registro do fabricante de dispositivo de acoplamento mecânico (engate)
- Registro de descontaminador de equipamentos para transporte de produtos perigosos
- Inspeção da adequação de acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros
- Cordões flexíveis com isolamento extrudada de polietileno clorossulfonado (CSP) para tensões até 300 V
- Cabos e cordões flexíveis isolados com policloreto de vinila (PVC), para aplicações especiais em cordões conectores de aparelhos eletrodomésticos, em tensões até 500V
- Cabos flexíveis isolados com etilenopropileno (EPR) para aplicações especiais em cordões conectores de aparelhos eletrodomésticos, em tensões Até 500V
- Serviço de adaptação de dispositivo de fixação de contêiner
- Adaptadores de plugues e tomadas
- Registro do fabricante de dispositivo quebra-mato
- Pó para extinção de incêndio
- Embalagens refabricadas utilizadas no transporte terrestre de produtos perigosos

#### **Programas Voluntários**

- Vidro temperado plano
- Cursos de auditores de Sistema de Gestão da Qualidade
- Cursos de auditores de Sistema de Gestão Ambiental
- Serviços próprios de inspeção de equipamentos (SPIE)
- Segurança de artigos escolares
- Condutores na área de turismo de aventura
- Telhas cerâmicas
- Válvula industrial
- Sistema de gestão da sustentabilidade para meio de hospedagem
- Auditores de fabricação de extintores de incêndio

## **Análise Crítica, aperfeiçoamento e implementação de programas de Avaliação da Conformidade**

### **Segurança do Brinquedo**

Em razão dos acidentes de consumo registrados recentemente nos EUA, referentes a brinquedos com ímãs, o Inmetro editou a Portaria nº 326, de 24 de agosto de 2007, que dispõe sobre alterações no procedimento de certificação para brinquedos importados, tornando-o mais restritivo, visando, dessa forma, proteger o mercado nacional do ingresso de produtos sem segurança avaliada. Foi estabelecido, também, que cada lote de brinquedo importado será obrigatoriamente ensaiado em laboratório nacional acreditado pelo Inmetro.

### **Válvulas industriais**

O programa de avaliação da conformidade de válvulas industriais, de caráter voluntário, demandado pela Petrobrás, tem como foco assegurar a segurança e o desempenho operacional de válvulas industriais a serem utilizadas em instalações de exploração, produção, refino e transporte de produtos de petróleo, adquiridas no mercado nacional e internacional. Os trabalhos desenvolvidos nesta área resultaram em:

- Elaboração pela ABNT da NBR 15827:2007 – Válvulas Industriais para Instalações de Exploração, Produção, Refino e Transporte de Produtos de Petróleo, baseada no documento da Petrobrás (N-2827).
- Publicação da Portaria Inmetro nº 385/2007, que aprova o regulamento de avaliação da conformidade de válvulas industriais.

### **Biocombustíveis**

O Programa visa contribuir para a superação de possíveis barreiras técnicas ao biocombustível brasileiro, facilitar o comércio exterior e o acesso a novos mercados, estimular a melhoria contínua da qualidade, minimizar o impacto socioambiental provocado pelo processo produtivo, tornar o etanol e o biodiesel brasileiros mais competitivos e valorizar a imagem do biocombustível brasileiro nos mercados interno e externo. Este programa tem caráter multidisciplinar, uma vez que conta com a participação de diversas diretorias do Inmetro, e engloba todas as etapas necessárias para a elaboração dos Regulamentos de Avaliação da Conformidade para Etanol e Biodiesel, incluindo consultas ao setor produtivo, instituições de pesquisa, meio acadêmico, visitas técnicas a propriedades rurais e usinas, participação em conferências, simpósios e congressos, realização de painéis setoriais e eventos, além da elaboração de um plano de divulgação nacional e internacional do Programa. Cabe destacar a realização das seguintes atividades:

- Realização do 1º Painel Setorial sobre o Programa Brasileiro de Certificação de Biocombustíveis, com o objetivo de iniciar um debate sobre os requisitos específicos da área de biocombustíveis, através de um processo de certificação, voluntário e internacionalmente reconhecido, que demonstre que critérios socioambientais do processo produtivo e de qualidade intrínseca do produto são atendidos. Durante o painel, foi apresentada a proposta da minuta do Regulamento de Avaliação da Conformidade para Etanol.
- Elaboração do Regulamento de Avaliação da Conformidade de Etanol, a ser submetido oportunamente à consulta pública.
- Aprovação de Projeto submetido à Finep intitulado "Biocombustíveis: Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade", no valor de R\$844.975,76 (oitocentos e quarenta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos),



para o desenvolvimento do Programa Brasileiro de Certificação de Biocombustíveis, cujo prazo de implementação é de 24 meses.

### **Dispositivo de retenção de crianças**

O desenvolvimento de ações na área de avaliação da conformidade referentes ao transporte infantil é de suma importância, uma vez que crianças de 0 a 4 anos não possuem nem altura adequada nem estrutura óssea suficientemente desenvolvida (a junção do pescoço ao tronco ainda é frágil) para usar o cinto de segurança do automóvel, o que torna necessário o uso de cadeiras infantis. Nesta área, foram publicadas duas portarias visando que os produtos comercializados possam garantir uma retenção segura em caso de acidente ou freada brusca:

- Publicação da Portaria Inmetro nº 038. De 29 de janeiro de 2007, que estabelece o Programa de Avaliação da Conformidade de Dispositivos de Retenção para Crianças, de forma compulsória, tendo o comércio que se adequar, até o dia 30 de março de 2008, ao estabelecido no regulamento.
- Publicação da Portaria Inmetro nº 419, de 22 de novembro de 2007, que estabelece que o Inmetro passará a reconhecer, para fins de ensaios dos dispositivos de retenção para crianças, a equivalência entre os relatórios de ensaios realizados de acordo com a diretiva europeia ECE 44-03, ABNT NBR 14400:1999 e os critérios do Regulamento de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Portaria Inmetro nº 038, de 29 de janeiro de 2007.

### **Plugues e tomadas e adaptadores de plugues e tomadas**

Iniciado o processo de transição entre a tolerância ao uso dos diversos modelos de plugues e tomadas, que colocam em risco, em sua maioria, a integridade física do usuário, e a aplicação efetiva da norma brasileira, que estabelece o padrão brasileiro, amplamente discutido na época da elaboração da referida norma. Com a publicação das Resoluções Conmetro nº 11/2006 e 02/2007, fabricantes e comerciantes terão prazo até dezembro de 2009 para, gradativamente, adaptarem-se à NBR 14136:2002. Em cumprimento ao artigo 3º da Resolução Conmetro nº 11/2006, o Inmetro publicou Portaria, em agosto de 2007, tornando compulsório o processo de avaliação da conformidade para adaptadores de plugues e tomadas, conforme estabelecido na norma ABNT NBR 14936.

### **Extintor de Incêndio**

Publicação da revisão do Regulamento de Avaliação da Conformidade para Fabricação de Extintor de Incêndio, através da Portaria Inmetro nº 337, de 28/09/07, tendo sido incluídos requisitos adicionais que permitem a fabricação e comercialização de extintores plásticos no país.

### **Coordenação da atividade de fiscalização de produtos regulamentados**

A fiscalização é uma das formas de acompanhamento de mercado de produtos, processos e serviços regulamentados, que na maioria dos casos possuem um mecanismo de avaliação da conformidade associado e tem como foco coibir a presença no mercado de produtos irregulares. Operações Especiais de Fiscalização são aquelas que acontecem simultaneamente em todo o país, com produto(s) definido(s) e em datas estabelecidas pelo Inmetro. O diferencial dessas operações é que elas são realizadas num período do ano em que o consumidor é estimulado a consumir um determinado

produto, que se torna o alvo principal da fiscalização. Em 2007, foi implementada pela RBMLQ-I 12 (doze) Operações Especiais de Fiscalização, abaixo relacionadas:

- Volta às Aulas - Têxteis – uniforme escolar
- Carnaval - Preservativo masculino
- Páscoa - Brinquedos em produtos de páscoa
- Bebedouros - Bebedouros elétricos
- Dia das mães - Mamadeiras e têxteis – linha feminina
- Boa viagem - Pneus e capacetes
- GNV - Oficinas e componentes
- Isqueiros - Isqueiros a gás
- Dia das crianças - Brinquedos e têxtil - infantil
- Elétrica - Estabilizadores, interruptores, plugues, tomadas, lâmpadas e fios e cabos
- Cozinha segura - Reguladores e mangueiras para GLP, fogões, fósforos e embalagens plásticas para álcool
- Natal - Brinquedos e luminária pisca-pisca

### **Coordenação da atividade de Verificação da Conformidade**

O Programa de Verificação da Conformidade procura acompanhar no mercado os produtos e serviços, a fim de verificar se estes estão preservando as características baseadas nas quais tiveram sua conformidade avaliada. Este programa também busca identificar melhorias, seja nos laboratórios acreditados, nas normas e regulamentos técnicos, ou nas práticas dos organismos de avaliação da conformidade, servindo de base à tomada de ações do Inmetro e do setor produtivo, visando o aprimoramento contínuo dos programas de avaliação da conformidade.

No ano de 2007 foram submetidos ao Programa de Verificação da Conformidade os produtos abaixo relacionados:

- Bebedouros elétricos
- Embalagens plásticas para álcool
- Tubos da alta pressão para GNV
- Reatores eletrônicos
- Fósforos de segurança
- Fios rígidos – NM 242
- Cabos flexíveis – NM
- Capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares

### **Divulgação da atividade de avaliação da conformidade**

Com o fim de divulgar a atividade e conscientizar a população para a importância da avaliação da conformidade, em 2007 houve:

- Realização da campanha de divulgação dos novos selos de identificação da conformidade, através de palestras, divulgação na intranet e distribuição de cartilhas.
- Divulgação dos resultados de análises no programa Fantástico, da Rede Globo:
  - Sacos para lixo hospitalar, em fevereiro: 04min e 08s
  - Copos plásticos descartáveis, em fevereiro: 03min e 42s
  - SAC de bancos e cartões de crédito, em março: 05min e 08s
  - SAC de planos de saúde, em março: 04min e 58s

- SAC de alimentos e bebidas, em março: 03min e 58s
  - SAC de TV por assinatura, telefonia fixa e telefonia móvel, em março: 05min e 29s
  - SAC de produtos eletro-eletrônicos, em abril: 03min e 37s
  - Sacolas de supermercado, em junho: 06min e 46s
  - Conversor catalítico, em setembro: 05min e 44s
  - Pães light, em outubro: 05min e 55s
  - Sucos light, em outubro: 05min e 34s
- Realização de painel em comemoração ao Dia do Consumidor, sobre o tema “Lixo”. O evento contou com a participação de representantes da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, da COMLURB, do SENAI e de uma cooperativa de catadores de resíduos em Gramacho/RJ.
- Realização do III Workshop Internacional sobre Avaliação da Conformidade, promovido através da parceria entre o Inmetro e a ABNT e o Comitê Brasileiro da Qualidade (CB 25), transmitido por um circuito interno de TV (TV Firjan), distribuído por 27 pontos de recepção espalhados por todo o Estado. O encontro abordou temas como o manejo florestal, normas para gases de efeito estufa, os sistemas de informações – Unece, a experiência da Consumer Product Safety Commission (CPSC), avaliação da conformidade em biocombustíveis, a experiência chinesa em acreditação, nova legislação europeia e a relação do acreditador com autoridades regulamentadoras, tendo como palestrantes seis especialistas internacionais em avaliação da conformidade.

### **Orientação e incentivo à capacitação de pessoal em avaliação da conformidade e relações de consumo**

Realização de seis cursos de Formação de Multiplicadores em Educação para o Consumo Sustentável, que formaram em torno de 350 multiplicadores e foram marcados por uma expressiva participação de técnicos dos órgãos conveniados, demonstrando um significativo avanço na compreensão da importância da atuação do Inmetro no contexto das relações de consumo.

### **Participação em Reuniões ou Fóruns de Acreditação**

Em 2007, visando coordenar as ações de reconhecimento internacional e regional relacionadas às atividades de Acreditação, o Inmetro participou de diversos eventos nacionais e internacionais nesta área.

Dentre os nacionais destacamos a Semana da Ciência e Tecnologia do Inmetro; a participação na Câmara Setorial de Toxicologia da ANVISA; diversos grupos de trabalhos (GT) junto à ABNT e ao *InterAmerican Accreditation Forum* (IAF); além do GT criado no âmbito do Conmetro para tratar de assuntos relacionados à Adesão do Brasil na *Organisation for Economic Cooperation and Development* (OECD), referente às Boas Práticas de Laboratório (BPL).

Dentre os fóruns internacionais de acreditação cabe destacar:

- a) Cooperações Regionais e Internacionais de Acreditação
- *Arrangement Committee da International Laboratory Accreditation Cooperation* (ILAC)
  - *InterAmerican Accreditation Cooperation (IAAC) Executive Committee e MLA Committee*

- b) Fóruns da *International Standards Organization* (ISO)
- c) Avaliação de Pares junto a Oficina Guatemalteca de Acreditação
- d) Projetos Internacionais envolvendo o Mercosul, o órgão de metrologia da Alemanha (PTB), e o *Americas Aerospace Quality Group* (AAQG/RMC - aeroespacial)

### **Palestras e Cursos de Acreditação Ministrados**

Ao longo de 2007, foram ministradas diversas palestras sobre os trabalhos que o Inmetro desenvolve na área de Acreditação de Organismos de Avaliação da Conformidade para públicos variados, tais como: ABINEE – Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, XV ENAAL – Encontro Nacional de Analistas de Alimentos, I Workshop Internacional de Inovações Tecnológicas na Irrigação, 2ª Rodada de Programa de Ensaio de Proficiência em Leite em Pó, II Workshop sobre Planejamento e Organização de Ensaio de Proficiência (IAAC/PTB), entre outros.

Além de palestras, foram organizados diversos cursos e eventos na área de Acreditação, tais como: Curso Guia ABNT ISO/IEC Guia 65:1997 e respectiva Diretriz – (Certificação de Produtos); Curso para especialistas na área de acreditação de Produtos Perigosos (ABNT ISO/IEC 17020:2005 – Organismos de Inspeção); Curso para avaliadores e especialistas na área de acreditação de Segurança Veicular (ABNT ISO/IEC 17020:2005 – Organismos de Inspeção); *workshop* com os organismos de certificação de sistema de gestão sobre a adequação da ABNT ISO/IEC 17021:2007 (destinado aos organismos de certificação de sistemas); Coordenação do curso para avaliadores nas normas de certificação na área de Turismo de Aventura e Meios de Hospedagem; Curso para avaliadores na norma de certificação na área de Certificação de Pessoas; Coordenação do 3º Encontro com Organismos de Acreditados – ENOR/2007; Coordenação do 5º Encontro com os Laboratórios Acreditados – ENLAB/2007; Coordenação do processo de Cooperação Técnica (Cgcre/Inmetro – ONA do Paraguai); Coordenação do treinamento sobre Imparcialidade na condução dos processos de acreditação baseado em regulamentação da ISO e em conformidade com a ABNT ISO/IEC 17021:2005; Coordenação de três “Workshops” do projeto PTB Mercosul.

### **Política transfronteiras**

Como parte da política transfronteiras na área de acreditação cabe destacar a interação do Inmetro com outros organismos acreditadores para realização de auditorias conjuntas de escritório fora do Brasil ou para solicitar seus auditores para participação na equipe de avaliação do Inmetro. Foi realizada uma auditoria conjunta com *United Kingdom Accreditation Service* (UKAS) e *Sincert no Rina* em 2007.

Foi dado andamento ao Projeto de Cooperação Técnico firmado entre o Brasil e Moçambique, visando o fortalecimento da metrologia e qualidade naquele país, através da identificação de oportunidades de cooperação e elaboração de propostas de projetos no âmbito do programa pertinente a metrologia legal e a avaliação da conformidade. O objetivo principal é possibilitar que os técnicos do Inmetro e do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade de Moçambique (INNOQ) preparem de forma conjunta, um ou mais documentos de projeto para construir ou apoiar um plano estratégico para o fortalecimento institucional do órgão metrológico de Moçambique.

## **Processo de Qualificação de Avaliadores e Especialistas**

O processo de qualificação de avaliadores e especialistas internos e externos baseia-se em requisitos normativos internos estabelecidos no Edital de credenciamento de avaliadores e especialistas, que está em conformidade com norma internas.

Foi de fundamental importância a publicação da portaria Inmetro 374/2007, que tornou público e transparente o processo de credenciamento em todas as regiões do país, além de fornecer uma sustentação jurídica para o pagamento de avaliadores e especialistas externos quando da realização das avaliações. Esta portaria foi uma ação de um projeto em andamento, que visa dobrar o número de avaliadores e especialistas externos que trabalham para o Inmetro. Hoje, o Instituto conta com aproximadamente 300 profissionais cadastrados, mas tem uma meta de 600 profissionais em 2010. Este projeto também tem por fim expandir o banco de dados de avaliadores para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

## **Desenvolvimento de Projetos**

No ano de 2007, foram executadas ações de 7 (sete) projetos que visam o aperfeiçoamento das atividades de acreditação:

### *Projeto 1: Otimização do Processo de Acreditação*

Coordenação: Glória Maria

Objetivo: Dinamizar a atividade de acreditação de laboratórios, tornando o processo operacional mais eficaz, revisando a sistemática utilizada na concessão de acreditação de laboratórios visando a diminuir o tempo gasto na realização desta atividade.

Situação atual: implementado, necessitando avaliação do tempo, custo e qualidade do processo de acreditação

### *Projeto 2: Revisão da Sistemática de Manutenção da Acreditação*

Coordenação: Alexandre Dias de Carvalho

Objetivo: Otimizar o processo de avaliação do sistema de gestão de laboratórios de calibração e ensaio com vistas à manutenção da acreditação, substituindo a atual sistemática de visitas anuais (3 supervisões e uma reavaliação), para reavaliação a cada 2 anos.

Situação atual: implementado, necessitando de avaliação do tempo, custo e qualidade do processo de acreditação

### *Projeto 3: Mudança na sistemática de aprovação e controle dos signatários autorizados*

Coordenação: Maurício Araújo Soares

Objetivo: Eliminar dos procedimentos de acreditação a necessidade de aprovação prévia pela Cgcre/Inmetro dos signatários autorizados pelo laboratório, mantendo na Divisão de Credenciamento de Laboratórios - Dicla registros destes signatários.

Situação atual: implementado

### *Projeto 4 : Escopos de Laboratórios de Ensaio*

Coordenação: Alexandre Dias de Carvalho

Objetivo: Otimizar a forma de apresentação e de pesquisa do escopo de ensaios disponibilizado na Internet.

Situação atual: em andamento

Projeto 5 : *Otimização do Processo de Formalização da Acreditação de Laboratórios*  
Coordenação: João Carlos Antunes de Souza

Objetivo: Revisar a sistemática utilizada na formalização das atividades de acreditação de laboratórios, de forma a minimizar o tempo atualmente dispendido nesta etapa.

Situação atual: implementado, dependendo da avaliação do tempo, custo e qualidade do processo de acreditação.

Projeto 6: *Estabelecimento de um único número de acreditação na atividade de acreditação de laboratórios de calibração*

Coordenação: João Carlos Antunes de Souza

Objetivo: Revisar o tratamento à atividade de acreditação de laboratórios de calibração, de forma que cada laboratório venha a ter um único número de acreditação.

Situação atual: implementado

Projeto7: *Revisão da Política de Preços de Acreditação de Laboratórios*

Coordenação: João Carlos Antunes de Souza

Objetivo: Revisar a atual política de preços de acreditação de laboratórios, incluindo revisão dos atuais preços e sistemáticas empregadas.

Situação atual: implementado

### **Principais Compromissos para 2008**

- Aprovação do Plano de Ação Quadrienal 2008 - 2011.
- Implementação do projeto de Registro da atividade de avaliação da conformidade.
- Implementação do projeto de Designação de organismos e laboratórios envolvidos nos programas de avaliação da conformidade.
- Implementação do projeto de Implantação Assistida de Programas de Avaliação da Conformidade.
- Implementação da atividade de programas de verificação da conformidade realizada por agentes externos.
- Aprovação e implementação do Sistema de Monitoramento de Acidente de Consumo.
- Implantação de programas de avaliação da conformidade de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), de prensas, de máquinas agrícolas e dos serviços prestados por organismos de treinamento para requalificação profissional.

### **Valores dos gastos**

<b>AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE</b>			
<b>POSIÇÃO EM 09/01/2008</b>			
<b>FONTE DE RECURSOS</b>	<b>LEI + CRÉDITOS</b>	<b>VALORES PAGOS</b>	<b>% DE EXECUÇÃO</b>
<b>TESOURO</b>	300.000,00	246.886	82
<b>RECURSOS PRÓPRIOS</b>	14.520.004,00	13.373.785	92
<b>CONVÊNIOS</b>	196.000,00	46.181	24
<b>TOTAL</b>	<b>15.016.004,00</b>	<b>13.666.852</b>	<b>91</b>

\* Fonte: Siafi

## Metas e resultados da ação

**Produto:** Programa de avaliação da conformidade implantado

**Unidade de Medida:** Unidade

Previstas		Realizadas		% execução	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
20	15.016.004	26	13.668.970	130	91,03

Nota: Em dezembro foram adquiridos equipamentos metrológicos para os estados de Fortaleza e Amazonas.

O Plano de Ação Quadrienal tem por objetivo definir e priorizar os produtos, processos e serviços para os quais serão desenvolvidos programas de avaliação da conformidade, tanto no campo compulsório, onde são envolvidas as questões relacionadas a saúde, segurança, meio ambiente ou necessidade de regular o mercado, quanto no voluntário, onde a adesão ao programa é decisão exclusiva do fornecedor do produto. Partindo da premissa de que a atividade de avaliação da conformidade causa impacto em diferentes segmentos da sociedade, o Plano se propõe a reuni-los a fim de identificar e priorizar suas demandas. Esse Plano, apesar de ser atualizado a cada quatro anos, passa por revisões anuais, uma vez que as necessidades dos diferentes segmentos da sociedade podem variar com o tempo. Além das demandas sociais priorizadas, são consideradas as solicitações de Órgãos de Estado, especialmente Agências Reguladoras e Ministérios. Dessa forma, a carteira de programas sofre uma significativa variação de um ano para outro. A elaboração de um programa de avaliação da conformidade leva em consideração todos os aspectos inerentes ao sistema produtivo de cada segmento envolvido. Para que um programa seja implementado, entre outros pontos, normalmente é necessário que se produza uma base normativa adequada, que sejam desenvolvidos métodos adequados de ensaio, que laboratórios de ensaio e organismos de avaliação da conformidade dominem a tecnologia e busquem a sua acreditação junto ao Inmetro, que o segmento produtivo esteja preparado tecnologicamente e que a fiscalização seja treinada. Dessa forma, o tempo médio para a implantação total de um programa é superior a dois anos. Em função do acima exposto, o desenvolvimento de um programa de avaliação da conformidade necessita de investimentos de mais de um exercício financeiro, o que inviabiliza uma relação matemática estável entre execução física e execução financeira em um determinado exercício financeiro. Para efeito de contabilização, considera-se o programa desenvolvido quando da publicação de portaria no Diário Oficial da União com seu regulamento em anexo.

## Ação 2034 - Controle Metrológico

### 4.1.1.3.4.1. Dados gerais

Tipo	Atividade
<b>Finalidade</b>	Garantir a confiabilidade das medições que envolvam saúde, segurança e relações de consumo regulamentadas pelo Inmetro.
<b>Descrição</b>	Verificação de instrumentos de medição e de medidas utilizadas em transações comerciais; fiscalização de produtos pré-medidos e de certificação compulsória, em todo o território nacional, por meio da Rede Nacional de Metrologia Legal; aprovação de novos modelos de medir e medidas; elaboração de regulamentos técnicos em conformidade com os internacionais, dentre outras atividades inerentes à metrologia legal.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro
<b>Unidades executoras</b>	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Diretoria de Metrologia Legal – DIMEL Coordenação Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – CORED
<b>Coordenador nacional da ação</b>	João Alziro Herz da Jornada
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Luiz Carlos Gomes dos Santos

#### 4.1.1.3.4.2. Resultados

##### Principais atividades

O Controle Metrológico tem por objetivo garantir a confiabilidade das medições nas áreas relacionadas à saúde, segurança e relações de consumo regulamentadas pelo Inmetro. A execução ocorre através da verificação de instrumentos de medição e de medidas utilizadas em transações comerciais; aprovação de novos modelos de medir e de medidas; elaboração de regulamentos técnicos em conformidade com as recomendações da Organização Internacional de Metrologia Legal (OIML), fiscalização de produtos pré-medidos e de certificação compulsória, em todo o território nacional. Para a execução do Controle Metrológico, o Inmetro optou por um modelo descentralizado, delegando, por meio de convênios, as atividades de fiscalização a órgãos metrológicos presentes em todo o território nacional, que constituem a Rede Brasileira de Metrologia e Qualidade - Inmetro (RBMLQ-I). A Rede é composta por 26 órgãos metrológicos regionais, sendo 23 órgãos da estrutura dos governos estaduais, 1 órgão municipal, e os 2 restantes administrados pelo próprio Inmetro.

##### Controle legal dos instrumentos de medição

Em 2007 foram aprovados 639 modelos de instrumentos de medição e medidas materializadas e realizadas 396 arqueações de tanques. A RBMLQ-I até o mês de novembro de 2007 realizou mais de 8.450.000 (oito milhões quatrocentos e cinquenta mil) verificações em instrumentos de medição, tanto em fábrica como em seus locais de utilização e mais de 900.000 (novecentos mil) de exames em produtos pré-medidos.

A Apreciação Técnica de Modelo (ATM) é o “exame do modelo de um instrumento de medição ou medida materializada com vistas à sua aprovação”, sendo um processo de avaliação que consiste na análise da documentação descritiva, inspeção visual e ensaios em exemplares do modelo. O exame é baseado na regulamentação metrológica pertinente. Para este processo está sendo implementada uma ação de melhoria: a implantação de um *software* que gerencia o fluxo de informações dos processos de negócios entre os diversos atores da organização, utilizando tecnologia de sistemas colaborativos (*workflow*). Com a utilização deste software espera-se ter os seguintes benefícios:

- Redução no tempo e custo de execução dos processos
- Maior controle e transparência sobre os processos
- Melhor qualidade no atendimento e nas informações prestadas aos clientes do Inmetro.

Com a implantação definitiva do sistema o processo de ATM, terá um gerenciamento mais moderno e proporcionará maiores agilidade e transparência, incrementando a credibilidade do Inmetro e confiança na atividade.

Além da implantação do *software* mencionado acima, foi desenvolvido internamente um outro *software* para o gerenciamento dos instrumentos de medição, chamado SISCAL, que possui funções para identificação, cadastro, controle e registro de calibração e manutenção. Este *software* já está sendo utilizado com êxito. Ele apresenta grande relevância e aplicabilidade, uma vez que possibilita atendimento aos requisitos da ABNT ISO/IEC 17025:2005 específicos a padrões e instrumentos de medição. Além disso, agrega valor aos ensaios de apreciação técnica de modelo, uma vez que fornece ferramentas para assegurar a rastreabilidade das medições.



## Resoluções e Portarias publicadas

<b>Resoluções do Conmetro</b>		
<i>Documento</i>	<i>Data</i>	<i>Assunto</i>
Resolução Conmetro nº 03 de 06/09/2007	14/09/2007	Dispõe sobre a adoção do Vocabulário Internacional de Termos de Metrologia Legal e da constituição da verificação metrológica de um instrumentos de medição
Resolução Conmetro nº 04 de 06/09/2007	14/09/2007	Autoriza a expansão da utilização da supervisão metrológica como forma de execução do controle legal de instrumentos de medição para determinadas classes de instrumentos.
<b>Portarias referentes a Instrumentos de Medição</b>		
<i>Documento</i>	<i>Data</i>	<i>Assunto</i>
Portaria Inmetro nº 21 de 12/01/2007	15/01/2007	A Diretoria de Metrologia Legal – Dimel – disporá do prazo de 90 (noventa) dias para apresentar proposta de Documento de Referência que estabeleça os procedimentos gerais para ATM de instrumentos de medição sujeitos ao Controle Metrológico Legal bem como os critérios a serem adotados para avaliar a Modificação do Modelo Aprovado.
Portaria Inmetro nº 128 de 03/04/2007	5/04/2007	Dá nova redação ao item B.11, do Anexo B, da Portaria Inmetro n.º 089, de 06 de abril de 2006 – Termômetro clínico digital
Portaria Inmetro nº 159 de 09/05/2007	11/05/2007	Aprova o RTM que estabelece os requisitos técnicos e Metrológicos mínimos que deverão ser observados na fabricação, instalação e utilização de sistemas encapsulados de medição a transformador a seco que são projetados para a medição de energia elétrica ativa em média tensão.
Portaria Inmetro nº 166 de 17/05/2007	21/05/2007	Retifica as disposições da Port. 236/94 no que se refere ao Campo de aplicação da Portaria - IPNA.
Portaria Inmetro nº 175 de 30/05/2007	01/06/07	Aprova o documento de referência para o processo de apreciação técnica de modelo no Inmetro.
Portaria Inmetro nº 256 de 03/07/2007	03/07/2007	Aprova equipamentos dotados de roletes, utilizados pela RBMLQ-I
Portaria Inmetro / MDIC nº 304 de 03/08/2007	07/08/07	Revogar o item 7.2.1 do regulamento técnico metrológico a que se refere a portaria INMETRO nº 154 de 12/08/2005.
Portaria Inmetro nº 329 de 24/08//2007	29/08/07	Altera os itens C.2 e C.3, assim como seus subitens, do Anexo C do Regulamento Técnico Metrológico aprovado pela Portaria Inmetro n.º 89/2006 – Termômetro clínico digital
Portaria Inmetro nº 346 de 12/09/2007	14/09/2007	Estabelece que a Nie-Dimel 036 deve ser usada até que seja publicada a Port. Sobre Medidores eletrônicos de energia elétrica ativa e/ou reativa, monofásicos e polifásicos
Portaria Inmetro nº 347 de 12/09/2007	14/09/2007	Medidores eletrônicos e eletromecânicos (altera prazo contido na Port. 239/2005 e revoga as Port. 287/2006 e 052/2007) e revoga prazo contido no Art. 1º da Port. 162/2006 sobre Sistema de Medição Centralizada

Portaria Inmetro n° 371 de 28/09/2007	01/10/2007	Estabelece as condições mínimas a que devem satisfazer os sistemas de medição centralizada para uso em medição de energia elétrica em unidades consumidoras.
Portaria Inmetro n° 378 de 16/10/2007	16/10/2007	Altera prazo da Portaria 371/2007 – Sist. medição centralizada
Portaria Inmetro n° 431 de 04/12/2007	07/12/2007	Medidores eletrônicos de energia elétrica ativa e/ou reativa, monofásicos e polifásicos, inclusive os reconicionados – Revoga 262/02; 149/04; 346/07 e altera os prazos contidos na Port. 347/07
Portaria Inmetro n° 436 de 10/12/2007	11/12/07	Define a fiscalização metrológica de produtos pré-medidos e instrumentos
Portaria Inmetro n° 438 de 04/12/2007	14/12/2007	Altera os subitens 2.7, 4.6, 4.6.1 e 4.6.2 do RTM aprovado pela Portaria INMETRO n.º 112/1989 – Veículo-tanque ferroviários
Portaria Inmetro n° 001 de 02/01/2008	03/01/2008	Alteração da Portaria Inmetro 336/2006 – esfigmomanômetros digitais
Portaria Inmetro CP n° 432/2000 de 06/12/2007	Em fase de aprovação	RTM que estabelece as condições técnicas e metrológicas essenciais a que devem atender os opacímetros de fluxo parcial

#### Referentes a Produtos Pré-Medidos

<i>Documento</i>	<i>Data</i>	<i>Assunto</i>
Portaria Inmetro n.º 48 de 29/01/2007	08/02/2007	Indicação do conteúdo líquido de fósforos e palitos de dente, comercializados como produtos industrializados pré-medidos
Portaria Inmetro n.º 77 de 06/03/2007	08/03/2007	Indicação do conteúdo líquido de sorvetes comercializados como pré-medidos
Portaria Inmetro n.º 103 de 21/03/2007	23/03/2007	Revogar as Portaria Inmetro n° 095/1997; n° 116/1989; n° 009/1989; Port. INPM n° 052/1979; Port. INPM n° 014/1978; Port. INPM n° 089/1976; Port. INPM n° 002/1967. Alinhamento sobre produtos pré-medidos
Portaria Inmetro n° 124 de 30/03/2007	04/04/07	Indicação do conteúdo nominal de linhas em unidades legais de comprimento.
Portaria Inmetro n° 328 de 24/08/2007	28/08/07	Revogar as Portarias: Portaria Inmetro n° 018/1992; Portaria Inmetro n° 154/1993.
Portaria Inmetro n° 363 de 27/09/2007	01/10/07	Determina que os produtos “extrato de tomate”, “purê de tomate”, “polpa de tomate” e “molho de tomate” deverão ter a sua indicação quantitativa expressa em unidades legais de massa
Port. Inmetro n.º 364 de 27/09/2007	01/10/07	Indicação quantitativa de produtos químicos e seus derivados quando comercializados em tambores ou bombonas
Portaria Inmetro n° 365/07 de 27/09/2007	01/10/2007	Critérios para comercialização, indicação quantitativa e metodologia de verificação dos recipientes transportáveis de aço, destinados ao acondicionamento de GLP
Port. Inmetro n.º 398/2007 de 05/11/2007	07/11/07	Aprovar o Regulamento Técnico Metrológico sobre a metodologia para determinação de peso drenado.
Portaria CP Inmetro N° 400 de 05/11/2007	Em fase de aprovação	Disponibilizar os textos propostos pelo Inmetro para a Portaria definitiva e o Regulamento Técnico Metrológico sobre controle de produtos pré-medidos, de conteúdo nominal igual, comercializados em unidades de massa e de volume.

Portaria CP Inmetro nº 322 de 14/08/2007	Em fase de aprovação	Proposta de texto da Portaria e do Regulamento Técnico Metrológico, que com esta baixa, estabelecendo critérios para a verificação do conteúdo líquido do produto inseticida líquido, comercializado em recipiente a ser acoplado em dispositivo elétrico.
--	----------------------	--

O processo de regulamentação superou as expectativas previstas para o ano de 2007, uma vez que o índice de alinhamento dos regulamentos técnicos metrológicos às recomendações da Organização Internacional de Metrologia Legal (OIML) atingiu 77,8%, ultrapassando a meta de 77%.

### **Supervisão metrológica**

O termo supervisão metrológica é usado para designar o conjunto de procedimentos de controle metrológico realizados na fabricação, na utilização, na manutenção e no conserto de um instrumento de medição ou medida materializada para assegurar que estão sendo atendidas as exigências regulamentares. Esses procedimentos se estendem, também, ao controle da exatidão das indicações apostas nas mercadorias pré-medidas.

Considerando a necessidade de incrementar, diversificar e agilizar a execução dos serviços de metrologia legal no País, de modo a permitir a expansão do controle metrológico para determinadas classes de instrumentos de medição regulamentados, em consonância com as resoluções do Conmetro, consolidou-se a adoção da auto-verificação para os fabricantes de instrumentos de medição e a concessão de autorização para Postos de Ensaio autorizados, que realizam os ensaios relativos à verificação após reparos, aplicados aos medidores de energia elétrica, medidores de água e medidores de gás domiciliar. Dentro deste contexto foram autorizados 13 fabricantes nas áreas de energia elétrica, água e gás e 59 concessionárias na área de energia elétrica e de gás.

Como parte da estratégia de aperfeiçoamento, alinhamento de procedimentos operacionais da RBMLQ-I a Dimel realizou 24 auditorias em seus órgãos delegados

A fim de capacitar a RBMLQ-I no atendimento de suas atividades pertinentes à supervisão metrológica, foram ministrados 13 treinamentos visando nivelar as informações e uniformizar os procedimentos adotados no âmbito da metrologia legal em todo o Brasil. Esta ação, referente aos instrumentos de medição e aos produtos pré-medidos, totalizou uma carga horária de 455 horas, para 329 treinandos.

### **Implementação do monitoramento da produção de bebidas**

Implementação das ações previstas em convênio de cooperação técnica, celebrado entre o Inmetro e a Receita Federal, visando a instalação de sistemas de monitoramento da produção de bebidas (cervejas e refrigerantes), com o intuito de coibir a evasão fiscal. Foram realizadas avaliações dos sistemas de medição instalados em todas as regiões da Federação, pertencentes ao grupo de fabricantes com maior capacidade de produção instalada (acima de 200 milhões de litros/ano).

### **Inserção e participação internacionais**

As ações desenvolvidas pelo Inmetro neste âmbito contribuíram para o alinhamento às políticas governamentais, aumentando a visibilidade e a integração do País em âmbito internacional. Demonstra-se este fato pela promoção e participação em eventos de metrologia legal, os intercâmbios e os projetos de cooperação técnica realizados e o relacionamento com a OIML. Destacam-se:

- A execução do Projeto de Cooperação Técnica firmado entre o Brasil e Moçambique, visando o fortalecimento da metrologia naquele país, através da

identificação de oportunidades de cooperação e elaboração de propostas de projetos no âmbito do programa pertinente à metrologia legal.

- O Projeto de Cooperação Técnica firmado entre o Brasil e a Costa Rica, implantando o controle metrológico dos instrumentos de medição utilizados no âmbito da saúde e do meio ambiente em Costa Rica: esfigmomanômetros, termômetros clínicos e medidores de gases de exaustão veicular, de acordo com os requisitos internacionais, bem como preparação de pessoal técnico capacitado para a realização desses serviços.
- Análise técnica de 26 correspondências originárias do Bureau Internacional de Metrologia Legal (BIML) e dos diversos Comitês Técnicos OIML encarregados da elaboração e / ou revisão de Recomendações Internacionais OIML.
- Realização do I Congresso Internacional de Metrologia Legal (CMEL), promovido pelo Inmetro no âmbito do Metrosul, em Curitiba/PR, que teve três temas centrais: Controle Metrológico de Produtos Pré-medidos; Modelo de Metrologia Legal na Europa; e Ensino à Distância Aplicado à Metrologia Legal.

### Principais Intercâmbios e Eventos Internacionais

<b>Intercâmbios realizados com Instituições Congêneres</b>
Treinamento sobre Mercadorias pré-medidas conforme convênio firmado entre Inmetro e a Oficina Nacional de Normalização/Cuba
Visita técnica de representante do órgão metrológico da Guatemala
Missão técnica para participar de atividades relativas ao programa de cooperação Brasil - Costa Rica, com objetivo de elaborar projetos de cooperação técnica no âmbito do programa pertinente à metrologia legal, sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).
Visita Técnica de representante de órgão metrológico de Portugal (IPQ)
Reuniões no <i>NWNL</i> (Londres)
Reuniões em Paris com o objetivo de resgatar três padrões de resistência elétrica, calibrados pelo BIPM e reunião no Bureau de la Métrologie e da Conferência Geral de Pesos e Medidas – CGPM.
Missão técnica para participar de atividades relativas ao programa de cooperação Brasil – Moçambique, com objetivo de elaborar projetos de cooperação técnica no âmbito do programa pertinente à metrologia legal, sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).
Participação de Visita técnica para efetuar ensaio em Estação de medição de gás natural na Bolívia
<b>Eventos Internacionais de Metrologia Legal</b>
XXVII Reunião Ordinária do SGT-3/Regulamentos Técnicos e Avaliação de Conformidade do MERCOSUL, como especialista no campo da medição de massa, visando dar continuidade às discussões do projeto de Resolução Mercosul sobre instrumentos de pesagem de funcionamento não automático. (Assunção/ Paraguai)
Reunião de presidentes da associação estratégica dos institutos de tecnologia industrial do Mercosul e Comemoração dos 50 anos do INTI (Buenos Aires – Argentina) (20 a 22/06)
Reunião do Comitê de Desenvolvimento Profissional (PDC) do SIM e do Workshop e Simposium do NCSL Internacional (26/07 a 03/08)
XXIX Reunião Ordinária do SGT-3/Regulamentos Técnicos e Avaliação de Conformidade do MERCOSUL (Montevideu/Uruguai)
42ª Reunião CIML Xangai/China – Seminário s/ Lei de Metrologia

Reunião Extraordinária do SGT-3/Regulamentos Técnicos e Avaliação de Conformidade do MERCOSUL (Montevideu/Uruguai)
XXX Reunião Ordinária do SGT-3/Regulamentos Técnicos e Avaliação de Conformidade do MERCOSUL (Montevideu/Uruguai)
Congresso Internacional de Metrologia Legal
Seminário sobre software no PTB
XXVII Reunião Ordinária do SGT-3/Regulamentos Técnicos e Avaliação de Conformidade do MERCOSUL, como especialista no campo da medição de massa, visando dar continuidade às discussões do projeto de Resolução Mercosul sobre instrumentos de pesagem de funcionamento não automático. (Assunção/ Paraguai)

## **Desenvolvimento de Projetos**

### **Implantação do Sistema de Gestão Integrado na RBMLQ-I**

**Objetivo:** proporcionar a padronização de procedimentos operacionais e obter maior segurança, agilidade e confiabilidade no conjunto de informações fornecidas pelos Órgãos da RBMLQ-I.

**Situação atual:** concluída a implantação do Sistema de Gestão Integrado nos Órgãos Metrológicos dos Estados de Santa Catarina, Sergipe, Pernambuco, Ceará e Mato Grosso.

#### **Iniciar a execução do projeto Informatização das Atividades de Campo**

**Objetivo:** Implantar nos órgãos da RBMLQ-I coletores de dados e impressoras com a tecnologia de Transferência Térmica bem como LapTops e impressoras portáteis nas atividades de campo executadas por agentes dos órgãos da RBMLQ-I, proporcionando mais agilidade, precisão e confiabilidade nas informações originadas nas atividades executadas no âmbito da Qualidade e em Exames de Pré-Medidos.

Este subprojeto tem o início de implantação previsto para 31 de março de 2008, após a aquisição dos equipamentos e com o término da implantação previsto para abril de 2010.

### **Perspectivas para 2008**

Em 2008 será executado o projeto para implementação do controle metrológico legal no segmento de petróleo, gás e biocombustíveis, em atendimento às exigências regulamentares editadas pelo Inmetro e pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) para medição Fiscal e transferência de custódia. Ao fim do projeto espera-se ter implantados: i) modelo de gestão para prestação dos serviços de metrologia legal no segmento de petróleo, gás e biocombustíveis; ii) procedimentos técnicos e metrológicos para o controle dos sistemas de medição e iii) a infra-estrutura laboratorial para a execução do controle metrológico, sem dependência de laboratórios internacionais.

A fim de atender a política governamental de redução de acidentes de trânsito e defesa da vida do cidadão, o Inmetro visa ampliar o controle metrológico relativo aos instrumentos de medição inseridos no âmbito do código de trânsito brasileiro. Dentro deste contexto espera-se implantar a verificação inicial de cronotacógrafos; aprimorar o controle metrológico de medidores de velocidade; implantar o controle metrológico de medidores de nível sonoro; e aprimorar o controle metrológico de etilômetros, de medidores de gases de exaustão veicular e de opacímetros.

Em adição haverá a implantação do controle metrológico de sistemas de monitoramento da produção de bebidas, com o intuito de tornar compulsória esta atividade no âmbito

da metrologia legal. Espera-se implantar o processo de aprovação de modelo e a realização das verificações metrológicas pelos órgãos conveniados ao Inmetro.

No Exercício de 2008, o Inmetro pretende investir na construção e ampliação de sedes dos Órgãos conveniados da RBMLQ-I, de forma a adequá-los para a realização do seu trabalho de forma eficiente, eficaz e efetiva.

### Valores dos gastos

CONTROLE METROLÓGICO			
POSIÇÃO EM 09/01/2008			
FONTE DE RECURSOS	LEI + CRÉDITOS	VALORES PAGOS	% DE EXECUÇÃO
RECURSOS PRÓPRIOS	184.876.297,00	183.576.736	99
<b>TOTAL</b>	<b>184.876.297,00</b>	<b>183.576.736</b>	<b>99</b>

\* Fonte: Siafi

### Metas e resultados da ação

**Produto:** Instrumento/produto verificado

**Unidade de Medida:** Unidade

Previstas		Realizadas		% execução	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
15.000.000	184.876.297	12.509.087	183.699.238	83,39	99,36

Nota: Esta ação é executada em todo território nacional através de convênios com os institutos de pesos e medidas estaduais. Alguns estados, por dificuldade de processamento de dados, informam com atraso o número de instrumentos/ produtos fiscalizados. Por isso, o dado físico ainda deve sofrer uma pequena alteração. Vale ressaltar que com o objetivo de aumentar competitividade industrial ocorreram mudanças de procedimentos na fiscalização de instrumentos de medição. Estamos permitindo que as concessionárias de serviços públicos façam a auto-verificação dos instrumentos. Com a adoção desta prática há uma redução significativa de verificações iniciais de instrumentos de medição feitos pelos IPEM(s) o que explica o não alcance da meta física. A título de ilustração 4.839.851 instrumentos sofreram Auto Verificação.

#### 4.1.1.3.5. Ação 6645 - Disponibilização de serviços de avaliação da conformidade, metrologia e informação tecnológica

##### 4.1.1.3.5.1. Dados gerais

Tipo	Atividade
<b>Finalidade</b>	Facilitar e incentivar o acesso das microempresas e empresas de pequeno e médio porte aos instrumentos de avaliação da conformidade, informação em metrologia e qualidade, apoio à superação de barreiras técnicas e serviços de metrologia para aumentar a competitividade interna e externa das pequenas e médias empresas (PME).
<b>Descrição</b>	Disponibilização e divulgação de instrumentos de apoio ao aumento da competitividade dos produtos e serviços brasileiros, por meio de atendimento aos usuários, da oferta de serviços de pesquisa informacional, da participação em fóruns, seminários e negociações nacionais e internacionais, que envolvam as áreas de metrologia, regulamentação técnica e qualidade, bem como a obtenção de certificação e utilização de laboratórios.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro

<b>Unidades executoras</b>	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Diretoria de Inovação e Tecnologia – DITEC Coordenação Geral de Articulação Internacional - CAINT
<b>Coordenador nacional da ação</b>	João Alziro Herz da Jornada
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Jorge Antônio da Paz Cruz

#### 4.1.1.3.5.2. Resultados

##### Principais atividades

##### **Criação da Diretoria de Inovação e Tecnologia**

Em razão da criação da Lei de Inovação e da sua interface direta com as atividades de competência delegadas ao Inmetro foi criada na estrutura regimental da Autarquia a Diretoria de Inovação e Tecnologia. Esta diretoria tem por finalidade apoiar as ações da política industrial, estimulando a inovação e a competitividade do setor produtivo, desenvolver estudos de prospecção de áreas estratégicas, análises de cenários e de tecnologias-chave, articular-se, em nível nacional e internacional, com órgãos de pesquisa e entidades do setor produtivo para o desenvolvimento conjunto de atividades voltadas para a inovação tecnológica e a modernização do setor industrial, orientar, planejar e coordenar ações voltadas para o desenvolvimento do Pólo Tecnológico e da Incubadora de Projetos Tecnológicos e de Empresas do Inmetro e atuar como Núcleo de Inovação Tecnológica do Inmetro, gerindo a política de inovação da Autarquia, nos termos previstos no art. 17 e parágrafo único, do Decreto no 5.563, de 11 de outubro de 2005.

##### **Incubadora de Empresas do Parque Tecnológico do Inmetro**

Em continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela Incubadora de Empresas, são destacados os projetos das empresas residentes. Estas parcerias vêm evoluindo para criação de novas tecnologias e principalmente novos negócios, com vínculo direto com a metrologia, principalmente em serviços metrológicos, preenchendo lacunas tecnológicas, em atenção ao setor industrial nacional. As empresas inscritas na Incubadora são: Cam Brasil Multiserviços Ltda - Landis + Gyr Equipamentos de Medição Ltda - Dinâmica da Terra Serviços Ambientais Ltda - Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG/Laboratório de Tecnologia do Gás; seus projetos são, respectivamente, unidade móvel de ensaios metrológicos integrada a um sistema de informação para controle metrológico de instrumentos de medição de energia elétrica, Padrão de Calibração em Sistemas de Medições Concentradas em campo, Sistema de gestão na área de responsabilidade social e Bancada Móvel para Calibração e Avaliação de Medidores de gás.

##### **Núcleo de Inovação Tecnológica**

O Núcleo de Inovação Tecnológica do Inmetro (NIT-IN) tem como objetivo promover a maior integração entre os setores público, empresarial e industrial, com foco nas atividades de P&D que visa o desenvolvimento de um protótipo na Incubadora de Empresas junto com o laboratório de Metrologia de vazão do Inmetro - LAMEV. Encontra-se em fase de testes os padrões de medidores modelos G1.6 e G2.5 de uso residencial e comercial (faltando iniciar o teste do medidor modelo G5), que serão utilizados na bancada móvel. Após o término dos testes será construída o protótipo, para realização de teste em campo.

## **Cooperação Técnica**

Em 2007, o Inmetro foi responsável pela negociação, renovação e acompanhamento dos acordos de cooperação técnica internacional celebrados com os seguintes organismos: Bundesanstalt für Materialforschung und-prüfung (BAM) da Alemanha; Physikalisch-Technische Bundesanstalt (PTB) da Alemanha; Universidade de Havana (IMRE) de Cuba (tratativas para o Curso de Pós Graduação em Metrologia); Centro Argentino Brasileiro de Metrologia (CABM/INTI) da Argentina; Laboratoire National de Métrologie et d Essais (LNE) da França; Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INNOQ) de Moçambique; Consumer Product Safety Commission (CPSC) dos EUA; Instituto Equatoriano de Normalização (INEN) e Convênio de Colaboração entre a Oficina Nacional de Normalização (NC) do Ministério de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Cuba e o Inmetro.

Foram executadas atividades concernentes à cooperação técnica internacional, tais como: articulação com a ABC/MRE para acompanhamento de cooperação trilateral com Moçambique, elaboração de Atividade Isolada para fortalecimento institucional do Centro de Tecnologia e Qualidade (CTEC) de Cuba, participação em negociações entre os países do Sistema Interamericano de Metrologia (SIM); participação em reuniões do Mecanismo de Consultas MDIC-DOC; realização da III e IV Videoconferência Inmetro-NIST (temas tratados: avaliação da conformidade e biocombustíveis, respectivamente); gestão de informações da Diretoria de Metrologia Científica – Dimci e da Diretoria da Qualidade - Dqual relacionadas à proposta do Inter-American Development Bank (IDB); compilação das possíveis atividades para atendimento à solicitação do Instituto Boliviano de Metrologia (IBMETRO); contatos com a Divisão de Ciência e Tecnologia (DCTEC) do MRE a respeito do Acordo – Quadro em C&T em negociação entre Brasil e Canadá e envio de propostas a serem incorporadas; visita de intercâmbio técnico-científico do Laboratório de Custódia de Padrões Nacionais de Pressão (LCPN-P) da Empresa Nacional de Aeronáutica do Chile (ENAC); negociações sobre Plano de Trabalho no âmbito da COSBAN; negociação de Memorando de Entendimento entre o Comitê Estatal de Regulamentação Técnica e Política de Consumo da Ucrânia e o Inmetro; negociações sobre projetos da Comunidade Européia na área de comércio exterior; visitas de representantes de instituições congêneres e missões técnicas no exterior.

### **Visitas técnicas recebidas**

- Visita do Presidente do Conselho de Administração da Agência de Regulamentação e Supervisão de Produtos Farmacêuticos e Alimentares (ARFA) de Cabo Verde com intuito de desenvolver atividades de Cooperação com o Inmetro;
- Diplomatas Sul Americanos visitaram o Inmetro, no intuito de dar prosseguimento às atividades inerentes ao curso sobre América do Sul, oferecido pelo Itamaraty;
- Reunião com representante do Inter-American Development Bank (IDB);
- Delegação do INTI (Argentina) com o intuito de conhecer a experiência do Inmetro atuando no Programa de Análise de Produtos (PAP) para possível cooperação;
- Visita de representante da Guerra Bretaña, do Centro de Materiais da Universidad de La Habana (Cuba);
- Visita de dois técnicos da Costa Rica a Dquim-Inmetro, para organização de ensaios de proficiência de determinadas substâncias;
- Visita de delegação do Haiti, com intuito de conhecer o programa brasileiro de certificação de etanol e biocombustíveis, bem como as atividades dos laboratórios de Metrologia Química;



- Visita de representante do MSTQ (Guatemala);
- Atividades em conjunto com a ABC, referentes aos países do Sistema Interamericano de Metrologia (SIM);
- Atividades Desenvolvidas com o Itamaraty para a viabilização de cooperação técnica e cooperação científica e tecnológica consideradas estratégicas para potencializar o desenvolvimento do País.

### **Missões ao exterior**

- Visita técnica à Oficina Nacional de Normalização e CTEC (Cuba);
- Curso de Metrologia Legal – Produtos Pré-Medidos, no âmbito do Convênio de Colaboração entre a Oficina Nacional de Normalização (Cuba) e o Inmetro;
- Curso de Metrologia Legal – Instrumentos, no âmbito do Convênio Marco de Cooperação Técnica Internacional entre o ICE (Costa Rica) e o Inmetro;
- Participação na II Reunião de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil – Equador;
- Participação de reunião do grupo de trabalho conjunto do National Physical Laboratory of India (NPLI);
- Participação na II Reunião do Fórum Internacional de Biocombustíveis (FIB), na Índia;
- Participação na 23ª Conference Générale des Poids et Mesures (CGPM), na França;
- Participação da missão técnica brasileira preparatória à reunião da Subcomissão de Cooperação Científica e Tecnológica da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), na China;
- Participação da Reunião do Comitê Executivo da Associação Estratégica dos Institutos de Tecnologia Industrial do Mercosul, na Argentina;
- Participação na III Reunião da Comissão Bilateral Brasil – Bolívia;
- Encontro do Comitê Econômico e de Comércio Conjunto Brasil- Reino Unido – JETCO, em Londres.

### **Negociações Regionais**

#### **Descrição das principais atividades ou resultados alcançados:**

- Reuniões preparatórias, realizadas com os Coordenadores das Comissões do SGT N°3 (Subgrupo de Trabalho “Regulamentos Técnicos e procedimentos de Avaliação da Conformidade”) do Mercosul e Ministério das Relações Exteriores, para consolidar a posição da Delegação Brasileira na reunião dos Coordenadores Nacionais;
- Coordenação dos trabalhos das XXVII, XXVIII, XXIX e XXX Reuniões do Subgrupo de Trabalho N°3, para negociação da harmonização dos regulamentos técnicos e procedimentos de avaliação da conformidade no âmbito do Mercosul, uma no Paraguai, uma na Argentina e duas no Uruguai;
- Participação nas LXIX e LXX Reuniões do Grupo Mercado Comum do Mercosul, bem como assessoramento à delegação dos Coordenadores Nacionais, nas atividades de avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelos Subgrupos de Trabalho e na avaliação dos projetos de Resolução que são elevados à aprovação do Grupo Mercado Comum;

- Reuniões realizadas com os Coordenadores das Comissões do Subgrupo de Trabalho N°3 e Ministério das Relações Exteriores para avaliação e consolidação das ações pactuadas na Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho N°3 da Coordenação Nacional;
- Participação em reuniões das Comissões de Monitoramento do Comércio Bilateral, com objetivo de analisar temas que possam demandar a necessidade de indicação de regulamentos técnicos e procedimentos de avaliação da conformidade, tais como: Brasil-Argentina, Brasil-Chile, Brasil-Ecuador, Brasil-México, Brasil-Uruguai, e Brasil-Bolívia;
- Participação em reuniões de relacionamento externo com: Mercosul-IBAS, Mercosul-Bolívia e Mercosul-Chile;

### **O Inmetro e os Arranjos Produtivos Locais**

No ano de 2007, o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL com o intuito de atender um número maior de arranjos identificados no universo de 957, discutiu e ampliou de 11 arranjos pilotos para 146 arranjos prioritários, seguindo uma lista de 5 APLs indicados por estado.

Diante do novo desafio, o Subgrupo Estratégia do GTP visando facilitar a atuação das instituições integrantes do GTP, priorizou a Instalação dos Núcleos Estaduais, ou seja, implantação de organizações nos estados, responsáveis pelas demandas, análise das propostas, promoção das articulações institucionais e apoio na elaboração dos planos de desenvolvimento.

Forem instaladas as seguintes oficinas:

- Regional Sudeste e Centro-oeste, em Brasília;
- Regional do Nordeste, na Bahia.

O Inmetro, como membro do GTP/APL/MDIC, participou da sensibilização dos empresários e entidades envolvidas com os APLs para o fortalecimento dos Núcleos Estaduais.

Durante as oficinas, o Inmetro orientou empresários locais sobre questões relacionadas aos seguintes assuntos: qualidade dos produtos; serviços prestados pelo Inmetro; e disseminação da cultura metrológica.

### **Alerta Exportador**

Em 2007, o “Sistema Alerta Exportador” recebeu 1.413 novos usuários inscritos, representando um aumento de 27% em relação ao total de inscritos em 2006. Este aumento é, em grande parte, resultado da participação de técnicos do Ponto Focal em eventos de comércio exterior, como o Encomex e a Feira do Empreendedor. Além desses eventos, os serviços do Sistema Alerta Exportador foram divulgados em missões externas como no Seminário para troca de Informações do Comitê de Barreiras Técnicas da OMC em Genebra (Novembro de 2007), em missões no Uruguai (Acordo AR-8 entre os países da ALADI para superação de barreiras técnicas), no Comitê de Comércio da UNECE (Genebra, outubro de 2007), no Paraguai e na Guiana, no âmbito do Programa de Substituição Competitiva das Importações (PSCI) e na África do Sul dentro do fórum IBAS de discussões sobre facilitação de comércio. Em 2007, houve ainda, a participação em 40 eventos de divulgação do Sistema Alerta Exportador com uma estimativa total de público de 12.000 participantes.

Dos serviços oferecidos no Sistema Alerta Exportador, destaca-se o “Solicite Informações”, que atende às solicitações relativas aos regulamentos técnicos adotados nos países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), no qual foram recebidas 426 solicitações de informações. Deste total, 342 foram respondidas sem consulta aos pontos focais estrangeiros.

Outro serviço com destacada relevância foi o “Exigências Técnicas (Países x Produtos)”, atualizado a partir de informações recebidas dos Pontos Focais estrangeiros e do “Solicite Informações”, que recebeu mais de 120.000 visitas as suas páginas na internet.

Foram disponibilizadas no banco de dados do serviço de “Consulta às Notificações” mais de 1160 novas notificações, com resumos traduzidos, representando um aumento de cerca de 11% em relação à 2006. Deste total, 63 foram de notificações brasileiras, que são feitas baseadas em normas internas do Inmetro.

Com relação à solicitação de Cooperação e Assistência Técnica, encorajadas no âmbito do Acordo sobre Barreiras Técnicas da OMC, Moçambique, Cuba, Sri-Lanka, República da Quirquúzia, Equador, Paraguai e Cabo Verde, fizeram demandas de algum tipo de assistência técnica baseada em alguma ou todas as funcionalidades do sistema “Alerta Exportador!”, considerado *benchmarking* para os demais Pontos Focais de Barreiras Técnicas da OMC.

Em 2007, também se iniciou a execução do Projeto de mapeamento da Oferta e Demanda de Serviços Laboratoriais de Ensaio e Calibração (ODSLEC) no valor de R\$ 1.000.000,00 financiado pela FINEP. No âmbito deste projeto foram adquiridos para a Caint: 8 computadores desktops, 2 notebooks e duas impressoras. Este mapeamento culminará com mais uma expansão do sistema “Alerta Exportador!” e na agregação do Serviço Laboratórios de calibração e ensaio disponíveis por estado (“Laboratórios x Estado”) nos moldes do serviço Exigências Técnicas “Países x Produtos”.

### **Geração de Produtos de Informação em Mídia Eletrônica**

Com o objetivo de atender as necessidades de informação em metrologia e qualidade eletronicamente, foi lançada a Base de produção intelectual do Inmetro; encontra-se em construção a Base de postos de ensaios autorizados/auto-verificação e a Base resoluções Mercosul. Foram realizadas manutenções das estruturas de sistemas de gestão do conteúdo das bases de dados de 12 (doze) sistemas. Existiram 14.492.094 páginas visualizadas entre 01/01/2007 e 31/12/2007 (somente via acessos externos a rede do Inmetro). Fonte: Google Analytics.

### **Geração de Produtos de Informação em Mídia Impressa**

Com o objetivo de atender as necessidades de informação em metrologia e qualidade, foram realizadas 6 (seis) produções/formações de estoque para distribuição de publicações não-periódicas; produzidos e distribuídos cerca de 70 (setenta) números de publicações não periódicas, entre eles o boletim mensal “Inmetro Informação”, distribuído a aproximadamente 5.000 usuários, em sua maioria pequenas e médias empresas; iniciada a reedição, em convênio com o Senai, de 05 (cinco) publicações, entre Guia da Qualidade na Exportação e Cartilhas; iniciada a produção de uma nova edição da brochura “SI - Sistema Internacional de Unidades”, a partir do original francês lançado pelo BIPM

## **Gestão do Catálogo de Produtos e Serviços de Informação**

Foram elaborados Catálogo de Produtos, Processos e Serviços do Inmetro, para os quais foram realizadas cerca de 50 entrevistas de levantamento de dados com os gerentes de divisões e chefes de laboratórios.

## **Gestão do Site (Internet) do Inmetro**

Dando prosseguimento a reestruturação do *site*, além de executar a manutenção das estruturas dos sistemas e gestão do conteúdo do site e da intranet em 2007, foram realizados aproximadamente 3.600 atendimentos a solicitação de atualizações do site; elaborados 04 (quatro) Minisites e 07 (sete) Hotsites.

## **Atendimento a Solicitação de Produtos e Serviços de Informação**

Foram incorporados ao Sistema de Gerenciamento Bibliográfico (Sysbibli) 158 títulos, entre livros e documentos normativos da ABNT e da ISO. Realizados 1.934 atendimentos a clientes, sendo 1.021 internos e 913 externos.

As principais restrições são a dificuldade na realização da aquisição dos títulos solicitados para integração ao acervo e o limitado número de técnicos para tratamento dos títulos e desenvolvimento de produtos bibliográficos.

## **Divulgação de Produtos e Serviços de Informação**

Um Painel Setorial contempla a realização de eventos técnico-científicos e de divulgação, a partir das necessidades e prioridades para a sua atuação no campo de metrologia e qualidade, atendendo às diretrizes da PITCE. Os eventos abrangem a interação do Instituto com os diversos atores da sociedade por meio de amplas discussões, que têm como um dos principais objetivos a identificação de oportunidades para a melhoria da qualidade de produção, em atendimento às demandas do setor produtivo e do consumidor, visando a sua satisfação. Os eventos impulsionam ainda a cooperação entre o Inmetro e diferentes instâncias de Governo, instituições de ensino, centros de pesquisa, e empresas, que é voltada ao desenvolvimento de projetos em diversas áreas, sobretudo em ciência, tecnologia e Inovação – atuais vertentes estratégicas do Instituto. Em 2007, o Inmetro participou de 08 Painéis Setoriais.

## **Valores dos gastos**

<b>DISPONIBILIZAÇÃO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE, METROLOGIA E INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA</b>			
<b>POSIÇÃO EM 09/01/2008</b>			
<b>FONTE DE RECURSOS</b>	<b>LEI + CRÉDITOS</b>	<b>VALORES PAGOS</b>	<b>% DE EXECUÇÃO</b>
<b>TESOURO</b>	100.000,00	100.000,00	100
<b>RECURSOS PRÓPRIOS</b>	2.000.000,00	1.942.374	97
<b>TOTAL</b>	<b>2.100.000,00</b>	<b>2.042.374</b>	<b>97</b>

\* Fonte: Siafi

## Metas e resultados da ação

**Produto:** Empresa inscrita no Alerta Exportador

**Unidade de Medida:** Unidade

Previstas		Realizadas		% execução	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
3.650	2.100.000	1.413	2.042.489	38,71	97,26

Nota: A meta que consta da LOA é cumulativa (desde a criação do sistema alerta exportador). Contudo, consideramos mais conveniente para efeito de gestão do desempenho da ação medir o número de inscritos no ano de 2007. Pretendíamos ter 1300 inscritos em 2007, totalizando 3650 desde que o sistema foi criado.

### 4.1.1.3.6. Ação 2033 - Padronização e Disseminação das Unidades de Medida

#### 4.1.1.3.6.1. Dados gerais

Tipo	Atividade
<b>Finalidade</b>	Padronizar as unidades de medida usadas no Brasil em conformidade com as práticas internacionais, visando garantir a confiabilidade das medições no País, particularmente na indústria, promovendo o reconhecimento internacional, fortalecendo a atual infra-estrutura laboratorial em termos de excelência técnica e conseqüente rastreamento das medidas aos laboratórios credenciados (calibração e ensaio), contribuindo assim, para o aumento da qualidade e competitividade do produto nacional.
<b>Descrição</b>	Desenvolvimento de projetos e pesquisas para elevar os níveis de exatidão e incerteza das medições; prestação de serviço de calibração a laboratórios de forma a atender às necessidades da indústria; disseminação da cultura metrológica especializada; elaboração de cursos especializados e seminários em metrologia, aparelhamento dos laboratórios do Inmetro, participação em fóruns internacionais, participação em comparações internacionais (comparação- chave).
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro
<b>Unidades executoras</b>	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Diretoria de Metrologia Científica e Industrial - DIMCI Diretoria de Programa – DIPRO
<b>Coordenador nacional da ação</b>	João Alziro Herz da Jornada
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Humberto Siqueira Brandi

#### 4.1.1.3.6.2. Resultados

##### Principais atividades

Desenvolvimento de projetos e pesquisas com o intuito de elevar os níveis de exatidão e incerteza das medições; provimento de rastreabilidade ao País, através da prestação de serviços de calibração, ensaios, ensaios de proficiência e produção de materiais de referência certificados; participação em fóruns internacionais e comparações internacionais; disseminação da cultura metrológica especializada através da

disponibilização de cursos e da realização de eventos nacionais e internacionais em metrologia.

### Cursos e treinamentos ministrados

Título	Nº de participantes
Análise Numérica de Sensores Eletromagnéticos de Prospecção Petrolífera	10
Curso Básico de NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços Elétricos	37
Curso de Estatística e Confiabilidade Metrológica	20
Curso Especializado – Calibração de Vidrarias para Laboratórios	10
Curso Especializado – Metrologia da Grandeza Pressão	10
Curso Especializado – Probabilidade, Estatística e Cálculo de Incerteza de Medição	5
Curso Introdutório sobre Avaliação de Incerteza em Medição	136
Curso sobre de Validação de Metodologias e Incerteza de Medição (Panamá)	45
Cursos de Calibração de Instrumentos para laboratórios no IBP	25
Determinação do Teor de água por titulação Karl Fisher Coulométrica	8
Environmental SEM applications	07
II Advanced School on Evaluation of Uncertainty in Measurement	100
Metrologia da Grandeza Pressão	10
Mini Curso – Goniofotometria: Padronização e Serviços Fotométricos	60
Validação de Métodos de Análise	20

### Comparações Interlaboratoriais

Uma das formas de garantia da qualidade de resultados de ensaio e calibração realizados pelos laboratórios do Inmetro é a realização de comparações interlaboratoriais. A tabela abaixo a discriminação das comparações por grandezas e países envolvidos.

Relação de comparações interlaboratoriais			
Período	Ponto ou faixa da Grandeza	Institutos/Laboratório	Países
2007/2008	Pureza de soplção de KCl através de titulação coulométrica / cromatografia de íons	CCQM K48: em andamento	Em definição
2006/2007	1 g/kg NO <sub>3</sub> <sup>-</sup> in Calibration solution 0,05 – 5 mg/kg NO <sub>3</sub> <sup>-</sup> in Seawater	CCQM P89: NMIJ; NRC;INMETRO;SL;WCS	Brasil / Canadá / Japão / Nova Zelândia / Irlanda
2007/2008	Solo: 1 – 20 µg/g; Analitos: Fenantreno, Fluoranteno, Benzo[a]antraceno, Benzo[a]pireno, Benzo[ghi]perileno.	CCQM K50: INMETRO, BAM, CENAM, Hong Kong (Laboratório do Governo), IRMM, NIST, LGC, KRIS, LNE, Laboratório de Serviços Watercare e Japão (NMIJ).	Brasil / Alemanha, México / Hong Kong / União Européia / EUA / Reino Unido / Coréia / França / Nova Zelândia / Japão
2007/2008	Poeira: 1 – 7 µg/g. Analitos: Fenantreno, Fluoranteno, Benzo[a]antraceno, Benzo[a]pireno, Benzo[ghi]perileno.	CCQM P69 - INMETRO, BAM, CENAM, Laboratório do Governo Hong Kong, IRMM, NIST, LGC, KRIS, LNE, Nova Zelândia (Laboratório de Serviços Watercare) NMIJ.	Brasil / Alemanha / México / Hong Kong / União Européia / EUA / Reino Unido / Coréia / França / Nova Zelândia / Japão
2006/2007	Piloto 8.12p1 - Quantidade de Matéria/Mol dos gases de Emissões Veiculares (Monóxido de carbono na faixa 0,9 a 1,0 %mol/mol, Dióxido de Carbono na faixa 5,3 a 5,7 %mol/mol e Propano na faixa 220 a 260 µmol/mol)	SIM	Países das América

2006/2007	Quantidade de Matéria/Mol - pH 10	<b>CCQM K18.1</b> : CENAM, Inmetro, DFM, INPL, LNE, NIM, PTB e SMU	México / Brasil, Dinamarca / Israel, França / China, Alemanha / Eslováquia
2007	pH 1,7	<b>CCQM K20</b> : em andamento	em definição
2006/2007	pH 7,0	<b>CCQM K9.2</b> :CMI, DFM, Inmetro, NMIJ, PTB e VNIIFTRI	República Tcheca / Dinamarca / Brasil / Japão / Alemanha / Rússia
2007/2008	50 µS/cm e 5000 µS/cm	<b>CCQM K36.1</b> :CENAM, CMI, DFM, GUM, IEN, Inmetro, INPL, NIST, OMH, PTB, SMU, SP, Ukrmetrteststandart e VNIIFTRI	México / República Tcheca / Dinamarca / Polônia / Itália / Brasil / Israel / EUA / Hungria / Alemanha / Eslováquia / Suécia / Ucrânia / Rússia
2006/2007	Quantidade de matéria - As (5-30 mg/kg); Cd (20-80 mg/kg); Cr (20-100 mg/kg); Fe (70-300 mg/kg); Pb (5-30 mg/kg);Se(0,7-3 mg/kg);Zn (70-300 mg/kg)	<b>CCQM K49/P85</b> : NIST, LGC, BAM, Inmetro, NMIJ, NMIA, NIM etc.	Argentina / Austrália / Brasil / Canadá / China / França / Itália / Turquia / Alemanha/Hong Kong
2006/2007	Quantidade de matéria - K30 - Pb (4-30 ng/g); Fe (1000-5000 ng/g); Cu (40-300 ng/g); Cd (0,1-1 ng/g);	<b>CCQM K30/P12.1</b> : NIST, LGC, BAM, Inmetro, NMIJ, NMIA, NIM etc..	Chile / África do Sul / Romênia / Brasil / Israel / Argentina / Uruguai / Reino Unido / Austrália / Tailândia
2007	Quantidade de Matéria/Mol de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs) em solo - <b>SIM.8.20.P</b> . Faixa: 1µg/g a 11µg/g.	<b>SIM</b> : INMETRO, NIST, CENAM, ANNCY, Laboratorio de Quimica Ambiental Universidad Tec. Federico Santa Maria, ALS Environmental, Hidronor Chile	Brasil / EUA / México / Equador / Chile
2005/2008	Capacitores Padrão 1pF, 10pF, 100pF	UTE, INTI, Inmetro, ICE, Cenam, Nist, NRC	SIM/BIPM / Uruguai / Argentina / Brasil / Costa Rica / México / USA / Canadá
2006/2009	Indutor Padrão 10mH	UTE, INTI, Inmetro, ICE, Cenam, Nist, NRC	SIM/BIPM / Uruguai / Argentina / Brasil / Costa Rica / México / USA / Canadá
2006/2007	Pressão Sonora	Inmetro, PTB e PLA	Alemanha / Dinamarca
2007	Viscosidade	ASTM Do2.07	USA/Brasil
2007	Massa Específica	SIM 7.33	México/Brasil
2005/2007	Força - 50 kN e 100 kN	Inmetro, BIPM CCM.F-K2.A	México / Itália / Coréia / EUA / Finlândia / China / Índia / Alemanha / Bélgica / Suíça / Turquia / Inglaterra / Brasil
2006/2007	Força - 5 kN e 50 kN	INMETRO - CETEC/MG	Brasil
2005/2007	Torque 1kN.m (relatório preliminar em discussão)	BIPM, CCQM, TK1	
2004/2007	Fluxo luminoso	Inmetro/CENAM/NIST/NRC/INT I	Brasil / México / USA / Canadá / Argentina
2006/2007	Perdas magnéticas por meio do quadro de Epstein a 1,0T; 1,3T; 1,5T; (50Hz e 60Hz)	Acesita; SEW; UFSC; WEG; Usiminas; CSN; IPT; Embraco; Brasmetal; Cepel; Metalnorte.	Brasil

2007	Dimensional - KC APMP.L-K5.2005: Calibração de padrão escalonado	KRISS / NMIJ / NMIA / NMIT / NPLI / NMIJ / CMS-SDI / NMIJ / KIM/LIPI / NIM / INMETRO / NMIJ / SCL / IRL / MSL / PTB / METAS / NIST / NMIJ	
2007	Dimensional - EUROMET.L-K4.2005 Key Comparison: Calibração de diâmetros	IMCG / METAS / OMH / SMD / SP / PTB / NMI-VSL / NPL / MIKES / LNE / INPL / INMETRO	
2003/2007	6 pontos - 120 V 5 A $f_p = 1$ , $f_p = 0,5$ indutivo e $f_p = 0,5$ capacitivo em (50 e 60 Hz)	SIM	USA e países da América do Sul
2007	Multímetro na função resistência - faixas: 100 Ohms, 1 kOhm, 10 kOhm, 100 kOhms, 1 Mohm, 10 Mohms e 100 Mohms	INMETRO, Furnas(CTE.O), CTEEP, ITAIPU, ELETROSUL, ELETRONORTE,LACTEC, CHESF, COELBA,CEMIG.	Brasil
2006/2007	Resistores de: 1Ohm, 10MOhm e 1GOhm	INMETRO, NIST, INTI, NRC, CENAM	Brasil / Estados Unidos / Argentina / Canadá / México.
2007	Tensão CC: 100mV; 1V; 10V; 100V e 900V;Tensão CA: 100mV; 1V; 10V; 100V e 700V. Nas frequências de 60 Hz e 1kHzCorrente CC: 10mA; 100mA; 1 A e 3 A, Corrente CA: 1 A e 3 A, Nas frequências de 60Hz e 1 kHz.	Celg, Cemig, Cepel, Chesf, Coelba, Cteep, Eletronorte, Eletrosul, Furnas (CTE.O), Inmetro, Itaipu, Lactec	Brasil
2007	Temperatura: Comparação com termopar tipo K entre -40 °C e 300 °C	Inmetro – Comissão Técnica de Temperatura e Umidade, CT-11: CIENTEC, SALCAS, CONSISTEC, SETTING, CONTEMP, USIMINAS, CST-ARCELOR, VISOMES, ECIL, NAKA, HERAEUS, CTA/IFI/CMA, IOPE, ESCALA, IPT, EQUIPE, LABELO, CETEC, LABOMI, PRESYS, MEC-Q Bahia, MEC-Q Santo André, PRESERTEC e INPE	Brasil
Em andamento	Ampere ( 1 a 1500 A)	Inmetro, Lactec, IEE-USP, Furnas, Cemig	Brasil
2005/2008	Aceleração - 10 Hz a 10kHz	Inmetro e Cenam	Brasil / México
2006/2007	Aceleração - 40 Hz a 5kHz	Inmetro, PTB e NIM	Alemanha / China
2006/2007	Aceleração - 40 Hz a 5kHz	Inmetro e BIPM	França

### Ensaio de Proficiência

A participação dos laboratórios em atividades de ensaio de proficiência é uma indicação da competência para realizar determinados ensaios e também uma das formas para a Garantia da Qualidade dos Resultados de Ensaio e Calibrações (NBR ISO/IEC 17025). Durante o ano de 2007, foram estabelecidos 07 (sete) programas de ensaios de proficiência, num total de 11 (onze) ensaios. Destacamos a conclusão dos seguintes ensaios: Análise de Composição de Mistura de Gases – Metano em Ar Sintético – 1ª rodada; Emissões Veiculares – 2ª rodada; Determinação de Agrotóxicos em Alimentos – 2ª rodada – Matriz Manga; Condutividade eletrolítica - 2ª rodada; e Álcool Etílico Anidro Combustível – 1ª rodada.



## Materiais de Referência Certificados

Na busca para prover rastreabilidade aos serviços de calibração e ensaio, responsabilidade legal do Inmetro, a Dimci, em atendimento às demandas da sociedade, além da atual estrutura de manutenção de rastreabilidade, desenvolve Materiais de Referência Certificados para diversos analíticos e matrizes. Em 2007, foram produzidos 923 (novecentos e vinte e três) MRC.

<b>Relação Materiais de Referência Certificados – MRC produzidos</b>		
<b>MRC</b>	<b>Informações complementares</b>	<b>Observação</b>
Condutividade Eletrolítica	25 µS/cm; 50 µS/cm; 500 µS/cm; 1400 µS/cm; 5000 µS/cm	
pH	Soluções de 1,68 / 4,005 / 6,86 / 9,18 e 10,012	
Etanol em Água	680 MRC produzidos em 2007 Os parâmetros analisados são: pH, condutividade eletrolítica, massa específica, teor de água e teor alcoólico	Este MRC foi produzido em três concentrações, totalizando 680 unidades certificadas.
MRC - Álcool Etilico Combustível Anidro e Hidratado	-	Certificação para o parâmetro teor de água
Compostos Orgânicos Voláteis	Projeto Prometro	Estágio do projeto: Desenvolvimento de metodologia
Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos em solução	Projeto Prometro	Estágio do projeto: Desenvolvimento de metodologia
Álcoois, Aldeídos e Carbamato de Etila na Cachaça	Projeto Prometro	Estágio do projeto: Validação de metodologia
Solução de calibração de Cu e Zn	Concentração 10.000 mg/kg	Validação de metodologia

## **Programa de Capacitação Científica e Tecnológica para Metrologia Científica e Industrial do Inmetro - PROMETRO**

O objetivo do Prometro, convênio firmado entre o Inmetro e o CNPq, é garantir através de um programa de bolsas especiais, que os laboratórios do Inmetro possam contar com os melhores especialistas para desenvolver atividades nas áreas de metrologia em: Química, Materiais, Vazão e Volume, Eletricidade, Mecânica, Óptica, Acústica, Telecomunicações e desenvolvimento e inovação na área de metrologia.

Até a presente data o número de bolsistas incluídos no Prometro é de 107, dos quais 40 doutores, 12 mestres e 55 técnicos.

O prazo de execução deste convênio vigora até o dia 31 de setembro de 2009.

### **CECO**

Em 14 de janeiro de 1998, foi assinado o documento que celebrava o convênio criando o 1º Curso Técnico em Metrologia da América Latina e o 4º curso do gênero no mundo, iniciando assim uma nova etapa para os cursos profissionalizantes do ensino médio do estado. O Convênio foi renovado em 2005 e estará em vigor até 2010.

O Curso Técnico em Metrologia tem os seguintes objetivos:

- Desenvolver um modelo de formação e capacitação de recursos humanos voltado para a geração de profissionais que possam atuar nas áreas de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, de acordo com as tendências tecnológicas atuais e em consonância com a demanda dos setores produtivos;
- Promover a capacitação de recursos humanos direcionados para o aprimoramento da produção Industrial básica, em programas curriculares e extra-curriculares;
- Promover a formação de uma personalidade comprometida com a qualidade de vida.

<b>Dados sobre o CECO em 2007</b>	
Candidatos ao curso	331
Candidatos aprovados	22
Vagas disponíveis	25
Índice de candidatos aprovados	6,6 %
Índice de preenchimento de vagas	88 %

## Projetos e pesquisas

Relação de projetos de fomento				
Sigla	Agente Fomento	Número Identificador	Título	Situação
BIOMRC	Finep	01.07.0561.00	BioCombustíveis: Materiais de Referência Certificados e Marcadores Naturais e Artificiais para Avaliação da Conformidade	Em execução
Cell Fix CNPq	CNPq	61.0072/2202-1	Desenvolvimentos de Padões Nacionais de Temperatura (Células de Pontos Fixos)	Finalizado
Cimicroal	Finep	01.05.0839.00	Comparações Interlaboratoriais em Microbiologia de Alimentos	Em execução
Deprot	Finep	01.06.0847.00	Ensaio de Desgaste e, Próteses Femorais	Em execução
Dimat II	Finep	01.05.0652.00	Instalação da Divisão de Materiais do Inmetro	Em execução
Dimat	Finep	01.04.0786.00	Consolidação da Divisão de Materiais do Inmetro	Em execução
Dquim II	Finep	01.05.0621.00	Ampliação das Atividades da Divisão de Metrologia Química	Em execução
Dquim	Finep	01.04.0787.00	Ampliação das Atividades da Divisão de Metrologia Química	Em execução
Dureza	Finep	01.04.0003.00	Padronização das Escalas de Dureza no Brasil: Estabelecimento da Cadeia de Rastreabilidade das Escalas da Grandeza Dureza em Nível Primário	Finalizado
Elétrica	Finep	23.01.0504.00	Capacitação Laboratorial de Referências Metroológicas na área de Energia Elétrica	Finalizado
Iluminação	Finep	23.01.0610.00	Implementação da Padronização Primária do Fluxo Luminoso	Finalizado
Impacto	Finep	01.05.1027.00	Desenvolvimento do Programa de Ensaio de Proficiência na área de Resistência à Fratura para Suporte à Metrologia e Avaliação da Conformidade	Em execução
Materiais	Finep	23.01.0543.00	Capacitação Técnica e Laboratorial em Metrologia de Materiais	Finalizado
Metroquim	Finep	01.03.0383.00	Projeto Inmetro de Metrologia em Química	Finalizado
Petrobrás 04	Petrobrás	46.00224468	Implantação de infra-estrutura laboratorial para prover rastreabilidade na medição de velocidade de escoamento de fluidos	Em execução
Petrobrás 05	Petrobrás	46.00223651	Implementação de infra-estrutura laboratorial para prover rastreabilidade de medidas materializadas de volume e de provadores	Em execução
PUC/Light	Light	2644-1	Projeto 005 Desenvolvimento de Sistema de Supervisão de vazão em Sistema de Resfriamento à Água em Usina Hidroelétrica	Em execução
PUC/Light	Light	2645-X	Projeto 002 Capacitação Metrologia em Termografia para Planejamento de Manutenção	Em execução
Telecom	Finep	01.06.1076.00	Implementação do Laboratório de Metrologia em Telecomunicações	Em execução
Torque	Finep	23.01.0542.00	Implementação da Padronização Primária em Torque	Finalizado
Vazão	Finep	01.06.1078.00	Implantação do Laboratório de Velocidade de Fluidos	Em execução
Verde-Amarelo	Finep	22.01.0465.00	Complementação da Capacidade Metroológica do Inmetro	Em execução
Microscopia	CNPq	52.0192/03-6	Assegurar a confiabilidade e a rastreabilidade de medida de propriedades dos materiais utilizando o microscópio eletrônico de varredura	Finalizado
Titan	Finep	01.07.0132.00	Implantação do Laboratório de Microscopia de Transmissão de Alta Resolução do Centro de Nanometrologia do Inmetro	Em execução
Imeko / MCT	MCT	Ação6257/04842	Apoio realização evento: Imeko	Finalizado
Imeko / CNPq	CNPq	451133/2006-4	Apoio realização evento: Imeko	Finalizado
Imeko / Capes	Capes	0336/06-8	Apoio realização evento: Imeko	Finalizado
Imeko / Faperj	Faperj	170.079/2006	Apoio realização evento: Imeko	Finalizado
Escola Avançada	Capes	0625/07-8	Apoio realização evento: Escola Avançada	Em execução
Escola Avançada	CNPq	451365/2007-0	Apoio realização evento: Escola Avançada	Em execução
Escola Avançada	Faperj	170.349/2007	Apoio realização evento: Escola Avançada	Em execução

## Aparelhamento dos Laboratórios de Metrologia Científica através de Projetos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Título do Projeto:	Principais aquisições (global)
➤ Instalação da Divisão de Materiais do Inmetro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema GHP para análise em duas faixas de temperatura – módulo para baixas temperaturas – central de controle</li> </ul>
➤ Consolidação da Divisão de Materiais do Inmetro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nobreak Liebert e um módulo bateria</li> <li>• Equipamento para tribolmetrologia tipo UMT composto por duas unidades de ensaio</li> <li>• Polidor Iônico</li> <li>• Simulador de desgaste de próteses femorais composto de duas unidades: simulador anti-BOSTON com seis estações de trabalho e simulador de força five</li> <li>• Equipamento de medição de rugosidade e forma</li> <li>Consolidação da Divisão de Materiais do Inmetro</li> <li>• Sistema de análise de superfície e acessórios.</li> </ul>
➤ Ampliação das Atividades da Divisão de Metrologia Química	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de padrões gasosos</li> <li>• Cilindros de padrões de misturas gasosas</li> </ul>
➤ Projeto Inmetro de Metrologia em química	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema de extração automático com evaporação</li> <li>• Cilindro de alumínio de 5 litros com válvula DIN 1 de aço inox e paredes internas tratadas pelo processos ACULIFE IV + ACULIUFÉ II</li> </ul>
➤ Implantação de infra-estrutura laboratorial para prover rastreabilidade na medição de velocidade de escoamento de fluídos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipamento Laser Doppler Anemometer (LDA) para medição de dois componentes de velocidade</li> <li>• Flow Master Stereo PIV</li> <li>• Micros Optical Shear Stress System e System Minildv</li> <li>• Anemômetro de fio quente classe de pesquisa Stream Line</li> <li>• Balança comparadora de massas AX64004 com a capacidade de 64 Kg, resolução de 0,1mg, ajustes com pesos internos via teclado e outros</li> </ul>
➤ Implantação de infra-estrutura laboratorial para prover rastreabilidade na medição de velocidade de escoamento de fluídos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Posicionadores de sensores</li> </ul>
➤ Implementação do Laboratório de Metrologia em Telecomunicações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transmissor de teste de TV de 100Hz a 3 GHz</li> <li>• Analisador de polarização, multímetro de onda de luz (mainframe), laser sintonizável (Banda C + L) e memória de 8MPTS</li> </ul>
➤ Complementação da Capacidade Metrológica do Inmetro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Laser estabilizado de iodo de HENE (633nm) modelo 100</li> <li>• Transformador decádico divisor de tensão</li> <li>• Capacitor padrão de 10NF e 100NF</li> </ul>
➤ Implantação do Laboratório de Microscopia de Transmissão de Alta Resolução do Centro de Nanometrologia do Inmetro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acessórios do sistema de microscopia do TITAN 80-300</li> </ul>

## Valores dos gastos

PADRONIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DAS UNIDADES DE MEDIDA			
POSIÇÃO EM 09/01/2008			
FONTE DE RECURSOS	LEI + CRÉDITOS	VALORE PAGOS	% DE EXECUÇÃO
TESOURO	287.732,00	142.997	50
FONTE 195	41.247,00	-	0
RECURSOS PRÓPRIOS	7.900.000,00	7.424.325	94
FONTE 680	453.515,00	96.103	21
<b>TOTAL</b>	<b>8.682.494,00</b>	<b>7.663.425</b>	<b>88</b>

\* Fonte: Siafi

## Metas e resultados da ação do exercício

Produto: Trabalho publicado

Unidade de Medida: Unidade

Previstas		Realizadas		% execução	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
50	8.641.247	70	7.869.095	140	91,06

Nota: O acréscimo de mestres e doutores provenientes da contratação de bolsistas em 2007 impulsionou significativamente o número de publicações previstas, superando a meta inicial.

## Recursos vinculados a financiamento externo/ e ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação

### ➤ Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)

#### I - Código do Convênio: 01.06.0847.00

**Descrição:** Ensaios de desgaste em próteses femorais - Deprot

**Finalidade:** Disponibilizar ensaios dimensionais e de desgaste de superfícies de articulação de quadril em próteses femorais.

Órgão Financiador: Finep

#### II - Código do Convênio: 01.06.01078.00

**Descrição:** Implantação do Laboratório de Velocidade de Fluidos – Vazão.

**Finalidade:** Implantação de uma infra-estrutura metrológica de referência nacional para a padronização e medição de velocidade de escoamento de fluidos, capaz de analisar escoamentos complexos com instrumentação representativa do atual estado da arte.

Órgão Financiador: Finep

#### III - Código do Convênio: 01.06.1076.00 - Telecom

**Descrição:** Implantação do laboratório de metrologia em telecomunicações do Inmetro.

**Finalidade:** Implantar o laboratório de metrologia em telecomunicações do Inmetro.

Órgão Financiador: Finep

#### IV - Código do Convênio: 01.07.0132.00 Titan

**Descrição:** Implantação do laboratório de microscopia de transmissão de alta resolução do Centro de Nanometrologia do Inmetro.

**Finalidade:** Implantar o primeiro TITAN (Microscópio de Transmissão Alta Resolução com fonte de elétrons por efeito de campo, imagem corrigida, monocromador e análise

em energia com resolução menor de 0,5 eV e Tomografia) no Brasil, que juntamente com outros equipamentos de alta tecnologia complementar o Centro de Nanometrologia da América do Sul.

Órgão Financiador: Finep

**V - Código do Convênio: 01.05.0652.00 Dmat II**

**Descrição:** Instalação da Divisão de Metrologia de Materiais do Inmetro.

**Finalidade:** Dar continuidade à implantação da Divisão de Metrologia de Materiais do Inmetro com o desenvolvimento das seguintes linhas de pesquisa: Produção de materiais particulados, Tribologia, Biomateriais e Bioderivados, Superfícies de filmes finos, Aços e Materiais para isolamento térmico.

Órgão Financiador: Finep

**VI - Código do Convênio: 46.00224468**

**Descrição:** Implantação de infra-estrutura laboratorial para prover rastreabilidade na medição de velocidade de escoamento de fluidos - Petrobrás 04.

**Finalidade:** Implantar uma infra-estrutura laboratorial para prover rastreabilidade na medição de velocidade de escoamento de fluidos de alto perfil de qualificação científica que dissemine através de instrumentações no estado-da-arte e de padrões de referência nacionais de velocidade.

Órgão Financiador: Petrobrás

**VII - Código do Convênio: 46.00223651**

**Descrição:** Implementação de infra-estrutura laboratorial para prover rastreabilidade de medidas materializadas de volume e de provadores - Petrobrás 05.

**Finalidade:** Implantar uma infra-estrutura laboratorial no Inmetro, para prover a rastreabilidade na calibração, no laboratório e no campo, de medidas materializadas de volume (tanques e vasos padrão de volume), provadores de esfera e provadores de pistão, para prover a rastreabilidade para a medição de vazão e volume de petróleo, seus derivados líquidos e álcool.

Órgão Financiador: Petrobrás

**VIII - Código do Convênio: 01.07.0561.00**

**Descrição:** Biocombustíveis: Materiais de referência certificados e marcadores naturais e artificiais para avaliação da conformidade – Biometro.

**Finalidade:** Desenvolver e elaborar Materiais de Referência Certificados - MRC para bioetanos e biodiesel, além de desenvolver técnicas que possibilitem a certificação de sua origem.

Órgão Financiador: Finep

**IX - Código do Convênio: 0625/-08**

**Descrição:** I Advanced School on Evaluation of Uncertainty in Measurement - Escola Avançada.

**Finalidade:** Apoio à realização da Escola Avançada da Incerteza da Medição.

Órgão Financiador: Capes

**X - Código do Convênio: 170.349/2007**

**Descrição:** I Advanced School on Evaluation of Uncertainty in Measurement - Escola Avançada.

**Finalidade:** Apoio à realização da Escola Avançada da Incerteza da Medição.

Órgão Financiador: Faperj

**Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação**

Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)	Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
			Motivo **	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
1) 1.183.800,00		3.275.000,00 (não financeiro)		1.145300,00			
2) 3.000.000,00		-		1.500.250,00			
3) 3.000.000,00		-		1.886.921,43			
4) 5.000.000,00		5.250.000,00 (financeiro)		5.000.000,00			
5) 8.540.000,00		220.000,00 (financ.) e 2.007.000,00 (não financeiro)		2.800.000,00			
6) 3.016.167,00		-		3.016.167,00			
7) 1.070.820,00		-		1.070.820,00			
8) 4.000.000,00		1.740.231,00		3.348.200,00			
9) 7.000,00		-		7.000,00			
10) 8.000,00		-		8.000,00			

**Avaliação crítica dos resultados alcançados nos projetos**

**I - Código do Convênio: 01.06.0847.00 - Deprot**

Durante o ano de 2007 foi adquirido o principal equipamento do projeto que era o simulador de desgaste de próteses de quadril. As especificações técnicas foram obtidas em conjunto com empresas americanas após a viagem do coordenador e alguns técnicos aos Estados Unidos. Outros equipamentos complementares foram adquiridos e estão sendo instalados na área prevista para tal na Divisão de Mecânica que teve que ser adaptada para tal. Pode-se citar que o projeto está sendo bem conduzido e gerou artigos apresentados em congressos e simpósios, além de revistas nacionais e internacionais.

**II - Código do Convênio: 01.06.01078.00 - Vazão**

O projeto previa no seu Plano de Trabalho original, a adaptação de espaço físico como contrapartida, para a implantação do laboratório de Velocidade de Escoamento de Fluidos. Como houve uma mudança no local do espaço, que não estava disponível no momento, foi necessário adaptar o cronograma físico do projeto para não prejudicar o andamento das atividades. Optou-se pela compra dos equipamentos importados, nacionais e o material de consumo para a confecção das bancadas experimentais. No momento, está sendo providenciada a viabilização das obras de adequação do novo espaço onde será instalado o laboratório citado. Pode-se concluir que o projeto está sendo realizado de forma satisfatória.

**III - Código do Convênio: 01.06.1076.00 – Telecom**

Com a liberação de duas parcelas em 2007, foi possível adquirir cerca de 70% dos equipamentos previstos. Com sua instalação, alguns resultados (entre outros Wi-Fi e RF) já foram alcançados e permitiram a elaboração de 16 artigos técnicos apresentados em simpósios, congressos e revistas nacionais e internacionais da área.

**IV - Código do Convênio: 01.07.0132.00 Titan**

O equipamento principal do projeto que é o TITAN (Microscópio de Transmissão de Alta Resolução com fonte de elétrons efeito de campo, imagem corrigida,

monocromador e análise de energia com resolução menor de 0,5 eV e Tomografia) já foi comprado e instalado nas dependências da Dimec. Pode-se dizer que que essa instalação foi realizada com sucesso e as pesquisas já estão sendo realizadas com sucesso, gerando publicações apresentadas em congressos, simpósios e revistas nacionais e internacionais.

#### **V - Código do Convênio: 01.05.0652.00 Dmat II**

Já foram adquiridos e instalados todos os equipamentos previstos no projeto e as pesquisas realizadas tem apresentados bons resultados que geraram publicações publicações apresentadas em congressos, simpósios e revistas nacionais e internacionais.

A única ressalva a ser feita é que o espaço físico previsto para os laboratórios envolvidos nesse projeto, precisa ser melhorado para que estes funcionem dentro dos padrões exigidos no Sistema da Qualidade.

#### **VI - Código do Convênio: 46.00224468 – Petrobrás 04**

Ao longo do ano 2007 as atividades de desenvolvimento do projeto Implantação de Infra-Estrutura Laboratorial para Prover a Rastreabilidade na Medição de Velocidade de Escoamento de Fluidos foram voltadas, principalmente, para elaboração de projetos e especificação dos aparatos experimentais e para aquisição de itens. Após o projeto e especificação dos aparatos experimentais, os itens a serem construídos a partir de serviços de terceiros foram cotados, tendo, para isso, decorrido considerável tempo, devido a dificuldades em se obter fornecedores de serviços que atendessem rigorosamente às especificações de projeto. O espaço físico onde será instalado o laboratório de Velocidade e Escoamento de Fluidos será adaptado com recursos desse projeto já aprovado pelo órgão de fomento e em fase de contratação dos serviços necessários. Destacamos ainda que, ao longo deste ano (2007), paralelamente às atividades de implantação do projeto em referência, pesquisas na área de dinâmica de fluidos foram desenvolvidas, utilizando-se a infra-estrutura da COPPE/UFRJ, possibilitando o preparo da equipe envolvida para que tenha condições de atuar tão logo o laboratório em implantação esteja instalado. Em decorrência dessa atuação, 6 publicações foram geradas e apresentadas no Congresso Internacional de Engenharia Mecânica – COBEM . Finalmente, informamos que o projeto já recebeu vários itens que foram comprados e está aguardando a chegada de vários outros instrumentos, equipamentos, materiais e bancadas experimentais que estão em elaboração. Com o material que está presente no laboratório já foi possível avançar consideravelmente no desenvolvimento dos circuitos do sistema de aquisição de dados para algumas bancadas. Prevê-se que até o final do próximo semestre as bancadas estejam instaladas no laboratório.

#### **VII - Código do Convênio: 46.00223651 – Petrobrás 05**

Em 2007 houve acordos internos no Inmetro e foram repassados vários recursos da Divisão de Instrumentos de Medição de Volume (Divol) da Diretoria de Metrologia Legal (Dimel) para o Lamev. Foram cedidos pela Divol seis salas do Prédio 8 do Campus de Xerém, equipamentos e acessórios. Outros equipamentos estão em fase de aquisição com recursos do projeto. Todas estas aquisições e mais os cedidos pela Dimel, tornou-se possível a melhoria acentuada nas atividades do projeto, além de permitir a ampliação do espaço para as pesquisas previstas com um ambiente extremamente controlado e estável, condições que não são possíveis de ser atingidas nas instalações do Lamev, razão pela qual será instalada no Laboratório de Massa (Lamas) da Dimci/Dimec. Foi disponibilizado no Prédio 8 da Divol salas para a instalação do laboratório para a calibração de medidas materializadas de volume de até 500 dm<sup>3</sup> pelo



método gravimétrico e até 10m<sup>3</sup> pelo método de transferência de volume. O espaço disponibilizado para o projeto é bem mais amplo do que se previa, mas requer adequação inclusive para compartilhar com a Divol e a Divisão de Instrumentos de Medição no Âmbito da Eletricidade e de Ensaio de Perturbação (Divel) da Dimel. Foi acordado o compartilhamento do espaço e obras necessárias, a parte que cabe a Divol e Divel será realizada com os recursos do Inmetro e a parte sobre responsabilidade do Lamev será executada com os recursos da Rede Temática Metrologia. Já foi elaborada a planta com adequações nas instalações elétricas, hidráulicas e de condicionamento ambiental, além de obras de reforma.

Pode-se concluir que o projeto está sendo bem conduzido, com resultados bastante promissores e já tendo, inclusive, realizados calibrações em outras empresas com a metodologia desenvolvida até o presente momento.

#### **VIII - Código do Convênio: 01.07.0561.00 - Biometro**

Este projeto foi assinado no final de 2007 e recebeu sua primeira parcela em 30/12/2007 (que corresponde a maior parte dos recursos do projeto). Não houve portanto, tempo hábil para iniciar suas atividades. Cabe a ressalva de que a parcela liberada corresponde ao maior volume de recursos previstos e este fator facilitará a realização das compras previstas em todos os subprojetos, agilizando a realização das atividades previstas.

#### **IX - Código do Convênio: 0625/-08 Capes**

A Escola Avançada foi realizada em dezembro de 2007, com participantes do Inmetro e da comunidade técnica e científica do País e ministrada por técnicos/especialistas internacionais. As avaliações sobre este evento foram muito boas. O único problema ocorrido foi o cancelamento da vinda de um dos instrutores do exterior que teve que fazer uma cirurgia de emergência e teve que ser substituído na última hora, mas sem prejuízos para o evento.

Cabe ressaltar que a 2ª Escola Avançada de Incerteza de Medição permitiu aos participantes conhecer os avanços e desenvolvimentos mais recentes na metrologia e na avaliação da incerteza de medição. As trocas de informações e a disseminação de conhecimento foram muito importantes e certamente irão contribuir para o desenvolvimento da metrologia, principalmente no Brasil e na América Latina.

Os objetivos foram alcançados proporcionando o fortalecimento e sedimentação do conhecimento em metrologia, em um evento que foi estruturado para ser um amplo e estratégico ambiente de intercâmbio técnico-científico, concebido para aproximar e integrar pessoas e organizações, do Brasil e do exterior, interessadas nos diferentes aspectos especializados ou multidisciplinares da tecnologia, da ciência e da arte de medição.

#### **X - Código do Convênio: 170.349/2007 - Faperj**

Idem comentários do Convênio 0625/-08

## 4.2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

No exercício de 2007, pode-se ressaltar que houve demora na aprovação do crédito de excedente de arrecadação, o que dificultou a gestão orçamentária do Inmetro.

Além disso, os limites de pagamento para recursos próprios, mês a mês, estabelecidos pela Portaria n ° 10 de 22 de março de 2007, ficaram bem abaixo da receita própria realizada, dificultando a execução das atividades do Programa Metrologia e Qualidade Industrial. Apenas em dezembro, foi equiparada a capacidade financeira do Inmetro com o limite de pagamento.

No que diz respeito às contribuições internacionais do Programa Gestão da Participação em Organismos Internacionais, o Inmetro tem passado por dificuldades junto aos diversos fóruns, no que se refere à efetivação dos pagamentos das anuidades nos prazos estabelecidos. Liberações orçamentárias parciais impedem o cumprimento das obrigações do Inmetro junto aos respectivos organismos internacionais, assim sendo, torna-se necessário a viabilização de liberações totais dos valores estabelecidos no projeto de lei orçamentária anual.

<b>GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA – MANUTENÇÃO</b>			
<b>POSIÇÃO EM 09/01/2008</b>			
<b>FONTE DE RECURSOS</b>	<b>LEI + CRÉDITOS</b>	<b>VALORES PAGOS</b>	<b>% DE EXECUÇÃO</b>
<b>TESOURO</b>	47.537.113,00	47.533.148,00	100
<b>RECURSOS PRÓPRIOS</b>	63.983.354,00	55239.020	86
<b>CONVÊNIOS</b>	290.000,00	-	0
<b>FONTE 280</b>	1.751.832,00	-	0
<b>FONTE 300</b>	13.747.904,00	8.105.076,00	59
<b>TOTAL</b>	<b>127.310.403,00</b>	<b>110.877.244</b>	<b>87</b>

\* Fonte: Siafi

Evolução dos gastos, subdivididos por ação (sem restos a pagar):

<b>AÇÕES</b>	<b>VALORES PAGOS (R\$) em 2006</b>	<b>VALORES PAGOS (R\$) em 2007</b>	<b>VARIAÇÃO %</b>
<b>Avaliação da Conformidade</b>	14.240.117	13.666.852	-4
<b>Padronização e Disseminação das Unidades de Medida</b>	3.995.671	7.663.425	92
<b>Gestão e manutenção do Programa</b>	94.993.400	110.877.244	17
<b>Capacitação de servidores públicos em processo de Qualificação</b>	962.252	1.087.120	13
<b>Ampliação de infra estrutura de laboratórios</b>	105.866	1.038.483	881
<b>Disponibilização às pequenas e médias empresas de serviços de Avaliação de Conformidade, Metrologia e Informação Tecnológica</b>	582.178	2.042.374	251
<b>Contribuições a Organismos Internacionais</b>	866.900	843.616	-3
<b>Controle Metrológico</b>	168.645.276	183.576.736	9

<b>Assistência médica e odontológica aos servidores</b>	1.172.241	1.216.265	4
<b>Pagamento de aposentadorias</b>	19.545.343	25.385.767	30
<b>Contribuição da União</b>	10.682.100	11.546.759	8
<b>Auxílio alimentação aos servidores</b>	1.379.800	1.366.592	-1
<b>Auxílio transporte</b>	123.539	94.887	-23
<b>Assistência pré escolar</b>	81.896	65.798	-20
<b>Cumprimento de sentença judicial</b>	61.467	25.212	-59
<b>TOTAL</b>	<b>317.437.946</b>	<b>360.497.128</b>	<b>14</b>

\* O demonstrativo mostra que houve aumento na execução de despesa nos principais programas de trabalho, com ênfase Disponibilização às pequenas e médias empresas de serviços de Avaliação de Conformidade, Metrologia e Informação Tecnológica” que ampliou suas atividades voltadas para a inovação tecnológica, o que ensejou, inclusive, na criação da Diretoria de Inovação Tecnologia.

<b>RESTOS A PAGAR INSCRITOS</b>	
<b>POSIÇÃO EM 17/01/2008</b>	
<b>2006 (R\$)</b>	<b>2007 (R\$)</b>
<b>8.810.185</b>	<b>9.974.028</b>

\* Fonte: Siafi

### **4.3. GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**

#### **Destaques financeiros**

- No exercício de 2007 a receita total arrecadada chegou a 274 milhões de Reais, significando que foram realizados 94% da receita prevista para o exercício. Identificou-se que houve um crescimento da ordem de 9% em relação a 2006.
- Os recursos transferidos para manutenção dos órgãos integrantes da RBMLQ-I foram da ordem de 197 milhões de Reais, representando cerca de 80% dos valores arrecadados em 2007.
- Dando continuidade ao processo de arrecadação via GRU, o aprimoramento e a informatização de todo o processo viabilizou a implantação, mesmo que parcial, da sistemática de gerenciamento de emissão de GRU pela RBMLQ-I, via Portal de Relacionamento Inmetro-RBMLQ-I. A intenção é ter o controle total dessas emissões a partir de janeiro de 2008.
- Com o objetivo de uniformizar procedimentos, encontra-se em fase de elaboração pela Difin/Secon o Manual de Convênios que conterà informações necessárias para o melhor controle das contas e procedimento desses.

## Dados de Pessoal

### Força de Trabalho - Quantitativo e Despesas

<b>Situação em 24/01/2008</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Despesa em 2007 (R\$)</b>
<b>Quadro permanente</b> (ativos, requisitados, requisitados de empresa, nomeado cargo, procurador federal*, cedidos)	846	60.309.995,45
<b>Mão-de-obra terceirizada</b>		
☞ Celetistas	479	20.390.162,08
☞ Bolsistas FJPF	124	7.132.248,09
☞ Bolsistas CNPq	108	2.590.200,00
<b>Total</b>	<b>711</b>	<b>25.294.467,70</b>
<b>Estagiários</b>		
☞ Nível Superior	103	
☞ Nível Médio	82	
<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>565.772,74</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.733</b>	<b>90.988.378,36</b>

(\*) Informamos que os servidores fazem parte da força de trabalho, porém a remuneração é paga pela AGU, ou seja, não constam do valor de R\$60.309.995,45.

### Despesas com Diárias e Passagens

<b>Situação em 24/01/2008</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Quantidade.</b>	<b>Despesa em 2007 (R\$)</b>
Diárias	5.729	2.329.938,70
Passagens	4.625	3.605.707,12
<b>Total</b>		<b>5.935.645,82</b>

**Servidores requisitados e cedidos e tabela com o ônus detalhado da requisição**

<b>SERVIDORES REQUISITADOS</b>				
<b>MATRÍCULA SIAPE</b>	<b>NOME DO SERVIDOR</b>	<b>CARGO</b>	<b>ÓRGÃO DE ORIGEM</b>	<b>ATO DE NOMEÇÃO</b>
361134	CARLOS ALBERTO ACHETE	COORD.-GERAL DE PROJ. E PROG.	U.F.R.J.	PORT. INMETRO 058/2007 - DOU 12/02/2007
1125132	HUMBERTO SIQUEIRA BRANDI	DIRETOR DA DIMCI	U.F.R.J.	PORT. CASA CIVIL 980/2004 - DOU 17/12/2004
352972	JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA	PRESIDENTE DO INMETRO	U.F.R.G.S.	PORT. CASA CIVIL 981/2004 - DOU 17/12/2004
1556870	JORGE LUIZ SEEWALD	SUPERINTENDENTE DA SUPER-RS	IPEM/PR	PORT. INMETRO 331/2007 - DOU 30/08/2007
364708	LILIANE SOARES JORDANO	ASSISTENTE TÉCNICO	U.F.R.J.	PORT. INMETRO 076/2007 - DOU 07/03/2007
1530179	MARCELO SILVEIRA MARTINS	PROCURADOR JURÍDICO	IPEM/PR	PORT. CASA CIVIL 088/2006 - DOU 02/02/2006
1316460	MARIA FATIMA BERARDINELLI A. DE OLIVEIRA (*a)	ASSESSORA DA DITEC	BBRASIL	PORT. INMETRO 291/2006 - DOU 22/11/2006
364587	MONICA LIMA DE CARVALHO	ASSISTENTE DA DIMCI	UFRJ	PORT. INMETRO 305/2006 - DOU 28/11/2006
1578861	OMER POHLMANN FILHO	COORD.-GERAL DA REDE B. DE M.L.E.Q.	IPEM/PR	PORT. INMETRO 202/2007 - DOU 19/06/2007
373047	OSCAR ACSELRAD	DIRETOR DA DPLAD	U.F.R.J.	PORT. MDIC 227/05 - DOU 18/07/2005
775701	PAULO ROBERTO BRAGA E MELLO (*a)	CHEFE DA DIVIT DA DITEC	SERPRO	PORT. INMETRO 128/1995 - DOU 30/08/1995
374388	WANDERLEY DE SOUZA	DIRETOR DE PROGRAMAS	U.F.R.J.	PORT. INMETRO 137/2007 - DOU 02/03/2007
418977	AMERICO TRISTÃO BERNARDES	CHEFE DO CENTRO DE CAPACITAÇÃO	U.F.MG	PORT. INMETRO 252/2007 - DOU 17/09/2007

(\*a) – considerado o teto ministerial, quando do reembolso das despesas à cedente.

<b>SERVIDORES CEDIDOS</b>				
<b>MATRÍCULA SIAPE</b>	<b>NOME DO SERVIDOR</b>	<b>CARGO/CLASSE/ NÍVEL</b>	<b>ÓRGÃO REQUISITANTE</b>	<b>DADOS DA CESSÃO</b>
172093	AGNALCY VIEIRA DOS SANTOS DE SIMAS	161001/A/NI-III	(*a) PRES. REPÚBLICA	Despacho Proc. 00001.009588/91-59
448427	ANA MARIA DE ARAUJO MOREIRA	161001/A/NI-III	(*a) PRES. REPÚBLICA	Port.-MICT 49/1998 - DOU 22/04/1998
448632	CELSO CARDOSO DA SILVA	162001/A/NA-VI	(*e) TRE/RJ - 79ª ZONA ELEITORAL	Port. MP 1898/2007 - DOU 04/10/2007
448772	CLAUDIA MOREIRA PEREIRA	158001/A/NS-III	(*a) MPF/PGR	Port. MDIC 137/2007 - DOU 07/08/2007
448372	DULCE APARECIDA LIECHOSCKI	158001/A/NS-III	(*b) FIOCRUZ	Port. MDIC 108/2006 - DOU 30/06/2006
448451	EDUARDO DANTAS RAMOS JUNIOR	161001/A/NI-III	(*c) CAM. DEPUTADOS	Port. MP 536/2003 - DOU 11/04/2003
448481	ELIANA SOARES DE OLIVEIRA	161001/A/NI-III	(*e) TRE/RJ - 233ª ZONA ELEITORAL	Port. MP 158/2002 - DOU 12/03/2002
448365	ELISABETH FRANZ	161001/A/NI-III	(*e) TRE/MG - 153ª ZE - JUIZ DE FORA	Port. MP 514/2003 - DOU 09/04/2003
448487	ELIZABETH GONZAGA DE OLIVEIRA	161001/A/NI-III	(*e) TRE/RJ	Port. MP 2052/2007 - DOU 29/10/2007
448508	EVANDRO CARLOS REZENDE DE CARVALHO ALVIM	161001/A/NI-III	(*e) TRE/BSB	Port. MP 1519/2000 - DOU 10/11/2000
448367	GALDINO GUTTMANN BICHO	158001/A/NS-III	(*d) AG. NAC. VIG. SANITÁRIA	Port. MDIC 18/2001 - DOU 02/02/2001
448436	HOSANA PIMENTA DE CARVALHO RIBEIRO	161001/A/NI-III	(*e) TRE/RJ - 78ª ZONA ELEITORAL	Port. MP 0776/2007 - DOU 27/04/2007

448726	ICLÉA VELOSO COURI	161001/A/NI-III	(*a) PRES. REPÚBLICA	Port. MICT 123/1998 - DOU 16/07/1998
448322	IRENE DA SILVA CRUZ	161001/A/NI-III	(*e) Tribunal Reg. Eleitoral do RJ	Port. MP 64/2002 - DOU 30/01/2002
448552	IRIS ANDRADE DE CARVALHO	161001/A/NI-III	(*e) TRE/RJ - 122ª ZONA ELEITORAL	Port. MP 992/1999 - DOU 12/07/1999
448502	JOÃO GILBERTO DE BRITO FILHO	160001/A/NI-III	(*e) TRE/RJ - 219ª ZONA ELEITORAL	Port. MP 2083/2004 - DOU 16/12/2004
448283	JOSEPH BRAIS	158001/A/NS-III	(*d) PREF. MUN. DE D. DE CAXIAS (RJ)	Port. MP 1631/2005 - DOU 10/10/2005
6670530	LÉA CONTIER DE FREITAS	406002/H/NS-III	(*b) MCT	Port. MDIC 061/2002 - DOU 10/04/2002
448495	LUCIA HELENA MENDONÇA	161001/A/NI-III	(*e) TRE/RJ - 78ª ZONA ELEITORAL	Port. MP 1494/2003 - DOU 09/09/2003
448059	LUIS ROBERTO MEIRELES DE OLIVEIRA	160001/A/NI-III	(*e) TRE/RJ - 219ª ZONA ELEITORAL	Port. MP 2138/2004 - DOU 29/12/2004
448024	LUIS CARLOS PEREIRA DOS SANTOS	161001/A/NI-III	(*d) PREF. MUN. DE D. DE CAXIAS (RJ)	Port. MP 1701/2007 - DOU 28/08/2007
448668	LUIZ FERNANDO MIRALTO PINTO	158001/A/NS-III	(*d) GOV. DO ESTADO MS	Port. MP 0052/2004 - DOU 12/01/2004
448180	MARIA HELENA DE MAURO SANTOS	161001/A/NI-III	(*b) SENADO FEDERAL	Port. SAF 3256/1992 - DOU 31/07/1992
447956	MIRIAN FERNANDES MACHADO	161001/A/NI-III	(*e) TRE/RJ - 78ª ZONA ELEITORAL	Port. MP 1494/2003 - DOU 09/09/2003
448633	PAULO CESAR FERREIRA	161001/A/NI-III	(*e) TRE/RJ - 66ª ZONA ELEITORAL	Port. MP 1285/2006 - DOU 04/08/2006
448701	ROSILENE MELLO DA SILVA CORTES	161001/A/NI-III	(*a) TRT 1 REG.RJ	Port. MP 0098/2008 - DOU 02/02/2006
448724	SILVIA CARVALHO DE SOUZA ARANTES	161001/A/NI-III	(*a) MPF/PGR	Port. MPF-PGR 250/1992 - DOU 06/05/1992
127687	TANIA MARIA DE OLIVEIRA CARNIELLO FONSECA	159001/A/NS-III	(*b) MDIC	Port. MDIC - 0104/2007 - DOU 21/06/2007
448165	TANIA REGINA RODRIGUES SOARES	161001/A/NI-III	(*d) BNDES	Port. MDIC 23/2005 - DOU 10/01/2005
448431	IVONETE GOMES PEREIRA ROCHA PINHO	161001/A/NI-III	(*g) INSS/REZENDE	Proc. 08550.003407/1992
448097	IVAN MARREIROS DA COSTA	158001/A/NS-III	(*h) CEFET/PI	Port. MP 498/2005 - DOU 18/04/2005

Legenda:

(\*a) - art. 3º, do Decreto nº 925, de 1993 - ônus da remuneração: órgão cedente.

(\*b) - art. 93, da Lei nº 8.112, de 1990, com opção do Decreto-lei nº 1.445, de 1976 - ônus da remuneração: órgão cedente.

(\*c) - art. 93, inciso 2º, da Lei nº 8.112, de 1990 - ônus da remuneração: órgão cedente.

(\*d) - art. 93, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, com a redação dada pelo art. 22, da Lei nº 8.270/1991, art. 2º do Decreto nº 4.050, de 2001

e art. 4 do Decreto-lei nº 2.355, de 1987 - ônus da remuneração: órgão cessionário.

(\*e) - art. 93, parágrafo 1º, da Lei nº 8.112, de 1990, e Lei nº 6.999, de 1982 - ônus da remuneração: órgão cedente.

(\*f) - opção pela remuneração do órgão requisitante.

(\*g) - Lotação provisória, conforme art. 84, parágrafo 2º, da Lei nº 8.112, de 1990 - ônus da remuneração: órgão cedente.

(\*h) - Exercício provisório, conforme art. 84, parágrafo 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 9.527, de 10-12-97 - ônus da remuneração: órgão cedente.

## Atos de Aposentadoria, Pensão e Desligamento SISAC/TCU/2007

APOSENTADORIAS					
TIPO		N.º DE CONTROLE	NOME	CPF	SITUAÇÃO
1	Aposentadoria	10606009-04-2007-000022-7	ALDA ROSA DOS SANTOS	169.172.511-00	Aguardando Parecer
2	Aposentadoria	10606009-04-2007-000011-1	ALVARO BAPTISTA DOS SANTOS	456.692.797-00	Aguardando Parecer
3	Aposentadoria	10606009-04-2007-000024-3	ANTONIO RODRIGUES XAVIER	087.050.541-68	Aguardando Parecer
4	Aposentadoria	10606009-04-2007-000026-0	APARECIDA MARIA DAS VIRGENS	566.045.057-15	Aguardando Parecer
5	Aposentadoria	10606009-04-2007-000016-2	CARLOS ALBERTO CONSTANTINO DA SILVA	070.708.024-04	Aguardando Parecer
6	Aposentadoria	10606009-04-2007-000023-5	CELSO RICARDO SALLES MARQUES	894.367.767-72	Aguardando Parecer
7	Aposentadoria	10606009-04-2007-000030-8	CILEA MARIA GUARILHA NOGUEIRA	690.293.507-68	Aguardando Parecer
8	Aposentadoria	10606009-04-2007-000017-0	DILCELIO DE MACEDO	252.918.157-87	Aguardando Parecer
9	Aposentadoria	10606009-04-2007-000001-4	FLORISVALDO SAMPAIO	054.941.847-49	Aguardando Parecer
10	Aposentadoria	10606009-04-2007-000014-6	ISAIRA DOS SANTOS BEZERRA	258.935.137-20	Aguardando Parecer
11	Aposentadoria	10606009-04-2007-000010-3	IVONILDE BRANDINO DOS SANTOS	887.447.607-87	Aguardando Parecer
12	Aposentadoria	10606009-04-2007-000021-9	JOANA DOS SANTOS LUZ	593.959.407-78	Aguardando Parecer
13	Aposentadoria	10606009-04-2007-000028-6	JOSÉ AFONSO DA SILVA	067.517.333-72	Aguardando Parecer
14	Aposentadoria	10606009-04-2007-000025-1	JOSE CORREIA DA CUNHA	287.903.167-20	Aguardando Parecer
15	Aposentadoria	10606009-04-2007-000029-4	JUREMA BENEDITO NOGUEIRA DA COSTA	374.005.337-20	Aguardando Parecer
16	Aposentadoria	10606009-04-2007-000006-5	MARCOS MARGON ROCHA	035.690.121-15	Aguardando Parecer
17	Aposentadoria	10606009-04-2007-000004-9	MARIA DE SOUZA SILVA	383.925.857-04	Aguardando Parecer
18	Aposentadoria	10606009-04-2007-000027-8	MARTINHO FONSECA	429.999.877-49	Aguardando Parecer
19	Aposentadoria	10606009-04-2007-000009-0	MARYEDA BEZERRA LEITE	303.378.877-72	Aguardando Parecer
20	Aposentadoria	10606009-04-2007-000003-0	MIRIAM DA FONSECA MENEZES	330.613.787-15	Aguardando Parecer
21	Aposentadoria	10606009-04-2007-000008-1	MIRTHA ESTHER MOLINS POSADA	663.193.587-34	Aguardando Parecer
22	Aposentadoria	10606009-04-2007-000002-2	MURILO CRISPIM DA SILVA	448.857.507-25	Aguardando Parecer
23	Aposentadoria	10606009-04-2007-000015-4	ORIEL JOSE CHAVES	419.871.957-87	Aguardando Parecer
24	Aposentadoria	10606009-04-2007-000012-0	PEDRO FERREIRA SALGADO	325.101.607-53	Aguardando Parecer
25	Aposentadoria	10606009-04-2007-000020-0	REGINALDO ANTUNES PEREIRA	063.042.491-87	Aguardando Parecer

26	Aposentadoria	10606009-04-2007-000013-8	RITA DE CASSIA DO NASCIMENTO VIEIRA	555.839.467-68	Aguardando Parecer
27	Aposentadoria	10606009-04-2007-000018-9	SANDRA DA SILVA SALES	265.949.357-04	Aguardando Parecer
28	Aposentadoria	10606009-04-2007-000019-7	SEBASTIAO MENEZES MARCELLO	038.932.277-68	Aguardando Parecer

PENSÕES					
	TIPO	N.º DE CONTROLE	NOME	CPF	SITUAÇÃO
1	Pensão Civil	10606009-05-2007-000006-4	ADEIR FIALHO DA SILVA	520.423.917-00	Aguardando Parecer
2	Pensão Civil	10606009-05-2007-000014-5	ADEMAR FONSECA NETO	231.098.237-72	Aguardando Parecer
3	Pensão Civil	10606009-05-2007-000007-2	BALTAZAR LOPES	353.343.207-68	Aguardando Parecer
4	Pensão Civil	10606009-05-2007-000007-2	CARLOS ALBERTO DA SILVA ALVES	353.343.207-68	Aguardando Parecer
5	Pensão Civil	10606009-05-2007-000015-3	ELCY AUGUSTO DE MAGALHAES	218.845.017-53	Aguardando Parecer
6	Pensão Civil	10606009-05-2007-000008-0	FRANCISCO PAULO DE FREITAS	371.724.847-20	Aguardando Parecer
7	Pensão Civil	10606009-05-2007-000013-7	GELSON DE SOUZA MARTINS	446.357.537-00	Aguardando Parecer
8	Pensão Civil	10606009-05-2007-000010-2	JOSÉ CARVALHO PAIVA	077.885.687-91	Aguardando Parecer
9	Pensão Civil	10606009-05-2007-000001-3	JOSE MARTINS DE LIMA	594.340.157-15	Aguardando Parecer
10	Pensão Civil	10606009-05-2007-000011-0	MANOEL ALBINO DA SILVA	418.020.477-00	Aguardando Parecer
11	Pensão Civil	10606009-05-2007-000017-0	NELSON GOMES BARBOSA	396.546.217-20	Aguardando Parecer
12	Pensão Civil	10606009-05-2007-000009-9	NILTON FERREIRA DE ARAUJO	078.198.387-87	Aguardando Parecer
13	Pensão Civil	10606009-05-2007-000012-9	PAULO SERGIO DE SOUZA MENDES	603.928.517-68	Aguardando Parecer
DESLIGAMENTOS					
	TIPO	N.º DE CONTROLE	NOME	CPF	SITUAÇÃO
1	Desligamento	10606009-02-2007-000002-4	BRUNO ROMITI FRANCO	082.423.017-51	Tramitando no TCU
2	Desligamento	10606009-02-2007-000003-2	LEANDRO JOAQUIM RODRIGUES PEREIRA	037.494.927-19	Tramitando no TCU

### Destaques administrativos

- Revisão de todas as normas do processo compras, adequando-as às modernas práticas, à luz da legislação.
- Intensificação de diligenciamento, visando obrigar o fornecedor a entregar seus produtos nos prazos contratados.
- Realização de análise dos processos antes da conclusão da aquisição, evitando que o processo retorne para fazer correções e evitar as falhas processuais.



- Utilização do procedimento de aquisições por Dispensa de Licitação, através de **Cotação Eletrônica**, resultando numa maior agilidade, mais segurança e transparência nos processos de compra.
- Material de expediente sendo adquirido pelo Sistema de Registro de Preços, apresentando como benefício, dentre outros, a diminuição significativa da quantidade de material armazenado, minimizando impactos orçamentário e financeiros, assim como desperdício de materiais e recursos.
- A Equipe de Importação trabalhou com 74 processos de fechamento de câmbio com recursos do Inmetro e 61 com recursos de convênios, perfazendo um total, aproximado, de R\$ 15.500.000,00 (quinze milhões e quinhentos mil reais).
- Implantação do Sistema de Controle de Inventário Físico de Bens, Sispatri, sendo cadastrados todos os bens de terceiros, provenientes de convênios.
- Os ajustes e os relatórios de incorporação de bens estão sendo feitos mensalmente, o que propiciará a elaboração tempestiva do inventário anual, com mais fidedignidade, transparência e agilidade.
- Realizado leilão, no início do exercício, dos bens inservíveis da instituição.
- Instalação, em algumas UO, de copiadoras multifuncionais para melhorar e agilizar os serviços dessas áreas.

#### **4.4. GESTÃO DOS PROCESSO DE CONTROLE**

O fato de a Estrutura Regimental atual do Inmetro ter sido aprovada pelo Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2007, publicado no DOU de 29/11 /2007, e considerando que a programação anual de atividades de auditoria interna - PAINT é estabelecida sempre no exercício anterior, as metas previstas para o exercício de 2007, se reportaram ao Decreto n.º 5.842, de 13 de julho de 2006, que estabelecia a estrutura organizacional anterior, que encontra-se atualmente revogado. Salientamos ainda que o regimento interno atual do Inmetro ainda não se encontra aprovado, e deve ser submetido ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e publicado no DOU.

##### **Competências e Desempenho da Auditoria**

Considerando que as metas foram previstas em relação ao Decreto n.º 5.842, de 13 de julho de 2006, e que compete originalmente à Auditoria Interna verificar a conformidade às normas vigentes dos procedimentos de natureza orçamentária, contábil, financeira e patrimonial e de recursos humanos, bem como, quando determinada pelo Presidente, a verificação da adequação entre os meios empregados e os resultados alcançados e, especificamente:

- criar condições indispensáveis para assegurar a eficácia nos controles interno e externo procurando garantir regularidade na realização da receita e da despesa;
- examinar a legislação específica e normas correlatas, orientando quanto à sua observância;

- promover inspeções regulares nas áreas de atuação do Inmetro, para verificar a execução física e financeira dos projetos e atividades, inclusive daqueles executados por terceiros;
- realizar auditorias financeiras, contábeis e administrativas, com o propósito de avaliar e certificar a exatidão e regularidade das contas e comprovar a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos da Autarquia; e
- executar auditorias extraordinárias, de cunho específico, que, no interesse da Administração, venham a ser determinadas pelo Presidente. Vale ressaltar que os trabalhos executados pelos auditores no cumprimento de suas atividades operacionais nos Órgãos Conveniados, e no âmbito interno do Inmetro, foram realizados em sintonia com a metodologia descrita nas Normas Internas Gerais da Audin, NIG-AUDIN-001 e NIG-AUDIN-002, bem como no Manual da Qualidade da Audin - MQ-AUDIN-001.

### **Informações sobre as providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU**

A divulgação dos atos normativos do TCU, e bem como das Solicitações de Auditoria emanadas pela CGU/RJ ocorrem por e-mail Audin e com a comunicação interna por intermédio de Memorandos /Audin. Os acórdãos emitidos pelo TCU onde o Inmetro seja citado são apresentados em reuniões de diretoria junto ao Presidente do Inmetro.

Sobre o atendimento as Solicitações de Auditoria emitidas pela CGU/RJ, que dizem respeito a Audin, no ano de 2007, elaboramos quadro apontando as devidas respostas encaminhadas a equipe de auditora:

<b>Solicitação de Auditoria</b>	<b>Ofício de Resposta</b>
189092/15	Ofícios n.º 91 e 107, dia 11 de dezembro de 2007
201120/05/02	Ofício n.º 94, dia 25 de outubro de 2007
201120/05/05	Ofício n.º 83, dia 10 de outubro de 2007
201120/05/10	Ofício n.º 90, dia 19 de outubro de 2007
201120/05/16	Ofícios n.º 11 e 15, dia 11 e 15 de dezembro de 2007
201120/05/18	Ofício n.º 97, dia 06 de novembro de 2007

### **Objetivos e Metas**

O objetivo da execução dos trabalhos de auditoria, com relação aos Órgãos Conveniados foi verificar o cumprimento das metas do PPA, no sentido de comprovar a conformidade de sua execução. Com relação às Diretorias do Inmetro, nosso propósito foi verificar o cumprimento de suas atividades estabelecidas na Estrutura Regimental.

Quanto às auditorias extraordinárias (não programadas em virtude da sua natureza), o objetivo pretendido foi verificar os fatos apontados mediante denúncias, além da certificar despesas nos casos de ausência de cobertura convencional, bem como, atender à solicitação dos Diretores dos órgãos Conveniados para avaliar processos relativos a sua gestão, etc.

As metas são estabelecidas no PAINT, que determina, para o exercício seguinte, as auditorias a serem realizadas, elencando a equipe responsável formada por pelo menos dois auditores.

A realização dos trabalhos executados nos Órgãos Conveniados e no Inmetro, se dá com base na metodologia descrita nas Normas Internas Gerais da Audin - NIG-AUDIN-001 e NIG-AUDIN- 002, bem como no Manual da Qualidade da Audin - MQ-AUDIN-001. As metas físicas e financeiras encontram-se consubstanciadas na planilha a seguir:

## AUDITORIAS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS

AUDITORIAS ORDINÁRIAS - RBMLQ-I (PROGRAMADAS)						
Nº	Áreas auditadas	Cronograma de execução dos trabalhos	Recursos financeiros empregados nas auditorias (R\$)	H/h		
				Quant. de Auditores	Dias	H/h
01	CONVÊNIO IPEM/MG	Março	6.779,04	4	10	320
02	SUPER/GO	Março	7.034,76	4	10	320
03	CONVÊNIO IPEM/PR	Abril	5.801,42	3	10	240
04	IPEM/SC	Abril	4.285,45	3	5	120
05	CONVÊNIO IPEM/PE	Maiο	7.052,04	4	8	256
06	CONVÊNIO IPEM/PB	Maiο	2.427,40	2	5	80
07	CONVÊNIO IPEM/RN	Maiο	2.865,08	2	5	80
08	CONVÊNIO IPEM/RJ	Junho	-	3	5	120
09	CONVÊNIO IPEM/SP	Junho	5.311,68	3	10	240
10	CONVÊNIO IPEM/TO	Junho	7.718,60	3	5	120
11	SUPER/RS	Julho	4.319,03	3	5	120
12	CONVÊNIO IPEM/RO	Julho	5.068,40	2	5	80
13	CONVÊNIO SEPLANDS	Julho	6.040,31	3	5	120
14	CONVÊNIO IPEM/AP	Agosto	9.077,59	3	5	120
	CONVÊNIO IPEM	Agosto		3	5	120
15	CONVÊNIO AEM/MS	Agosto	8.013,99	3	5	120
	CONVÊNIO IPEM/MT	Agosto		3	5	120
16	CONVÊNIO INMEQ/AL	Setembro	7.342,09	3	5	120
	CONVÊNIO IPEM	Setembro		3	5	120
17	CONVÊNIO IPEM/FORT	Setembro	6.462,28	3	10	240
18	CONVÊNIO IPEM/ES	Outubro	2.927,81	3	5	120
19	CONVÊNIO IBAMETRO	Novembro	3.686,72	2	8	128
20	CONVÊNIO IPEM/ES	Novembro	5.581,56	2	5	80
	CONVÊNIO IPEM/ES	Novembro		2	5	80
21	CONVÊNIO IPEM/PR	Novembro	6.100,46	2	5	80
	CONVÊNIO IPEM/AM	novembro		2	4	80
<b>Total</b>			<b>113.895,71</b>		<b>160</b>	<b>3.744</b>

<b>AUDITORIAS ORDINÁRIAS – INMETRO (PROGRAMADAS)</b>						
Nº	Áreas auditadas	Cronograma de execução dos trabalhos	Recursos financeiros empregados nas auditorias (R\$)	H/h		
				Quant. de Auditores	Dias	H/h
01	Prestação de Contas do Inmetro – 2006	Fevereiro	-	4	10	320
02	Inmetro - Diretorias	Outubro	-	8	10	640
03	Diraf - Prévia para PC-2007	Novembro	-	4	10	320
					<b>30</b>	<b>1.280</b>
<b>TOTAL DE HORAS ALOCADAS NOS TRABALHOS DE AUDITORIA</b>					<b>5024</b>	

<b>AUDITORIAS EXTRAORDINÁRIAS – INMETRO (NÃO PROGRAMADAS)</b>						
Nº	Áreas auditadas	Cronograma de execução dos trabalhos	Recursos financeiros empregados nas auditorias (R\$)	H/h		
				Quant. de Auditores	Dias	H/h
01	Ipem/PE	05 a 08/03/07	2.150,75	2	4	64
02	Imep	02 a 03/04/07	3.618,30	2	2	32
03	AEM/MS	24 a 27/04/07	2.501,20	2	4	64
04	Ipem/AM	22 a 24/05/07	2.895,29	2	3	48
05	Imeq/MT	11 a 13/06/07	2.731,39	2	3	48
06	Ipem/RN	09 a 20/06/07	5.257,03	3	10	240
07	Ipem/RO	03 a 05/09/07	3.611,15	2	4	64
<b>Total</b>			<b>22.765,11</b>		<b>30</b>	<b>560</b>
<b>TOTAL DE HORAS ALOCADAS NOS TRABALHOS DE AUDITORIA</b>					<b>5584</b>	

### **Recursos Empregados**

Considerando o cumprimento global das metas traçadas, a realização de auditorias extraordinárias e a multiplicação dos afastamentos do Auditor-Chefe representando o Inmetro, nos órgãos de controle interno e externo e na RBMLQ-Inmetro, avaliamos que o orçamento destinado a esta Auditoria Interna, para a realização de suas atividades precípuas fora da sede, foi devidamente otimizado. O orçamento total destinado ao funcionamento da Auditoria para o exercício de 2007, correspondeu ao montante de R\$ 881.364,09, do qual foram utilizados especificamente nas atividades de auditoria os valores a seguir: Os gastos com passagens aéreas, diárias com servidores e com os colaboradores eventuais, somaram no exercício o total de R\$ 181.684,04, distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 113.895,71, utilizados na realização das 27 auditorias ordinárias no exercício de 2007, nos diversos órgãos Conveniados que compõem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - RBMLQ-Inmetro.
- R\$ 22.765,11, utilizados na realização das 7 auditorias extraordinárias no exercício de 2007, nos diversos órgãos Conveniados que compõem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - RBMLQ-Inmetro.

- R\$ 20.645,17, utilizados no Acompanhamento das Auditorias Externas, no cumprimento de compromissos, pelo Auditor-Chefe, representando o Inmetro junto aos Órgãos que compõem a RBMLQ-Inmetro, e nos Órgãos de controle interno e externo.
- R\$ 24.378,05, utilizados no Treinamento de Pessoal da Audin.
- Ainda cabe mencionar que foram realizadas auditorias nas diversas diretorias do Inmetro, sem custo.

### **Indicadores de Eficiência, Eficácia e Economicidade Adotados pela Auditoria Interna**

Mesmo registrando que, formalmente, ainda não foi criado nenhum indicador na Auditoria Interna do Inmetro com fórmulas e cálculos definidos, avaliamos a realização das atividades de auditoria, conforme análise a seguir:

**Indicador de eficiência** - Realizamos 100% das atividades programadas, e todas as 7 auditorias extraordinárias solicitadas. Se considerarmos o total de auditorias extraordinárias em relação ao total daquelas programadas vs o universo auditado foi acrescido em cerca de 19%;

**Indicador de eficácia** - A eficácia é basicamente medida enumerando-se a quantidade de não conformidades apontadas, bem como o número de recomendações propostas pelas equipes de auditores, aferindo assim o funcionamento de cada órgão naquele exercício, levando ao conhecimento de seus diretores, em reuniões com a RBMLQ-Inmetro, de onde também são coletadas informações a respeito do desempenho das auditorias e dos auditores, permitindo-nos uma avaliação do trabalho dos auditores;

**Indicador de economicidade** - dado o orçamento destinado ao exercício de 2007, foi estabelecido um percentual destinado a execução do plano de trabalho de auditoria, incluindo-se passagens e diárias, que mediante a antecipação da aquisição das passagens possibilitando-nos obter um preço mais razoável, com a conjugação de roteiros, trabalhando capitais vizinhas, o que também nos permite otimizar os custos, conseguimos, sem nenhum acréscimo orçamentário-financeiro cumprir adicionalmente auditorias extraordinárias, e de deslocamentos do Auditor-Chefe, inclusive para participação em eventos internacionais.

**Indicador de qualidade** - A dimensão da qualidade se deu pela profundidade nas verificações realizadas, com o aumento nos níveis de amostragem, fato que se tornou possível em virtude de termos realizado 27 auditorias ordinárias, compartilhadas com as seguintes diretorias: Diretoria da Qualidade - Dqual, Diretoria de Metrologia Legal - Dimel e a Procuradoria-Geral - Proge, permitindo maior dedicação à área administrativa, contábil e financeira, resultando portanto, em processos de Tomadas de Contas Especial com o objetivo de ressarcir ao erário valores desviados dos cofres públicos.

### **Análise Crítica dos Resultados Alcançados**

Embora inicialmente não se tenha cumprido as datas pré-estabelecidas para as atividades planejadas, em virtude ao atendimento das demandas dos Órgãos de Controle, conseguimos realizar 100% das verificações programadas no nosso Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2007.

No que tange às atividades desenvolvidas e não planejadas, destacamos sete auditorias extraordinárias, realizadas em diversos Órgãos que compõem a RBMLQ - Inmetro.

Na execução dos trabalhos programados no PAINT para o exercício de 2007, a Audin contou com dez auditores, que absorveram 4.584 horas para executar os trabalhos programados, competindo às equipes 175 dias, trabalhando oito horas diárias.

Sobre o exposto cabe mencionar que a Audin teve que redimensionar os seus trabalhos em virtude da perda de dois auditores, em meados de setembro.

### **Medidas Adotadas para Sanear as Disfunções Detectadas**

No sentido de manter a qualidade dos trabalhos efetuados foi realizado também, naquele exercício, o Realinhamento Estratégico da Audin, com vistas a avaliar o cumprimento das atividades contidas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna do mesmo exercício, PAINT/2007, assim como estabelecer algumas ações para o ano de 2008, tais como:

- Promover reunião junto as Diretorias participantes das Auditorias Integradas, com o objetivo de promover sinergia nos trabalhos reduzindo as distorções encontradas nos procedimentos adotados em 2007.
- Criação de Norma específica para as Auditorias Integradas.
- Promover maior interação junto a CGU/PR, no intuito de melhorar os nossos procedimentos internos e bem como a criação de um paradigma para a nossa rotina de trabalho, visando à melhoria contínua nas ações promovidas pela Audin.

## **5. DESEMPENHO OPERACIONAL**

O Inmetro no intuito de aperfeiçoar a medição da imagem junto a população brasileira decidiu reformular seus indicadores, tais como Índice de Reconhecimento e “Índice de Credibilidade, conforme relatado no item 4.1.1.

Destacamos que foram justificados todos os indicadores com resultados inferiores a 90% ou superiores a 110%.

## 5.1 METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL

Nome / Tipo / Responsável pela Coleta do Indicador	Fonte de Dados	Memória de Cálculo / Conceituação	Meta Anual em 2007	Resultado Obtido em 2007	Alcance da Meta em 2007 (%)
☞ Índice de reconhecimento do Inmetro junto à população brasileira <b>CLAS. EFETIVIDADE</b> <b>RESP. Silvio Ghelman</b>	Pesquisa realizada pela Associação Cândido Mendes de Ensino e Pesquisa – ACAMEP	Percentual dos entrevistados que conhecem o Inmetro e ao menos uma de suas atividades	42	44,20	105,23
☞ Índice de credibilidade do Inmetro junto à população brasileira <b>CLAS. EFETIVIDADE</b> <b>RESP. Silvio Ghelman</b>	Pesquisa realizada pela Associação Cândido Mendes de Ensino e Pesquisa – ACAMEP	Percentual de entrevistados que afirmaram confiar no Inmetro, dentre as pessoas que conhecem o instituto e ao menos uma de suas atividades	85	93,81	110,37

## 5.2 AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

Nome / Tipo / Responsável	Fonte de Dados	Memória de Cálculo / Conceituação	Meta Anual 2007	Resultado Obtido em 2007	Alcance da Meta em 2007 (%)
☞ Nível de satisfação das empresas usuárias do serviço de certificação voluntária <b>TIPO: EFICÁCIA</b> <b>RESP: Silvio Ghelman</b>	Pesquisa realizada pela Associação Cândido Mendes de Ensino e Pesquisa – ACAMEP	Percentual de entrevistados que consideram este serviço “ótimo” ou “bom”	94	97,25	103,45
☞ Produtividade no desenvolvimento e acompanhamento de programas de avaliação da conformidade <b>TIPO: Eficiência</b> <b>RESP: Sergio Campos</b>	Sistema Planest	Nº total de programas de ac em desenvolvimento ou acompanhamento/Nº de técnicos diretamente envolvidos no desenvolvimento e acompanhamento de programas de ac	6,2	7,6	122,58
☞ Índice de irregularidades na fiscalização de produtos regulamentados (1) <b>TIPO: Efetividade</b> <b>RESP: Marcelo Monteiro</b>	Sistema Planest	(Nº de unidades de produtos irregulares na fiscalização de produtos regulamentados/Nº total de unidades de produtos fiscalizados)*100	1,26	1,75	72

☞ <b>Índice de sustentabilidade financeira do macroprocesso Avaliação da Conformidade</b> <b>TIPO: Eficiência</b> <b>RESP: Alexsandro Reis</b>	Sistema Planest	(Receita da Dqual obtida através da venda de serviços+Receita da Dqual obtida através de convênios e contratos+Receita da Dqual obtida através de entidades de fomento)/(Despesas totais da Dqual no Macroprocesso Avaliação da Conformidade))*100	100	86,35	86,35
☞ <b>Índice de cumprimento do Plano Anual de Fiscalização</b> <b>TIPO: Eficácia</b> <b>RESP: Marcelo Monteiro</b>	Sistema Planest	(Nº de ações de fiscalização realizadas/Nº de ações de fiscalização previstas)*100	100	93	93
☞ <b>Índice de cumprimento do plano de ação quadrienal (2)</b> <b>TIPO: Eficácia</b> <b>RESP: Sergio campos</b>	Sistema Planest	Somatório dos índices das etapas dos programas	80	62,9	78,60
☞ <b>Índice de impacto da análise de produtos na melhoria da qualidade setorial</b> <b>TIPO: Eficácia</b> <b>RESP: Marcos Borges</b>	Sistema Planest	(Nº de produtos com ações de melhorias implementadas/Nº de produtos em que o relatório de análise delibera uma ação do Inmetro)*100	70	63	90
☞ <b>Índice de divulgação do Programa de Análise de Produtos (3)</b> <b>TIPO: Eficiência</b> <b>RESP: Marcos Borges</b>	Sistema Planest	(Nº de minutos de veiculação X Valor estimado do minuto de veiculação/Custo total do programa de análise de produtos)*100	9000	18340	203,80
☞ <b>Índice de acessos ao Portal do Consumidor</b> <b>TIPO: Eficácia</b> <b>RESP: Marcelo Maciel</b>	Sistema Planest	(Nº de acessos ao Portal do Consumidor no ano/Nº de acessos ao Portal do Consumidor no ano anterior)*100	140	154	110
☞ <b>Nº de concessões de acreditação de Laboratórios</b> <b>TIPO: Eficácia</b> <b>RESP: João Carlos Antunes de Souza</b>	Banco de dados da CGCRE	Concessão de acreditação: Ato de outorgar uma acreditação a partir de uma solicitação formal, compreendendo as etapas da análise da solicitação, visita de pré-avaliação, análise da documentação, auditoria de medição/ensaio de proficiência, avaliação inicial, decisão sobre a acreditação e formalização da acreditação.	94	93	98,93



☞ <b>Nº de concessões de extensão de acreditação de Laboratórios</b> <b>TIPO: Eficácia</b> <b>RESP: João Carlos Antunes de Souza</b>	Banco de dados da CGCRE	Concessão de extensão de acreditação: Processo de ampliação do escopo de acreditação, sendo que escopo é o serviços específicos de avaliação da conformidade para os quais a acreditação é desejada ou foi concedida.	107	113	105,61
☞ <b>Nº de reavaliações de Laboratórios</b> <b>TIPO: Eficácia</b> <b>RESP: João Carlos Antunes de Souza</b>	Banco de dados da CGCRE	Reavaliação de Laboratório: Processo de acompanhamento de uma acreditação concedida, através de reavaliações, auditorias de medição, ensaios de proficiência, avaliações extraordinárias, quando necessárias, outros mecanismos de supervisão e de tomada de decisão em relação aos resultados.	268	267	99,62
☞ <b>Nº de concessões de acreditação de Organismos de Certificação</b> <b>TIPO: Eficácia</b> <b>RESP: Aldoney Freire Costa</b>	Banco de dados da CGCRE	Concessão de acreditação: Ato de outorgar uma acreditação a partir de uma solicitação formal, compreendendo as etapas da análise da solicitação, visita de pré-avaliação, análise da documentação, auditoria de medição/ensaio de proficiência, avaliação inicial, decisão sobre a acreditação e formalização da acreditação.	20	21	105,00
☞ <b>Nº de concessões de extensões de acreditação de Organismos de Certificação (4)</b> <b>TIPO: Eficácia</b> <b>RESP: Aldoney Freire Costa</b>	Banco de dados da CGCRE	Concessão de extensão de acreditação: Processo de ampliação do escopo de acreditação, sendo que escopo é o serviços específicos de avaliação da conformidade para os quais a acreditação é desejada ou foi concedida.	100	52	52,00
☞ <b>Nº de reavaliações de escritórios</b> <b>TIPO: Eficácia</b> <b>RESP: Aldoney Freire Costa</b>	Banco de dados da CGCRE	Reavaliação de escritório: Processo similar ao de uma avaliação inicial aplicável exclusivamente a organismos acreditados.	80	74	92,50

<p>☞ <b>Nº de concessões de acreditação de Organismos de Inspeção</b></p> <p><b>TIPO: Eficácia</b> <b>RESP: Luciana Pitangueira</b></p>	Banco de dados da CGCRE	Concessão de acreditação: Ato de outorgar uma acreditação a partir de uma solicitação formal, compreendendo as etapas da análise da solicitação, visita de pré-avaliação, análise da documentação, auditoria de medição/ensaio de proficiência, avaliação inicial, decisão sobre a acreditação e formalização da acreditação.	22	21	95,45
<p>☞ <b>Nº de concessões de extensões de acreditação de Organismos de Inspeção</b></p> <p><b>TIPO: Eficácia</b> <b>RESP: Luciana Pitangueira</b></p>	Banco de dados da CGCRE	Concessão de extensão de acreditação: Processo de ampliação do escopo de acreditação, sendo que escopo é o serviços específicos de avaliação da conformidade para os quais a acreditação é desejada ou foi concedida.	14	13	92,85
<p>☞ <b>Nº de reacreditações de Organismo de Inspeção (5)</b></p> <p><b>TIPO: Eficácia</b> <b>RESP: Luciana Pitangueira</b></p>	Banco de dados da CGCRE	Reacreditação: Ato de renovação da acreditação, resultante de uma avaliação completa e tomada de decisão em relação aos resultados obtidos.	84	69	82,14

- (1) O índice de irregularidades na fiscalização de produtos regulamentados, cujo resultado ficou mais alto do que o esperado, decorreu de vários fatores, dentre os quais: i) intensificação da fiscalização de produtos com histórico desfavorável, no que se refere ao atendimento dos requisitos estabelecidos para a avaliação da conformidade compulsória, que teve como objetivo a inversão do quadro apresentado no mercado em 2006 por alguns produtos específicos; ii) aumento da abrangência territorial, envolvendo uma maior quantidade de municípios dentro da área de atuação de cada órgão conveniado do Inmetro, o que representou um maior alcance geográfico da atividade de fiscalização, ou seja, maior interiorização da atividade de fiscalização, é sabido que há maior irregularidade fora dos grandes centros urbanos; iii) intensificação da fiscalização de produtos com problemas pontuais, como por exemplo, brinquedos e capacetes, inclusive com a realização de operações especiais de fiscalização em todo o território nacional; iv) atuação mais rigorosa da fiscalização realizada pela RBMLQ-I, que teve como consequência o aumento do número de produtos irregulares identificados e retirados do mercado nas ações de fiscalização, fato que pode ser notado em diversos produtos, tais como chaves elétricas, luminárias, produtos têxteis, cordões prolongadores e conectores, extintores de incêndio, interruptores, plugues, tomadas, reatores e isqueiros a gás, entre outros.
- (2) A diferença entre a meta estipulada (cumprimento de 80% do Plano) e o índice alcançado no final de dezembro (62,90%) pode ser justificada pelo aumento da base de programas contemplados no Plano de Ação Quadrienal. No início do ano, quando a meta foi definida, existiam 97 programas no Plano, passando no início de dezembro a contemplar 126 Programas. Este aumento de 29 Programas, que representa um aumento de 30% do Plano, justifica a desaceleração da taxa de crescimento do cumprimento do Plano. Entretanto, ressalta-se que, mesmo com o aumento de 1/3 da carteira de Programas, os indicadores de produção mantiveram-se crescentes.
- (3) O resultado para o Índice de Divulgação, até novembro, foi de 18.340%, ou seja, o dobro da meta esperada. Isso pode ser atribuído à reformulação da parceria com o Programa Fantástico, na qual foram incluídas algumas melhorias que resultaram em matérias mais longas e mais interessantes do ponto de vista do consumidor. Atualmente, a média de tempo é superior a 6 minutos. Antes, era de 4 minutos. As mudanças também significaram aumento de audiência, segundo a produção do Fantástico. Na matéria sobre pães light, por exemplo, ao ser anunciada a análise do Inmetro para o bloco seguinte houve aumento de 3 pontos no Índice do Ibope.
- (4) A diferença no alcance da meta, deve-se ao fato da adoção da nova sistemática de cobranças praticada a partir janeiro de 2007. Essa nova política baseia-se na quantidade de modalidades de creditações e no número de escopos acreditados em cada modalidade, ocasionando uma considerável redução no número de solicitações de extensão de acreditação. As vantagens dessa nova política são as cobranças baseadas nos serviços de acreditação executados pelo Inmetro e o aumento da especialização dos organismos na área acreditada.
- (5) O número de reacreditações foi inferior à meta estabelecida devido à paralisação realizada nas avaliações no período de julho a outubro por motivo da reestruturação dos procedimentos e normas estabelecidas para as realizações das mesmas. O retorno das avaliações de reacreditações ocorreu no final do mês de outubro e por esta razão algumas avaliações foram adiadas e remarcadas para o início de 2008.

### 5.3 CONTROLE METROLÓGICO

Nome / Tipo / Responsável	Fonte de Dados	Memória de Cálculo / Conceituação	Meta Anual 2007	Resultado Obtido em 2007	Alcance da Meta em 2007 (%)
☞ <b>Nível de satisfação das empresas usuárias dos serviços de verificação periódica</b> <b>TIPO: EFICÁCIA</b> <b>RESP: Silvio Ghelman</b>	Pesquisa realizada pela Associação Cândido Mendes de Ensino e Pesquisa – ACAMEP	Percentual de entrevistados que consideram este serviço “ótimo” ou “bom”	92,0	95,0	103,26
☞ <b>Índice de irregularidades de produtos pré-medidos</b> <b>TIPO: Efetividade</b> <b>RESP: Omer Pohlmann Filho</b>	Portal RBMLQ / Fiscalização de Produtos Pré-Medidos	Nº de produtos pré-medidos autuados/Nº de exames pré-medidos realizados)*100	2,75	1,90	69,09
☞ <b>Eficiência do serviço descentralizado</b> <b>TIPO: Eficácia</b> <b>RESP: Omer Pohlmann Filho</b>	Portal RBMLQ / Fiscalização e Verificação de Instrumentos	(Nº de verificações periódicas+Nº de verificações eventuais)/Nº de funcionários da RBMLQ-I	600	597	100
☞ <b>Índice de irregularidades na verificação de instrumento de medição</b> <b>TIPO: Efetividade</b> <b>RESP: Omer Pohlmann Filho</b>	Portal RBMLQ / Fiscalização e Verificação de Instrumentos	(Nº de reprovações em verificações eventuais+Nº de reprovações em verificações periódicas)/(Nº de verificações periódicas+Nº de verificações eventuais)*100	5,50	5,86	107
☞ <b>Nº total de instrumentos de medição + Pré-medidos</b> <b>TIPO: Eficácia</b> <b>RESP: Omer Pohlmann Filho</b>	Portal RBMLQ / Fiscalização de Produtos Pré-Medidos + Fiscalização e Verificação de Instrumentos	Nº total de instrumentos de medição verificados + Nº de Exames de Pré-medidos na RBMLQ-I	13.526.148	16.107.876	119,09
☞ <b>Tanques arqueados pela RBMLQ</b> <b>TIPO: Eficácia</b> <b>RESP: Omer Pohlmann Filho</b>	Portal RBMLQ / Fiscalização e Verificação de Instrumentos	Nº de Tanques arqueados pela RBMLQ-I	349	595	170

Nota: IPEM-FORT consta atraso na inserção dos dados ref. verificação de Instrumentos nos meses de Julho a Novembro, tendo justificativa devido a implantação do SGI (Sistema de Gestão Integrada).

IPEMAR consta atraso na inserção dos dados ref. verificação de Instrumentos nos meses de Setembro a Novembro, sem justificativa até o momento.

IPEM-RJ consta atraso na inserção dos dados ref. verificação de Instrumentos no mês Novembro, justificativa atraso na digitação dos dados.

06 estados ainda não constam os dados ref. verificação de Instrumentos no mês Dezembro.

#### 5.4 AÇÃO DISPONIBILIZAÇÃO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE, METROLOGIA E INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA

Nome / Tipo / Responsável pela Coleta do Indicador	Fonte de Dados	Memória de Cálculo / Conceituação	Meta Anual em 2007	Resultado Obtido em 2007	Alcance da Meta em 2007 (%)
☞ N° de acessos ao site do Inmetro CLAS. EFICÁCIA RESP. Divit	Sistema Planest	Contagem dos acessos	15.500.000	14.992.094	96,72
☞ N° de consultas à Base de Regulamentos Técnicos Metroológicos e de Avaliação da Conformidade CLAS. EFETIVIDADE RESP. Divit	Sistema Planest	Contagem das consultas	150.000	137.140	91,43
☞ N° de consultas à Base de Empresas Certificadas ISO 9001 CLAS. EFICÁCIA RESP. Divit	Sistema Planest	Contagem das consultas	50.000	52.247	104,49
☞ N° de consultas à Base de Empresas Certificadas ISO 14001 CLAS. EFICÁCIA RESP. Divit	Sistema Planest	Contagem das consultas	25.000	26.891	107,56
☞ N° de consultas à Base de Produtos, Processos e Serviços com Conformidade Avaliada CLAS. EFICÁCIA RESP. DIVIT	Sistema Planest	Contagem das consultas	45.000	217.531	483,40
☞ N° de consultas à Base de Portarias de Aprovação de Modelo CLAS. EFICÁCIA RESP. DIVIT	Sistema Planest	Contagem das consultas	20.000	25.473	127,37

Nota: Em 2006 o critério de contagem considerava os logs (registros do sistema) de acessos registrados e contabilizados pela ferramenta Webtrends, sendo considerados os acessos internos e externos. Por motivo de falhas na ferramenta Webtrends, a partir de 2007 optou-se pelo serviço Google Analytics, que devido a uma limitação da ferramenta de firewall da rede do Inmetro, sob a responsabilidade do Sinfo, só permite a contabilização dos acessos externos.

A proporção estimada de acessos externos era, em 2006, de 70% do número de acessos totais – este número foi informado na coluna Meta Anual de 2007.

O pico de consultas ocorrido no indicador da Base de produtos, processos e serviços com conformidade avaliada é atribuído à eventos disseminados nas mídias, como o caso do acidente com brinquedos infantis.

## 5.5 PADRONIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DAS UNIDADES DE MEDIDA

Nome / Tipo / Responsável pela Coleta do Indicador	Fonte de Dados	Memória de Cálculo	Meta Anual	Resultado Obtido em 2007	Alcance da Meta em 2007 (%)
☞ <b>Nível de satisfação das empresas usuárias do serviço de calibração e ensaio ofertado pelo Inmetro</b> <b>TIPO: EFICÁCIA</b> <b>RESP: Silvio Ghelman</b>	Pesquisa realizada pela Associação Cândido Mendes de Ensino e Pesquisa – ACAMEP	Percentual de entrevistados que consideram este serviço “ótimo” ou “bom”	91	95,87	105,35
☞ <b>Nível de credibilidade do serviço de calibração e ensaio ofertado pelo Inmetro à indústria exportadora</b> <b>TIPO: EFETIVIDADE</b> <b>RESP: Silvio Ghelman</b>	Pesquisa realizada pela Associação Cândido Mendes de Ensino e Pesquisa – ACAMEP	Percentual de entrevistados que consideram a credibilidade este serviço “total” ou “alta”	92	97,06	105,45
☞ <b>Produtividade de calibrações e ensaios</b> <b>TIPO: Eficiência</b> <b>RESP: Adauto Barros</b>	Sistema Receita	Total de calibrações e ensaios / (Total de hh/7hX250dias)	145,00	141,79	97,8
☞ <b>Índice de captação de recursos em Fomento</b> <b>TIPO: Eficácia</b> <b>RESP: Adauto Barros</b>	Sistema Receita + relatórios de fomento	Índice= (Fomento) / (Fomento + Governo)	(*)	0,64	(**)

Nota.: (\*) Não houve estabelecimento de meta em 2007, porém a partir de 2008, com base no histórico desde 2004 e considerando os projetos em curso, podemos estimar a meta para 2008 de 34 % dos recursos utilizados pela Dimci.

Ressaltamos que as ações Ampliação de Infra-Estrutura em Metrologia Científica e Ampliação da Infra-Estrutura Laboratorial Acreditada e Qualificada são acompanhadas por meio das metas físicas definidas no PPA.

### 6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA - “não se aplica”

### 7. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL - “não se aplica”

### 8. OPERAÇÕES DE FUNDOS - “não se aplica”

### 9. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS (conforme anexos II E X DA DN-TCU-85/2007) - “não houve ocorrência”

**Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) - (anexo à Prestação de Contas).**

**Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)**

**Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007) - (CD anexo à Prestação de Contas).**

➤ Série histórica das despesas pagas mediante fatura

2005	2006
R\$ 127.211,79	R\$ 116.867,08

➤ Série histórica dos saques efetuados

2005	2006
R\$ 18.635,00	R\$ 13.120,00

Na análise dos processos de suprimento de fundos/cartão de pagamento do governo federal, comparamos o total de processos relativos aos suprimentos concedidos/utilizados no decorrer de 2007, com os valores informados no Portal da Transparência, tendo sido detectadas algumas divergências, tais como valores relativos a processos de 2006, de novembro e dezembro de 2006, que constam no Portal da transparência como parte dos gastos de 2007, assim como valores concedidos no final do exercício de 2007, que constam no Portal, como relativos a 2008.

Adicionalmente, constatou-se que o Portal informa como valores gastos o total concedido, sem detalhar as devoluções ocorridas nas prestações de contas, mediante pagamento por GRU (\*).

VALORES UTILIZADOS EM 2007	
(A) - Valor no Portal - 2007:	<b>R\$ 175.146,36</b>
(B) - Valor de 2006 constante no Portal:	<b>R\$ 24.963,75</b>
(C) - Valor de 2007 a maior ( devoluções por GRU *)	<b>R\$ 3.496,13</b>
(D) - Valor de 2008 constante nos Processos (-)	<b>R\$ 16.552,80</b>
(E) - Valor Ajustado = (A+D) - (B +C)	<b>R\$ 163.239,28</b>

Obs.:

- No item “B” da tabela corresponde aos valores pertinentes as faturas de dezembro e novembro/2006, pagas em 2007;
- No item “C” da tabela conciliamos os valores concedidos, com os valores efetivamente realizados, comparando-os com os valores lançados no portal, e
- No item “D” da tabela são os valores a serem pagos em 2008, que foram realizados em 2007, e lançados no Portal como despesas de 2008.

**Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)**

**1. Tribunal de Contas da União**

Plano de Providências

Unidade Jurisdicionada responsável pela apresentação das contas: INMETRO - Relatório n.º 189092

➤ **Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.1 (págs. 19 a 23)**

<b>Recomendação: 001</b>	Abster-se de realizar despesa sem prévio empenho, atuando em conformidade com a Lei n.º 4.320/1964 e efetivar o devido procedimento licitatório para amparar as suas aquisições.
<b>Providências</b>	Foi realizada licitação e hoje o Inmetro conta com um contrato formal com a empresa Good Card, para que a frota, por intermédio de cartões, possa ser abastecida em qualquer lugar do Brasil, sintetizado em uma única fatura.

➤ **Item do Relatório de Auditoria: 3.1.1.1 (págs. 23 a 28)**

<b>Recomendação: 001</b>	Recomendamos que, na realização de despesas mediante concessão de suprimento de fundos, sejam respeitadas as diretrizes estabelecidas nos artigos 68 e 69 da Lei n.º 4.320/1964 e artigos 45 a 47 do Decreto n.º 93.872/1986 (e alterações).
<b>Recomendação: 002</b>	Nos casos em que o suprimento seja servidor público de outra esfera de governo, fazer constar dos respectivos processos comprovante de seu vínculo junto à Administração Pública.
<b>Recomendação: 003</b>	Recomendamos que as Ugs aprimorem os seus controles, de modo a evitar a ocorrência de: documentação sem data; classificação contábil incorreta; falta de identificação do servidor signatário do empenho; e ausência de documento de reclassificação da despesa.
<b>Recomendação: 004</b>	Nos casos de uso do Cartão de Crédito Corporativo, anexar aos processos a fatura dos cartões e o demonstrativo mensal, bem como justificativa formal para todos os casos em que ocorra realização de saque em detrimento ao uso do cartão nos estabelecimentos.
<b>Providências</b>	Ações apresentadas conforme Ofício Inmetro-SC n.º 124/2007/ Pres. Gabin, datado de 15 de agosto de 2007.

➤ **Item do Relatório de Auditoria: 3.2.1.1 (págs. 29 a 30)**

<b>Recomendação: 001</b>	Recomendamos ao INMETRO que realize as retenções e o recolhimento do INSS sobre os pagamentos efetuados em relação ao Contrato n.º 188/2003, exigindo que a empresa destaque o valor na nota fiscal, de acordo com a Portaria Interministerial MF/MPAS n.º 5.402, de 01/07/1999 e demais dispositivos legais da Previdência Social.
<b>Providências</b>	Foi realizado novo procedimento licitatório – Pregão n.º 46/2007, processo n.º 61.914/2007, em 3/12/2007, que se encontra em análise, tendo em vista que a proposta vencedora (menor preço) não atendeu às especificações do edital.

➤ **Item do Relatório de Auditoria: 3.2.2.1 (págs. 30 a 31)**

<b>Recomendação: 001</b>	O Inmetro deve abster-se de realizar pagamento antecipado de serviços, cuidando para que o atesto das faturas somente ocorra após a prestação dos serviços e que o pagamento se efetive após a regular liquidação da despesa.
<b>Providências</b>	A recomendação está sendo seguida.

➤ **Item do Relatório de Auditoria: 4.1.1.1 (págs. 32 a 35)**

<b>Recomendação: 001</b>	Tornar obrigatória justificativa para o uso do veículo.
<b>Recomendação: 002</b>	Não aceitar BDT rasurado, sem assinatura, sem campos preenchidos, ou com informações ilegíveis.
<b>Recomendação: 003</b>	Confrontar as datas de abastecimento com os registros do BDT de modo a certificar-se de que o veículo foi efetivamente abastecido.
<b>Recomendação: 004</b>	Não utilizar veículos com o hodômetro quebrado.
<b>Recomendação: 005</b>	Apurar o motivo de o veículo IIZ5557 ter sido abastecido diversas vezes sem que tenha sido utilizado em serviço.
<b>Providências</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Já é exigência a justificativa para uso de viatura quando de sua solicitação.</li> <li>▪ Novas determinações foram passadas à Equipe de Transporte para exigir o BDT de forma ordenada.</li> <li>▪ Idem ao anterior.</li> <li>▪ Voltamos a informar que esse veículo era utilizado somente no campus de Xerém, em serviços internos. Hoje, ele não tem mais condições de uso, estando em nosso estacionamento, aguardando novo processo de desfazimento.</li> </ul>



➤ **Item do Relatório de Auditoria: 6.1.1.4 (págs. 58 a 61)**

<b>Recomendação: 001</b>	Nas aquisições realizadas a UJ deve fazer constar dos processos justificativas de preços em casos de inexigibilidade ou dispensa previstas nos §§ 2º e 4º do artigo 17 e nos incisos III a XXIV do artigo 24, em atendimento ao disposto no inciso III do parágrafo único do artigo 26 da Lei n.º 8.666/1993.
<b>Providências a serem Implementadas</b>	<b>Ações UG 025</b> Ações apresentadas conforme Ofício n° 109/2007/SUR-GO, datado de 16 de agosto de 2007. Para o Inmetro Sede, a recomendação foi acatada e já estão sendo adotadas as medidas necessárias, com mais atenção para esses casos.

➤ **Item do Relatório de Auditoria: 6.1.2.1 (págs. 66 a 70)**

<b>Recomendação: 001</b>	O Inmetro deve implementar controle e planejamento de aquisições de modo a coibir o fracionamento de despesas, efetivando o devido procedimento licitatório para a realização de suas aquisições.
<b>Providências</b>	Dois casos eram mais latentes nesse sentido: o de aquisição de combustíveis e despesas com procedimentos de importação. Para o primeiro, foi realizada licitação e hoje o Inmetro conta com um contrato formal com a empresa Good Card, para que a frota, por intermédio de cartões, possa ser abastecida em qualquer lugar do Brasil, sintetizado em uma única fatura. E hoje já existe um contrato para armazenagem e desembaraço assinado com a empresa vencedora do certame licitatórios.

➤ **Item do Relatório de Auditoria: 6.1.3.1 (págs. 70 a 75)**

<b>Recomendação: 001</b>	Defina a modalidade de licitação a ser utilizada com base no valor global da contratação, considerando a vigência contratual e as possíveis prorrogações, ou condicione as prorrogações até o limite da modalidade utilizada.
<b>Recomendação: 002</b>	Respeite a modalidade utilizada quando do aumento do valor em função da aplicação do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93.
<b>Recomendação: 003</b>	Providencie a realização dos certames licitatórios, nas modalidades corretas, visando a substituir os contratos em vigor que se enquadrem na impropriedade, observando, para os casos aplicáveis, a necessidade de realização de pregão.
<b>Recomendação: 004</b>	Implemente controles que permitam verificar com antecedência se um determinado contrato irá ultrapassar o valor da modalidade de licitação, a tempo de efetivação de novo certame licitatório.
<b>Recomendação: 005</b>	Abstenha-se de assinar contratos, termos aditivos ou efetivar empenhos, e reforços de empenhos, em valores superiores aos limites das respectivas modalidades licitatórias.

<b>Providências</b>	<p><b>Ações UG 024 (Recomendações 1, 2, 3, 4 e 5)</b> Ações apresentadas conforme Ofício Inmetro-SC n° 124/2007/ Pres. Gabin, datado de 15 de agosto de 2007.</p> <p><b>Ações UG 025 Recomendações 1, 2, 3, 4 e 5)</b> Ações apresentadas conforme Ofício n° 109/2007/SUR-GO, datado de 16 de agosto de 2007.</p> <p>No caso das demais UG, a concordância é plena sobre todos os pontos, principalmente considerando que esses já foram abordados em trabalhos anteriores dessa CGU. Dessa forma, realizaremos novos estudos e reuniões com todas as áreas responsáveis com o objetivo de implementar todas as recomendações apontadas.</p> <p>Registramos inclusive que é cada vez mais significativa a quantidade de licitações na modalidade Pregão.</p>
---------------------	--

➤ **Item do Relatório de Auditoria: 6.1.4.1 (págs. 76 a 79)**

<b>Recomendação: 001</b>	Realizar nova licitação e rescindir o contrato atual, sanando as deficiências apontadas quando da elaboração do edital.
<b>Providências</b>	Todas as observações foram procedidas e informamos ainda que nova licitação será realizada em breve, considerando que o contrato supracitado vence agora, em outubro/2007.

➤ **Item do Relatório de Auditoria: 6.2.2.1 (págs. 81 a 86)**

<b>Recomendação: 001</b>	Observar as exigências da Lei n.º 8.666/1993 quanto à celebração de contratos, abstendo-se de efetivar contratações verbais junto a empresas prestadoras de serviços.
<b>Recomendação: 002</b>	Nas contratações de serviços, observar as exigências de regularidade fiscal das empresas.
<b>Recomendação: 003</b>	Tratar de forma isonômica as empresas concorrentes, ofertando a todas as mesmas oportunidade de saneamento de pendências e de negociação de preços.
<b>Providências</b>	Acatamos todas as recomendações, mas registramos que não houve qualquer contratação verbal por parte da instituição.

➤ **Item do Relatório de Auditoria: 6.2.2.2 (págs. 86 a 90)**

<b>Recomendação: 001</b>	Rever o fluxo do processo de aquisição por meio de procedimento licitatório, identificando os gargalos e implementando as ações saneadoras necessárias.
<b>Recomendação: 002</b>	Identificar se houve desídia administrativa e, em caso afirmativo, aplicar as sanções cabíveis.
<b>Recomendação: 003</b>	Definidas as alterações necessárias no processo, conforme recomendação n.º 02, implementar a solução proposta.
<b>Recomendação: 004</b>	Efetivar testes posteriores para avaliar se as alterações foram adequadas e, em caso negativo, repetir os passos anteriores.

<b>Providências</b>	Todas as recomendações foram acatadas. Afirmamos que vários contrapontos ocorreram para colaborar com a morosidade do processo, mas não por desídia. E conforme as justificativas apresentadas e citadas no relatório de auditoria dessa CGU, não haverá repetição do fato.
---------------------	---

➤ **Item do Relatório de Auditoria: 6.2.2.3 (págs. 90 a 93)**

<b>Recomendação: 001</b>	Considerar as orientações do TCU quando da caracterização de situações de emergência ou calamidade, somente autorizando contratações com amparo no inciso IV do artigo 24 da Lei n.º 8.666/1993 para os casos elegíveis.
<b>Recomendação: 002</b>	Aprimorar o planejamento das aquisições de modo a evitar os procedimentos por emergência.
<b>Providências</b>	<b>Ações UG 025 (Recomendações 1 e 2)</b> Ações apresentadas conforme Ofício n.º 109/2007/SUR-GO, datado de 16 de agosto de 2007.

➤ **Item do Relatório de Auditoria: 6.2.4.2 (págs. 96 a 101)**

<b>Recomendação: 001</b>	Condicionar a prorrogação de seus contratos à comprovação, mediante pesquisa de mercado atualizada e relatório do gestor do contrato, demonstrando a qualidade e a necessidade dos serviços, de que a maior duração contratual proporcionará vantagem de preços e/ou condições para a Administração.
<b>Recomendação: 002</b>	Solicitar ao contratado a comprovação do aumento de custos que justifique a repactuação de preços.
<b>Recomendação: 003</b>	Providenciar justificativa por escrito e autorização prévia da autoridade competente para a prorrogação.
<b>Recomendação: 004</b>	Anexar os termos aditivos assinados, bem como sua publicação no DOU, a qual deve ocorrer posteriormente à assinatura dos termos, aos processos.
<b>Providências</b>	<b>Ações UG 024 (Recomendações 1, 2, 3 e 4)</b> Ações apresentadas conforme Ofício Inmetro-SC n.º 124/2007/ Pres. Gabin, datado de 15 de agosto de 2007. <b>Ações UG 025 (Recomendações 1, 2, 3 e 4)</b> Ações apresentadas conforme Ofício n.º 109/2007/SUR-GO, datado de 16 de agosto de 2007. Quanto às demais UG, as recomendações são reiteradas, e tem havido considerável ganho, minimizando as ocorrências.

➤ **Item do Relatório de Auditoria: 6.2.4.3 (págs. 101 a 104)**

<b>Recomendação: 001</b>	Restringir o instrumento da dispensa de licitação aos casos permitidos por Lei.
<b>Recomendação: 002</b>	Realizar o devido certame licitatório para a contratação dos serviços aptos a serem licitados.
<b>Recomendação: 003</b>	Solicitar à contratada o detalhamento dos serviços prestados em planilha de formação de preços que permita a comparação dos preços contratados com aqueles oferecidos pelo mercado.
<b>Recomendação: 004</b>	Efetuar levantamento, elaborando memória de cálculo a ser apresentada à CGU, do aumento de custos não amparado por aditivo contratual e solicitar o devido ressarcimento à Fundação.
<b>Providências</b>	Licitação realizada em dezembro/2007 – Pregão nº 46/2007 – processo nº 61.914/2007. Grupo de Trabalho criado pela Portaria 358, de 21 de setembro de 2007, para a realização de estudos para subsidiar o Termo de Referência, com vistas a corrigir todos os equívocos apontados. Quanto ao ressarcimento por parte da Fundação, entendemos que o que houve foi uma equalização dos valores de determinados profissionais que prestavam serviços, por interesse do Inmetro.

➤ **Item do Relatório de Auditoria: 6.2.5.2 (págs. 105 a 107)**

<b>Recomendação: 001</b>	Exigir da Contratada a planilha de custo com a formação do preço, contemplando, de forma discriminada, todas as suas componentes, de forma a amparar a conferência dos valores lançados nas notas de cobrança.
<b>Recomendação: 002</b>	Efetuar nova conferência das planilhas de cobrança da Contratada, do exercício de 2006, quantificar e recuperar os valores indevidamente pagos, tais como verbas rescisórias, férias, licença maternidade, e demais encargos de responsabilidade exclusiva do fornecedor dos serviços.
<b>Recomendação: 003</b>	Conferir mensalmente o recolhimento do FGTS e do INSS e o comprovante do pagamento salarial de todos os prestadores da Contratada, colocados à disposição do Inmetro, anexando tais documentos ao processo.
<b>Recomendação: 004</b>	Acompanhar a execução do contrato, fazendo cumprir a prestação dos serviços, com a reposição dos postos de trabalho, uma vez que o Inmetro não contratou empregados, mas sim serviços, não devendo, portanto, arcar com o ônus por afastamento de empregados da contratada.
<b>Providências</b>	Realmente, todos esses erros foram conduzidos, inadvertidamente, pelo Inmetro. De acordo com os resultados do Grupo de Trabalho criado pela Portaria 358, de 21 de setembro de 2007, para a realização de estudos para subsidiar o Termo de Referência, esses pontos foram suprimidos, e outras ações são hoje conduzidas pela área de administração de pessoal para o efetivo controle.

➤ **Item do Relatório de Auditoria: 6.2.6.1 (págs. 108 a 110)**

<b>Recomendação: 001</b>	Aplicar integralmente a sua norma interna na fiscalização e acompanhamento do Contrato n.º 188/2003.
<b>Recomendação: 002</b>	Exigir que a Contratada regularize a contratação dos prestadores colocados à disposição do Inmetro, cumprindo a legislação trabalhista em vigor.
<b>Recomendação: 003</b>	Não praticar atos que caracterizem a subordinação de terceirizados, tal como o visto de servidores em folhas de frequência individual de prestadores.
<b>Providências</b>	Todas essas ações foram retomadas pelas áreas competentes em função das recomendações da CGU. Hoje, novas reuniões, com a gerência da Equipe de Fiscalização de Contratos, têm sido realizadas, com o intuito de o manual, bem como a norma de fiscalização, serem devidamente cumpridos. Dentre os cuidados após as discussões que foram geradas, hoje nenhum gerente vista a folha de frequência dos contratados, assim como outros cuidados têm sido tomados. Com a realização do Pregão, todas as possíveis inadequações serão devidamente sanadas.

## 2. Sistema de Controle Interno

<b>Recomendação: 001</b>	<p>Concurso Público - subitem 9.1.4 do Acórdão 1.520/2006 - Plenário, referente ao Processo nº 020.784/2005-7.</p> <p>O Governo Federal, por meio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Advocacia-Geral da União, firmou, em 5 de novembro de 2007, um Termo de Conciliação Judicial, o qual foi homologado judicialmente em 11 de dezembro de 2007, determinando a adoção das providências necessárias à substituição de eventuais prestadores de serviços, que este Inmetro esteja utilizando em dissonância com os termos do Decreto nº 2.271/1997, por servidores concursados.</p> <p>Consta no supracitado Termo de Conciliação Judicial que a substituição ocorrerá da seguinte forma: até 31/7/2009, serão substituídos no mínimo 30% do pessoal terceirizado; até 31/12/2009, mais 30% do pessoal terceirizado; e até 31/12/2010, os demais terceirizados.</p>
<b>Providências</b>	Realizado concurso público em setembro de 2007 para 167 vagas.
<b>Recomendação: 002</b>	Diárias e Passagens - item 9.2 e respectivos subitens - de 9.2.1 a 9.2.10, do Acórdão 1.087/2007 - Primeira Câmara, referente ao Processo nº 021.337/2005-0
<b>Providências</b>	<p>Todas as providências exigidas no supracitado documento foram adotadas. Todas os trâmites para solicitação e concessão de diárias e passagens, nacionais e internacionais, são estabelecidos:</p> <p>1- em estrito cumprimento ao Decreto nº 5.992, de 19/12/2006;</p> <p>2- em atendimento à Lei nº 9.527, de 10/12/1997;</p> <p>3- obedecendo à NIG-Diraf-019, que estabelece procedimentos para solicitação, concessão e prestação de contas de viagens no país, que é devidamente disponibilizada na Intranet do Inmetro;</p> <p>4- na Ordem de Serviço nº 002/Diraf, de 22/6/2007, que determina procedimentos relativos à solicitação e concessão de diárias e passagens, bem como formalização dos processos de afastamentos do país a servidores e a colaboradores, publicada no Boletim de Serviço de junho/2007.</p> <p>Além dessas ações, e das exigências contidas nos documentos citados, considerando ainda que muitas cobranças são efetuadas pelo Núcleo de Diárias e Passagens, hoje estão sendo encaminhadas GRU em cobrança aos devedores de quaisquer comprovantes de realização da viagem.</p>

**Anexo F - Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (conforme item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007)**

<b>ATOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>REGISTRADOS NO SISAC Quantidade</b>
Admissão	0	0
Desligamento	2	2
Aposentadoria	28	28
Pensão	13	13

Nota:

- 1) Não houve divergências entre a quantidade de atos praticados no exercício e a quantidade de atos registrados no Sistema SISAC.
- 2) O Serviço de Administração de Pessoal - Seape acompanha a publicação da homologação do ato pelo TCU, e registra para manter o controle.

**Rio de Janeiro, 27 de março de 2008.**

---

**João Alziro Herz da Jornada  
Presidente**

**Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro**